



PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL
EM GOVERNANÇA E DESENVOLVIMENTO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**BALANÇO SOCIAL DE ENTIDADE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO
RURAL (ATER): ANÁLISE REFERENCIADA NOS OBJETIVOS DO
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - ODS**

Larissa Gomes Dias

Brasília - DF

2025

Balanço Social de Entidade de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater): Análise Referenciada nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Governança e Desenvolvimento da Escola Nacional de Administração Pública - ENAP como requisito para obtenção do título de Mestre em Governança e Desenvolvimento.

Aluna: Larissa Gomes Dias

Orientador: Professor Dr. Mauro Santos Silva

Brasília - DF

2025

D541b Dias, Larissa Gomes

Balanço social de entidade de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater): análise referenciada nos objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS / Larissa Gomes Dias. -- Brasília: Enap, 2025.

135 f.: il.

Dissertação (Mestrado – Programa de Mestrado Profissional em Governança e Desenvolvimento) -- Escola Nacional de Administração Pública, 2025.

Orientação: Prof. Dr. Mauro Santos Silva

1. *Accountability*. 2. Balanço Social. 3. Governança. 4. Desenvolvimento Humano. 5. Extensão Rural. 6. Extensão Rural – Indicadores. 7. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). I. Título. II. Silva, Mauro Santos orient.

CDD 352.35

Bibliotecária: Elda Campos Bezerra – CRB1/1425

LARISSA GOMES DIAS

**Balanço Social de entidade de assistência técnica e extensão rural (Ater): Análise
referenciada nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado
em Governança e Desenvolvimento da Escola
Nacional de Administração Pública - ENAP como
requisito para obtenção do título de Mestre em
Governança e Desenvolvimento.

Defendida em 28 de novembro de 2025

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Mauro Santos Silva, Orientador – ENAP

Profa. Dra. Carolina da Cunha Rocha - ENAP

Dr. Luiz Toresan - EPAGRI-SC

AGRADECIMENTOS

Meu agradecimento a todos que contribuíram para a realização desta dissertação.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Mauro Santos, cujo compromisso acadêmico e direcionamento metodológico foram fundamentais para o rigor e a consistência deste trabalho. À banca de qualificação, agradeço pelos comentários enriquecedores e sugestões que elevaram a qualidade da pesquisa.

Às várias instituições envolvidas: Emater-DF, Emater-GO, Epagri-SC, IDR-PR, Embrapa e Asbraer, bem como aos(as) entrevistados(as) que, com generosidade e abertura, compartilharam suas vivências e conhecimentos.

Aos professores e colegas do Mestrado Profissional em Governança e Desenvolvimento da ENAP, que proporcionaram ambiente de debates ricos e incentivo constante.

Um agradecimento especial à minha família, amigos(as) e colegas de trabalho, por compreenderem os momentos de dedicação intensiva, pelo apoio e estímulos para seguir em frente.

Por fim, reconheço com gratidão a Emater-DF pelo suporte institucional.

DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho à minha filha, Letícia Gomes Dias Marçal,
por iluminar e alegrar meus dias com sua presença, leveza e amor incondicional.*

À minha mãe, porto seguro eterno, cujo amor, sabedoria e força iluminaram meu caminho.

E ao meu esposo, parceiro, cuja presença firme sustentou meus sonhos e acolheu cada desafio ao meu lado.

RESUMO

O estudo analisa o Balanço Social como instrumento de transparência, *accountability* e fortalecimento da governança pública em entidades públicas estaduais prestadoras do serviço público de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) no Brasil, analisando sua aderência aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos na Agenda 2030. A pesquisa adota abordagem qualitativa e exploratória, com base em revisão de literatura, análise documental dos balanços sociais e entrevistas semiestruturadas com coordenadores de balanços sociais, buscando identificar o grau de aderência dos indicadores divulgados aos ODS. A análise revela que dentre os indicadores divulgados a maior recorrência de associação está no ODS 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável, ODS 4 - Educação de Qualidade, ODS 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico e ODS 15 - Vida Terrestre. Os achados desta pesquisa indicaram que, embora as quatro entidades estudadas apresentem avanços significativos em transparência pública, persistem diferenças quanto à padronização e ao uso estratégico dos indicadores apresentados nos Balanços Sociais como ferramenta de mensuração do valor público. O aperfeiçoamento dos indicadores de ATER constitui elemento central para o fortalecimento da governança, havendo espaço significativo para que outras entidades públicas avancem na qualificação e no uso de indicadores aderentes. Como resultado, apresenta-se proposta de taxonomia e matriz contendo 44 indicadores referenciados nos principais ODS estudados.

Palavras Chaves: Balanço Social; Governança Pública; Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER); Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS); Indicadores de ATER.

ABSTRACT

The study examines the Social Balance (Balanço Social) as an instrument of transparency, accountability and strengthening of public governance in state public entities that provide Technical Assistance and Rural Extension (ATER) services in Brazil, by assessing its alignment with the Sustainable Development Goals (SDGs) established in the 2030 Agenda. The research adopts a qualitative and exploratory approach, based on literature review, documentary analysis of social balance reports and semi-structured interviews with the coordinators of these reports, seeking to identify the degree of alignment between the disclosed indicators and the SDGs; the results show that the indicators are most frequently associated with SDG 2 – Zero Hunger and Sustainable Agriculture, SDG 4 – Quality Education, SDG 8 – Decent Work and Economic Growth and SDG 15 – Life on Land, and that, although the four entities analysed present significant advances in public transparency, there are still differences regarding the standardisation and strategic use of indicators in Social Balance reports as tools for measuring public value. The improvement of ATER indicators emerges as a central element for strengthening governance, with significant scope for other public entities to advance in the qualification and use of SDG-aligned indicators, and the study presents as an applied result a matrix containing 44 indicators referenced to the main SDGs analysed..

Keywords: *Balance Sheet; Public Governance; Technical Assistance; Rural Extension; Sustainable Development Goals (SDGs); Indicators.*

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Referenciais metodológicos adotados nos Balanços Sociais das entidades públicas de ATER selecionadas.....p. 54

Tabela 2 - Matriz binária de frequência dos ODS por entidades públicas selecionadas ... p.72

ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Seis componentes que viabilizam a governança multinível p. 35

Figura 2 - Mapa do Brasil e entidades públicas de assistência técnica, extensão rural e/ou pesquisa agropecuária p. 39

Figura 3 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – Agenda 2030 p. 45

Figura 4 - Associação dos indicadores apresentados nos Balanços Sociais aos ODS.... p. 73

LISTA DE GRAFICOS

Gráfico 1 - Distribuição de indicadores por ODS associados nos balanços sociais das entidades selecionadas (Emater-DF, Emater-GO, Epagri-SC e IDR-PR) p. 70

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Categorias do Balanço Social modelo Ibase p. 20

Quadro 2 - Resumo de dimensões da comunicabilidade em relatórios institucionais.... p. 24

Quadro 3 - Objetivos da PNATER e seus eixos temáticos p. 32

Quadro 4 - Natureza jurídica das entidades públicas estaduais de ATER e pesquisa agropecuária no Brasil p. 40

Quadro 5 - Tipologia das entidades públicas estaduais de ATER e/ou pesquisa agropecuária no Brasil p. 41

Quadro 6 - Configuração organizacional das entidades públicas selecionadas: Emater-DF, Emater-GO, Epagri-SC, IDR-PR p. 53

Quadro 7 - Indicadores do Balanço Social Emater-DF (2023) p. 66

Quadro 8 - Indicadores do Balanço Social Emater-GO (2021) p. 64

Quadro 9 - Indicadores do Balanço Social Epagri-SC (2023) p. 65

Quadro 10 - Indicadores do Balanço Social IDR-PR (2023) p. 67

Quadro 11 - Indicadores associados ao ODS 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável p. 76

Quadro 12 - Indicadores associados ao ODS 4 - Educação de Qualidade p. 79

Quadro 13 - Indicadores associados ao ODS 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico.....	p. 81
Quadro 14 - Indicadores associados ao ODS 15 - Vida Terrestre	p. 83
Quadro 15 - Correspondência entre o ODS 2, os objetivos da PNATER e os indicadores associados.....	p. 86
Quadro 16 - Correspondência entre o ODS 4, os objetivos da PNATER e os indicadores associados	p. 88
Quadro 17 - Correspondência entre o ODS 8, os objetivos da PNATER e os indicadores associados	p. 89
Quadro 18 - Correspondência entre o ODS 15, os objetivos da PNATER e os indicadores associados	p. 91
Quadro 19 - Matriz de indicadores referenciados no ODS 2	p. 101
Quadro 20 - Matriz de indicadores referenciados no ODS 4	p. 104
Quadro 21 - Matriz de indicadores referenciados no ODS 8	p. 106
Quadro 22 - Matriz de indicadores referenciados no ODS 15	p. 108

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Asbraer - Associação Brasileira das Entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural, Pesquisa Agropecuária e Regularização Fundiária

ATER - Assistência técnica e extensão rural

BS - Balanço Social

Emater-DF - Empresa de assistência técnica e extensão rural do Distrito Federal

Emater-GO - Agência goiana de assistência técnica, extensão rural e pesquisa agropecuária

Embrapa - Empresa brasileira de pesquisa agropecuária

Epagri-SC - Empresa de pesquisa agropecuária e extensão rural de Santa Catarina

Ethos - Instituto Ethos e Empresas e Responsabilidade Social

GRI - Global Reporting Initiative

Ibase - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

IDR-PR - Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU - Organização das Nações Unidas

PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PNPSA - Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RSC - Responsabilidade Social Corporativa

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. BALANÇO SOCIAL: UMA REVISÃO DE LITERATURA	16
2.1. Balanço Social de Instituições Públicas	16
2.2. Comunicabilidade de Relatórios Públicos.....	22
3. GOVERNANÇA E ARRANJO INSTITUCIONAL DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (ATER) NO BRASIL.	25
3.1. Governança Pública.....	25
3.2 A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER)	29
3.3. Governança Multinível da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) no Brasil.	34
4. DESENVOLVIMENTO HUMANO E OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)	42
4.1. Desenvolvimento Humano	42
4.2. Agenda 2030, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e ATER.....	43
5. METODOLOGIA DA PESQUISA.....	47
6. ANÁLISES DE BALANÇO SOCIAL DE ENTIDADES PÚBLICAS DE ATER.....	51
6.1 Análise Organizacional das Entidades Públicas Seleccionadas	51
6.2 Análise dos Referenciais Metodológicos dos Balanços Sociais das Entidades Seleccionadas	53
6.3 Indicadores dos Balanços Sociais das entidades públicas seleccionadas.....	59
7. RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS ODS EVIDENCIADOS NOS BALANÇOS SOCIAIS DAS ENTIDADES PÚBLICAS SELECIONADAS.....	68
7.1 Análise de Frequência por ODS e Indicadores Associados	69
7.3 Padrão de aderência dos Balanços Sociais das entidades públicas de ATER aos ODS	83
7.4. Padrão de Aderência dos Balanços Sociais das Entidades públicas de ATER aos ODS: Percepção dos Elaboradores dos Balanços Sociais	92
7.5. Matriz de Indicadores Referenciados nos ODS.....	99
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
REFERÊNCIAS	114
APÊNDICE I - Quadro de indicadores Emater-DF – Balanço Social (2023).....	123
APÊNDICE II - Quadro de indicadores Emater-GO – Balanço Social (2021).....	125
APÊNDICE III - Quadro de indicadores Epagri-SC – Balanço Social (2023)	128
APÊNDICE IV - Quadro de indicadores IDR-PR – Balanço Social (2023).....	132

1. INTRODUÇÃO

Trata-se de estudo de natureza exploratória cujo tema central é a análise do Balanço Social enquanto instrumento de transparência e prestação de contas no âmbito da governança das instituições públicas que prestam Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no Brasil e seu alinhamento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Agenda 2030. A abordagem enfatiza a capacidade do Balanço Social de comunicar por meio de indicadores, de forma acessível e sistematizada, os resultados da atuação institucional, contribuindo para a *accountability* e o fortalecimento da governança pública.

No contexto brasileiro do pós-Segunda Guerra, a ATER foi estruturada como parte de um projeto de “modernização” do campo, fortemente influenciado pela hegemonia norte-americana e pelos acordos de cooperação técnica firmados com o Ministério da Agricultura. A educação rural, antes centrada em escolas agrícolas e patronatos voltados a crianças e jovens, passou a ser deslocada para práticas extraescolares dirigidas a trabalhadores rurais adultos, combinando ações educativas, difusão de técnicas e estímulo ao consumo de insumos industriais. Nesse arranjo, a extensão rural é concebida como instrumento de combate ao “subdesenvolvimento”, ao mesmo tempo em que consolida a penetração do grande capital agroindustrial no meio rural brasileiro (Mendonça, 2010).

Por volta de 1950, com a criação de instâncias como a Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR), o Escritório Técnico de Agricultura Brasileiro-Americano (ETA) e, posteriormente, a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) e pelas associações estaduais de crédito e assistência rural (ACAR), a ATER ganha escala nacional, articulando crédito rural supervisionado e ação pedagógica junto aos agricultores. Esse arranjo institucional constitui a base a partir da qual se estruturam, nas décadas seguintes, os serviços estaduais de assistência técnica e extensão rural, que viriam a originar as entidades públicas hoje conhecidas como Emater, responsáveis por difundir o modelo de modernização agrícola em nível estadual. Nessas experiências, a ATER opera simultaneamente como política de “educação para o desenvolvimento comunitário” e como mecanismo de disciplinamento social e difusão de insumos e tecnologias alinhados à racionalidade técnico-econômica norte-americana (Mendonça, 2010).

Desde então, a ATER desempenha um papel estratégico ao orientar agricultores e agricultoras sobre boas práticas produtivas, manejo ecológico, conservação do solo e da

água, comercialização e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, contribuindo diretamente para a inclusão produtiva e o fortalecimento da agricultura sustentável. Por sua natureza multidimensional, a ATER exerce impacto relevante na estruturação de circuitos curtos de comercialização e no fortalecimento das cadeias produtivas, especialmente por meio da adoção de sistemas agroecológicos e da valorização dos saberes tradicionais das comunidades rurais. Essas práticas são fundamentais não apenas para o aumento da produção, mas também para a diversificação alimentar, a redução do desperdício e o fortalecimento da resiliência das famílias agricultoras diante das mudanças climáticas, aspectos centrais no âmbito do ODS 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável (Embrapa, 2022; ONU, 2023).

Formula-se, nesta pesquisa o seguinte problema de investigação: qual é o padrão de aderência dos Balanços Sociais das entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)? Essa formulação orienta a análise empírica e a construção do referencial teórico, ao articular o campo da ATER com a Agenda 2030 e seus desdobramentos em termos de indicadores.

A pesquisa justifica-se na medida em que considera que os resultados divulgados nos Balanços Sociais influenciam de forma direta a segurança alimentar, a agricultura sustentável e o enfrentamento às desigualdades. Esses resultados comunicam a evolução do desenvolvimento rural sustentável, cujos fatores estão relacionados aos ODS, principalmente ao articular resultados econômicos, sociais e ambientais em territórios rurais.

Os Balanços Sociais, ao apresentarem informações sobre ações e resultados das entidades públicas de ATER, relacionam-se diretamente às demandas de controle social e de prestação de contas à sociedade, reforçando mecanismos de *accountability* democrática e podendo servir como base estruturada para dados setoriais de desenvolvimento rural. Nesse cenário, o exame da aderência dos indicadores aos ODS é importante para qualificar o debate sobre valor público, reduzir assimetrias de informação e fortalecer práticas de governança de dados em entidades públicas de ATER, oferecendo um referencial passível de adoção por outras entidades públicas da rede nacional de ATER.

A Agenda 2030 das Nações Unidas, ao estabelecer um conjunto integrado de objetivos e metas globais, demanda o alinhamento das ações locais a práticas sustentáveis, exigindo maior coerência entre planejamento governamental, gestão de resultados, produção de indicadores e compromisso socioambiental (ONU, 2015). A insuficiência ou ausência de

dados sistematizados sobre determinados ODS e metas no Portal ODS Brasil, sobretudo em recortes subnacionais e setoriais, evidencia lacunas informacionais.

Parte-se da hipótese de que a adoção de uma abordagem multidimensional nas políticas e programas de ATER pública no Brasil reforça a centralidade do desenvolvimento humano, tal como concebido pelo PNUD, ao articular dimensões econômicas, sociais e ambientais. Supõe-se que as ações de capacitação de agricultores familiares ampliam capacidades produtivas, promovem segurança alimentar e incentivam práticas sustentáveis, gerando efeitos sobre o bem-estar nos territórios rurais.

O objetivo geral desta pesquisa é compreender qual é o padrão de aderência dos Balanços Sociais das entidades públicas de assistência técnica e extensão rural (Ater) e de pesquisa agropecuária frente aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Os objetivos específicos incluem: (i) revisar a literatura sobre balanço social no contexto de governança pública; (ii) apresentar o arranjo institucional da ATER no Brasil, destacando os marcos legais e institucionais, com foco na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER); (iii) analisar o conceito de desenvolvimento humano a partir da abordagem do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); e (iv) realizar análises a partir dos indicadores divulgados nos balanços sociais das entidades públicas de ATER selecionadas, buscando associações à agenda global por meio dos ODS e propor um conjunto de indicadores de referência.

A pesquisa adota uma abordagem mista, fundamentada em revisão de literatura, análise documental e entrevistas semiestruturadas visando à elaboração de um estudo interpretativo sobre a aderência dos Balanços Sociais de entidades públicas de ATER aos ODS da Agenda 2030, com foco na identificação de padrões, convergências e lacunas nas práticas de transparência e mensuração de resultados das ações de ATER.

O Balanço Social é um instrumento de prestação de contas que reúne, de forma sistematizada, informações econômicas, sociais e ambientais sobre as atividades de uma organização em determinado período, permitindo evidenciar a geração de valor público ou social para diferentes públicos de interesse e indo além das demonstrações contábeis tradicionais (Ibase, 2001). No contexto brasileiro, difundiu-se a partir da proposta do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), sendo posteriormente apropriado pelo setor público como mecanismo complementar de transparência, *accountability* e comunicação de resultados, ao explicitar investimentos, benefícios e impactos decorrentes da atuação institucional (Ibase, 2001; Matias-Pereira, 2010).

Nesse sentido, o Balanço Social, enquanto documento institucional, configura-se como meio de comunicação dirigido a cidadãos, usuários de políticas públicas, trabalhadores, gestores, órgãos de controle e demais *stakeholders*, ao divulgar indicadores que mostram como os recursos públicos são convertidos em serviços, benefícios e resultados coletivos.

A adoção voluntária do Balanço Social por entidades públicas, em especial as que atuam na prestação do serviço público de ATER pode ser vista como uma prática de destaque e compromisso, sendo particularmente significativa para o setor agropecuário, onde os resultados afetam diretamente a segurança alimentar e o desenvolvimento rural sustentável.

A presente pesquisa volta-se à análise dos Balanços Sociais publicados por quatro entidades públicas estaduais que disponibilizam esse instrumento de forma sistemática e acessível: a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (Emater-DF), a Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária (Emater-GO), a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri-SC) e o Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-PR). Tais instituições foram selecionadas por serem as únicas a reunirem condições documentais e informacionais que possibilitam a identificação e o mapeamento de indicadores, em formato de Balanço Social, de forma a relacioná-los aos ODS, permitindo uma análise do alinhamento dos resultados divulgados à Agenda 2030. De acordo com os sites oficiais das instituições, estão disponíveis as seguintes séries históricas de Balanços Sociais: Emater-DF (publicações entre 2021 e 2023), Emater-GO (2017–2021), Epagri-SC (2016–2024) e IDR-PR (2022–2023).

A dissertação está estruturada em oito capítulos. A introdução apresenta uma contextualização da pesquisa, situando o tema, o problema de pesquisa e os objetivos. O segundo capítulo revisa a literatura sobre balanço social. O terceiro capítulo trata de governança, arranjo institucional da ATER no Brasil, com foco na PNATER, seguido pelo capítulo quarto sobre desenvolvimento humano, discutindo as contribuições da abordagem de Amartya Sen e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O quinto capítulo aborda a metodologia utilizada neste estudo. O sexto capítulo apresenta análises dos indicadores divulgados nos balanços sociais de entidades públicas de ATER selecionadas. O sétimo capítulo apresenta resultados sobre associação e aderência dos indicadores aos ODS e ao final apresenta matrizes de indicadores referenciados nos ODS estudados. Por fim, apresentam-se as considerações finais com os principais achados da pesquisa.

2. BALANÇO SOCIAL: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Apresenta-se, neste capítulo, uma revisão conceitual sobre Balanço Social. A busca realizada nas bases de dados consultadas (SciELO, Web of Science, Spell e Periódicos CAPES) não identificou produções científicas específicas que articulem diretamente Balanço Social e Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Diante dessa lacuna, optou-se por desenvolver uma revisão conceitual de Balanço Social a partir da literatura geral sobre o tema e de estudos voltados à transparência, controle social e governança no setor público.

O uso do termo "entidades públicas de ATER" se justifica por razões conceituais que refletem melhor a diversidade de natureza jurídica e abrangência do escopo de atuação das entidades públicas que prestam o serviço público oficial de assistência técnica e extensão rural (Ater) no Brasil. Essas razões serão detalhadas no referencial sobre natureza jurídica das instituições estaduais de ATER e pesquisa agropecuária no Brasil (Quadro 4).

Este capítulo está organizado em duas seções: Balanço Social em instituições públicas e Comunicabilidade de relatórios públicos.

2.1. Balanço Social de Instituições Públicas

A Responsabilidade Social Corporativa (RSC) teve suas bases conceituais estabelecidas por Bowen (1957), em sua obra *Social Responsibilities of the Businessman*, considerada um marco inicial da discussão sobre o papel ético e social das empresas (Duarte; Dias, 1986). No contexto brasileiro, o tema ganhou relevância a partir da década de 1980, quando as organizações passaram a direcionar investimentos mais amplos para a área social, buscando alinhar desempenho econômico e compromisso comunitário (Boschi, 2003).

A RSC configura-se quando organizações adotam, de forma voluntária, práticas orientadas ao interesse coletivo, abrangendo ações voltadas tanto ao público interno quanto à comunidade externa. Tais iniciativas extrapolam as obrigações legais e expressam o compromisso institucional com valores sociais, ambientais e éticos integrados à gestão organizacional. Essa abordagem amplia o papel da empresa como agente de transformação social no contexto em que está inserida (Mariano, 2019).

Para demonstração da RSC, um dos instrumentos mais recorrentes é a elaboração e divulgação de relatórios que mensuram o impacto social da organização no contexto em que atua. Esses documentos funcionam como mecanismos de transparência e comunicação, permitindo à empresa apresentar de forma sistematizada suas práticas sociais e os resultados

gerados para seus públicos de interesse. Ao tornarem visíveis tais iniciativas, os relatórios contribuem para o fortalecimento da imagem institucional e para a consolidação do compromisso social da organização (Mariano, 2019).

Segundo Kroetz (2000, *apud* Lima *et al.*, 2021), a divulgação de informações sociais associadas ao balanço patrimonial teve origem nos Estados Unidos na década de 1960, em resposta a um movimento crescente de questionamento do papel das empresas na sociedade. Diferentes países desenvolveram abordagens para a estruturação do balanço social, como o modelo do *social audit* nos Estados Unidos, o *Die Sozialbilanz* na Alemanha, e a obrigatoriedade de publicação anual do balanço social na França em 1977 (Tinoco, 1984, *apud* Lima *et al.*, 2021).

O termo Balanço Social refere-se a relatórios que abordam as três dimensões da sustentabilidade, considerando aspectos ambientais, econômicos e sociais do desempenho da organização (Custódio e Moya, 2007, *apud* Machado e Silva, 2020).

Para Kroetz (2000) e Tinoco (2001), o balanço social demonstra informações econômicas, sociais e de investimentos ambientais da entidade para os diversos stakeholders. Em relação às informações sociais, destacam-se os resultados dos investimentos para a comunidade. Portanto, o Balanço Social é um instrumento de transparência que permite às organizações divulgarem à sociedade suas ações em responsabilidade social e impacto socioambiental com foco na comunidade.

Segundo Kroetz:

O Balanço Social, antes de ser uma demonstração endereçada à sociedade, é considerada uma ferramenta gerencial, pois reúne dados qualitativos e quantitativos sobre as políticas administrativas, sobre as relações entidade/ambiente e outros, os quais poderão ser comparados e analisados de acordo com as necessidades dos usuários internos, servindo como instrumento de controle e de auxílio para a tomada de decisões e adoção de estratégias (Kroetz, 2000, p.68).

Para Martins et al (2002, p.106), o Balanço Social é um demonstrativo elaborado por algumas empresas e publicado anualmente contendo informações sobre os projetos, benefícios e ações sociais dirigidas aos públicos interno e externo, apresentando sua forma de interação com a comunidade e o meio ambiente. Esse relatório, amplamente utilizado por organizações públicas e privadas, revela as ações em termos de contribuições sociais, econômicas e ambientais, apresentando o impacto de suas ações na melhoria da qualidade de vida das comunidades alcançadas.

Para Torres e Mansur (2008, pg. 25) o Balanço Social elaborado segundo a metodologia do Ibase apresenta informações sobre exercícios anuais por meio de uma tabela objetiva e de fácil compreensão, com objetivo de ser amplamente divulgado.

Corrêa (2008) considera o balanço social como um instrumento de gestão ao relacionar este como uma ferramenta que apoia o planejamento, execução, acompanhamento e avaliação das ações sociais promovidas pelas organizações, além de identificar as oportunidades e ameaças, e apresentar o cenário socioeconômico de atuação da empresa, possibilitando divulgar suas ações sociais.

No Brasil, a institucionalização do balanço social ocorreu gradualmente, sendo influenciada por um contexto de maior exigência por transparência corporativa e responsabilidade socioambiental. Conforme Lima *et al.* (2021), a adoção do balanço social no Brasil está atrelada à busca por maior credibilidade organizacional e ao princípio da divulgação plena, conhecido como *full disclosure*, que reforça a necessidade de prestação de contas abrangente.

A elaboração de relatórios anuais de transparência com informações de caráter social ganhou relevância em 1997 quando o sociólogo Herbert de Souza, conhecido como "Betinho", iniciou uma campanha para a divulgação voluntária de material institucional denominado Balanço Social. De acordo com o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), o Balanço Social é considerado um documento necessário para que analistas de mercado e instituições financeiras, como o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) entre outras possam conhecer as empresas, bem como avaliar riscos e projeções. (Torres e Mansur, 2008; Martins *et al.*, 2002)

Em 1999, ocorreu a primeira revisão do modelo Ibase, incorporando mais subitens aos indicadores sociais internos e externos, além de separar os indicadores ambientais. Essa revisão também reinseriu questões polêmicas nos indicadores do corpo funcional, como o número de trabalhadores negros e a ocupação de cargos de chefia por essa população. No ano 2000, o modelo passou a incluir a parte "informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial", ampliando a abrangência da avaliação. Em 2002, foram estabelecidos indicadores mínimos que demonstram inclusão social, especialmente para pessoas com deficiência (Torres e Mansur, 2008).

A segunda revisão do modelo Ibase, realizada em 2004, incorporou novos critérios ao modelo, como informações sobre impactos ambientais, indicadores do corpo funcional incluindo estagiários e classificações por gênero, o volume de reclamações de clientes solucionadas e a distribuição do valor adicionado pela empresa. Em 2005, foi criado um banco de dados digital, disponibilizando todos os balanços sociais publicados para consulta pública (Torres e Mansur, 2008).

O Balanço Social Ibase possui um modelo sugestivo padronizado de indicadores organizados em sete categorias, descritos conforme Quadro 1.

Quadro 1 - Categorias do Balanço Social modelo Ibase

Categorias	Descrição
Base de Cálculo	Receita líquida (% sobre Receita Líquida), resultados operacionais e Folha de Pagamento Bruta (% sobre Folha de Pagamento Bruta).
Indicadores sociais internos	Investimentos internos, obrigatórios e voluntários que a empresa realiza para beneficiar e/ou atender ao corpo funcional (alimentação, encargos sociais compulsórios, previdência privada, saúde, segurança e medicina no trabalho, educação, cultura, capacitação e desenvolvimento profissional, creches e auxílio-creche, participação nos lucros e resultados, dentre outros).
Indicadores sociais externos	Investimentos voluntários, cujo público é a sociedade em geral, como por exemplo, projetos e iniciativas nas áreas de educação, cultura, saúde e saneamento, esportes, combate à fome e segurança alimentar, pagamentos de tributos e outros.
Indicadores ambientais	Investimentos da empresa para mitigar ou compensar seus impactos ambientais para melhorar a qualidade ambiental da produção/operação da empresa, seja por meio de inovação tecnológica ou por programas internos de educação ambiental. Também são informados investimentos em projetos e ações que não estão relacionadas com a operação empresarial.
Indicadores do corpo funcional	Indicadores que demonstram como a empresa se relaciona com seu público interno no que tange a criação de postos de trabalho, utilização do trabalho terceirizado, número de estagiários (as), valorização da diversidade – negros (as), mulheres, faixa etária e pessoas com deficiência – e a participação de grupos historicamente discriminados no país (mulheres e negros) em cargos de chefia e gerenciamento.
Informações relevantes sobre cidadania empresarial	Ações relacionadas aos processos relacionados às políticas e práticas de gestão da responsabilidade social corporativa.
Outras Informações	Reservado e amplamente utilizado pelas instituições para divulgar outras informações que sejam relevantes para a compreensão de suas práticas sociais e ambientais, incluindo políticas públicas.

Fonte: IBASE, 2018 *apud* Castelo Branco, Pereira e Palmisano (2019).
Adaptado pela autora.

A função social das entidades governamentais, sobretudo das empresas públicas, decorre do seu papel na ordem econômica constitucional e do interesse coletivo que justifica sua criação. Em termos substantivos, elas existem para prover bens e serviços de interesse público, corrigir falhas de mercado e externalidades, sustentar políticas públicas (universalização, inclusão produtiva, sustentabilidade) e garantir segurança estratégica em setores essenciais, sempre sob regime de eficiência, transparência e *accountability* (Brasil, 2016). Diferentemente da empresa privada, cuja finalidade primária é o lucro, a entidade pública tem por norte a geração de valor público, conciliando resultados econômico-financeiros com resultados sociais e ambientais coerentes com a função estatal (Di Pietro, 2010; OCDE, 2015; TCU, 2020).

Carvalho (2015) em estudo sobre Balanço Social na administração pública, analisando os casos dos estados brasileiros Bahia, Ceará, Minas Gerais e Tocantins destaca que o Balanço Social é um demonstrativo da responsabilidade social e um instrumento de gestão, permitindo monitorar e avaliar ações, programas e políticas sociais, além de assegurar transparência, *accountability* e controle social. A experiência dos estados pesquisados evidenciou a relevância desse instrumento na gestão pública, especialmente pela ênfase nas políticas de inclusão social e promoção da cidadania, essenciais para o desenvolvimento econômico e social.

Machado e Silva (2020) realizaram um estudo comparativo sobre os modelos de balanço social no Brasil, analisando a aplicação em diferentes setores e as lacunas na uniformidade de indicadores. A pesquisa destaca a importância de padronizar práticas para aumentar a comparabilidade e alcance do balanço social.

Dentre as instituições públicas nacionais que adotam a divulgação voluntária de Balanço Social modelo Ibase destacam-se: a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), Serviço Geológico do Brasil (SGB) e a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Além dessas, outras instituições públicas estaduais de assistência técnica e extensão rural (Ater) e pesquisa agropecuária também publicam ou já publicaram Balanço Social modelo Ibase, como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-DF), a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri-SC), a Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária (Emater-GO), o Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-PR), o Instituto Capixaba de

Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper-ES) e a Agência Paulista de Tecnologias do Agronegócio (Apta-SP).

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), criada em 1973 como empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), consolidou-se como a principal instituição de pesquisa agropecuária do país a publicar Balanço Social. Tendo como missão viabilizar soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da agricultura brasileira, a Embrapa se destaca pela atuação em projetos de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação organizados em portfólios temáticos e pela adoção de instrumentos de transparência e comunicação pública de resultados. Nesse contexto, o Balanço Social ocupa posição central, publicado ininterruptamente desde 1997 como ferramenta de *accountability* e de demonstração do valor público gerado, incorporando tanto indicadores técnicos e econômicos quanto a estimativa do lucro social, parâmetro que mensura o retorno socioeconômico das tecnologias desenvolvidas em relação aos investimentos realizados (Embrapa, 2024).

A Embrapa enquanto precursora no cálculo de lucro social e divulgação de Balanço Social apresenta metodologia específica e divulga o índice de lucro social proporcionado por sua atuação, relacionando a receita operacional líquida com os indicadores apresentados em seu balanço social. Essa metodologia permite quantificar o retorno da empresa para a sociedade, proporcionando uma medida clara e replicável, sendo capaz de agregar valor a outras instituições públicas ao demonstrar impactos positivos das atividades sociais, econômicas e ambientais. (Pereira *et al.*, 2010)

Em 2023, o Balanço Social da Embrapa registrou um lucro social de R\$ 101,45 bilhões, equivalente a um retorno de R\$ 29,87 para cada real investido na instituição. Esse resultado expressa o impacto direto das inovações da empresa em áreas como desenvolvimento de cultivares, sistemas produtivos sustentáveis, manejo de recursos naturais, melhoramento genético e fortalecimento da agricultura familiar e empresarial. Por meio desses resultados, a Embrapa consolidou o seu Balanço Social como uma referência no setor público brasileiro, integrando dimensões econômicas, ambientais e sociais de maneira consistente com a promoção do desenvolvimento rural sustentável, a segurança alimentar e a competitividade agropecuária nacional (Embrapa, 2024).

2.2. Comunicabilidade de Relatórios Públicos

A comunicabilidade de relatórios públicos tem sido objeto de crescente atenção no campo da administração pública, especialmente diante da necessidade de qualificar a transparência institucional. Martins e Lima (2021) propõe que a efetividade comunicativa de instrumentos como os Relatórios Financeiros Populares depende da articulação de cinco dimensões: conteúdo relevante, formato acessível, linguagem clara, ampla disseminação e mecanismos de feedback. Quando essas dimensões são desconsideradas, os relatórios tendem a restringir-se a peças técnicas, sem alcançar efetivamente os públicos interessados, ainda que formalmente transparentes.

Sob a ótica da governança, Hess (2007) argumenta que a transparência só cumpre sua função regulatória e democrática quando acompanhada por mecanismos que favoreçam o uso da informação por atores da sociedade civil. Para esse autor, a função social de relatórios institucionais está diretamente relacionada à sua inteligibilidade e à capacidade de gerar engajamento informado. Nesse sentido, relatórios como o Balanço Social devem apresentar dados em linguagem compreensível e com foco em sua utilidade pública.

A literatura internacional também tem destacado a importância de relatórios acessíveis que combinem informações financeiras e não financeiras de forma estruturada e orientada aos stakeholders. Para Montesinos e Brusca (2023), a comunicabilidade está diretamente associada à capacidade dos documentos de prestação de contas de incluir dados sobre sustentabilidade e impactos sociais de maneira clara, compreensível e vinculada a metas públicas, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Esses autores observam que, no setor público, os formatos tradicionais baseados apenas em dados contábeis mostram-se insuficientes para comunicar a missão institucional e os resultados sociais gerados, enfatizando a relevância dos ODS como vetor para o avanço da sustentabilidade nas organizações públicas.

Montesinos e Brusca (2023) concluem que, para além da obrigação formal de informar, os ODS devem ser compreendidos como oportunidade estratégica para as administrações públicas fortalecerem sua legitimidade e promoverem maior engajamento social. A proposta de elaboração de relatórios com linguagem acessível e foco no impacto das políticas públicas é apresentada como caminho viável para ampliar a transparência sobre os avanços na Agenda 2030. A institucionalização de tais práticas depende, contudo, do

desenvolvimento de sistemas de informação estruturados, capacitação técnica e comprometimento político com a sustentabilidade.

Assim, a incorporação de recursos como indicadores de desempenho, quadros de valor público e visualizações didáticas podem potencializar a comunicabilidade dos relatórios. A estrutura lógica e temática dos documentos também influencia diretamente sua assimilação. Relatórios eficazes organizam as informações por eixos estratégicos, vinculam os dados aos objetivos institucionais e apresentam sumários executivos claros, o que favorece a leitura seletiva e a compreensão de públicos não técnicos (Martins e Lima, 2021).

Em síntese, o Quadro 2 resume as principais dimensões que qualificam a comunicabilidade de relatórios institucionais.

Quadro 2 - Resumo de dimensões da comunicabilidade em relatórios institucionais

Dimensão	Descrição	Referência
Clareza e simplicidade	Linguagem acessível, livre de jargões, com explicações e glossário	Martins e Lima (2021); Rech e Filho (2024)
Apresentação visual	Uso de gráficos, infográficos e recursos visuais de fácil compreensão	Rech e Filho (2024)
Acessibilidade	Disponibilização em diversos formatos e plataformas digitais	<i>Plain Language Association</i> (2021)
Periodicidade	Publicação regular e previsível	Martins e Lima (2021); Rech e Filho (2024)
Engajamento de stakeholders	Inclusão de canais de escuta, QR Codes, formulários e mecanismos de avaliação	Montejano e Magierski (2023)
Alinhamento aos ODS	Vinculação explícita a metas e indicadores dos ODS	Montesinos e Brusca (2023)

Fonte: Elaborado pela autora a partir das referências descritas.

Além disso, deve-se ressaltar a importância dos mecanismos de escuta como parte do compromisso com a transparência e o controle social. Martins e Lima (2021) reforçam que a inclusão de recursos como formulários de opinião, QR Codes para acesso estendido e campos de comentários abertos contribui para transformar os relatórios em espaços de diálogo democrático. Tais mecanismos reforçam a função dos documentos como instrumentos de aprendizagem institucional e retroalimentação das práticas de gestão.

Essa perspectiva encontra respaldo em autores como Rosso e Silvestrin (2013), para os quais a comunicação pública representa um exercício de responsabilidade social. Ao tornar os conteúdos institucionais compreensíveis e acessíveis, os órgãos públicos não apenas prestam contas, mas fortalecem laços de confiança com a sociedade. Montejano e Magierski (2024) complementam essa visão ao apontar que a comunicação é elemento constitutivo da *accountability* e remete ao dever de justificar ações e resultados.

Por fim, Batista (2010) e Rech e Santos Filho (2024) destacam que a informação pública precisa atender simultaneamente às dimensões física (acesso), intelectual (compreensão) e comunicacional (significação). Relatórios orientados à cidadania, como o Balanço Social, devem, portanto, traduzir dados técnicos em narrativas compreensíveis, vinculadas ao valor público e aos resultados concretos das políticas públicas. Carvalheira (2015) acrescenta que a inteligibilidade é condição fundamental para que o Balanço Social seja apropriado por públicos diversos, ultrapassando o uso exclusivo por técnicos e especialistas.

No caso das entidades públicas de ATER, a adoção do Balanço Social torna-se ainda mais relevante, pois permite contextualizar e sintetizar a abrangência das ações de extensão rural, desde que as informações sobre entregas institucionais e impactos sejam apresentadas em linguagem cidadã. Ao traduzir resultados técnicos em termos acessíveis à população, o Balanço Social aproxima a gestão da sociedade, reforçando mecanismos de transparência, participação e controle social sobre o uso de recursos públicos.

3. GOVERNANÇA E ARRANJO INSTITUCIONAL DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (ATER) NO BRASIL.

Este capítulo apresenta conceitos e aspectos de governança pública e arranjo institucional da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) no Brasil, destacando seus desafios e potencialidades no contexto da governança multinível.

Assistência técnica e extensão rural são conceitos inter-relacionados, mas distintos no âmbito das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural. Enquanto a assistência técnica se refere ao suporte especializado para resolver problemas pontuais, a extensão rural é compreendida como um processo educativo continuado, que busca democratizar conhecimentos técnicos, científicos e culturais para promover transformações socioambientais no meio rural (Peixoto, 2008). A Lei nº 12.188/2010, que institui a PNATER, define a assistência técnica e extensão rural (ATER) como um serviço de educação não formal, integrando ações de capacitação, gestão da produção e articulação com políticas públicas (Brasil, 2010).

A assistência técnica e extensão rural (ATER) no Brasil tem sido historicamente marcada por um processo de construção institucional, passando por distintos modelos de organização e financiamento ao longo das décadas. A criação da PNATER representou um avanço na busca pela estruturação de um modelo descentralizado de assistência técnica, com maior participação social e integração entre os entes federativos, ainda que sujeita a mudanças institucionais no plano federal, como a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 2016 e sua posterior recriação. Persistem, contudo, desafios relacionados à sustentabilidade financeira, à governança das entidades públicas estaduais e à capacidade de coordenação entre os diferentes níveis de governo, que limitam a efetividade e a continuidade dessa política.

3.1. Governança Pública

A legislação sobre governança pública no Brasil, especialmente no âmbito federal, é estabelecida principalmente pelo Decreto nº 9.203/2017, que define a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Ao promover diretrizes orientadas à melhoria do desempenho institucional, à transparência decisória e ao fortalecimento dos mecanismos de controle são definidos fundamentos e comitês com

atribuições específicas voltadas ao monitoramento de resultados e ao aperfeiçoamento da prestação de contas à sociedade (Brasil, 2017).

Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2015) a governança, em ambiente estatal, refere-se ao conjunto de mecanismos, políticas e práticas que asseguram a condução eficiente e responsável dessas organizações, garantindo alinhamento com o interesse público e transparência na gestão. O modelo recomendado enfatiza a separação clara entre a atuação do Estado como proprietário e suas funções regulatórias, visando minimizar conflitos de interesse e promover uma administração eficaz.

O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC, 2021) criado em 1995, conceitua governança como:

(...) um sistema formado por princípios, regras, estruturas e processos pelo qual as organizações são dirigidas e monitoradas, com vistas à geração de valor sustentável para a organização, para seus sócios e para a sociedade em geral. Esse sistema baliza a atuação dos agentes de governança e demais indivíduos de uma organização na busca pelo equilíbrio entre os interesses de todas as partes, contribuindo positivamente para a sociedade e para o meio ambiente (IBGC, 2021).

Dentre os princípios de governança destacam-se integridade, transparência, responsabilização, equidade e sustentabilidade. A integridade demanda uma cultura ética contínua, evitando conflitos de interesse e assegurando a coerência entre discurso e ação, com lealdade à organização e atenção às partes interessadas, incluindo a sociedade e o meio ambiente. A transparência vai além do cumprimento legal, fornecendo informações claras e relevantes, fortalecendo a confiança e o ambiente de negócios. A responsabilização exige o cumprimento das funções com diligência e independência, assumindo as consequências das decisões. A equidade assegura um tratamento justo para todas as partes, considerando suas necessidades e expectativas com justiça e respeito à diversidade. Por fim, a sustentabilidade busca garantir além da viabilidade econômica da organização, minimizando impactos negativos e maximizando os positivos, reconhecendo a interdependência entre a organização e os ecossistemas social, econômico e ambiental (IBGC, 2021).

A governança pública deve ser compreendida não apenas como um conjunto de prescrições normativas, mas como um mecanismo estratégico que possibilita maior coordenação, aprendizado institucional e aprimoramento contínuo das políticas públicas. Esse entendimento permite superar abordagens prescritivas que tratam a governança apenas como um modelo normativo universal, desconsiderando a complexidade dos arranjos

institucionais e das relações entre os diversos atores governamentais e sociais. A adoção de uma perspectiva estratégica amplia a capacidade do Estado de responder de forma mais eficiente aos desafios administrativos, promovendo maior articulação entre instituições, flexibilidade na implementação de políticas e aprimoramento da gestão pública (Cavalcante e Pires, 2018).

Nesse sentido, a Lei Nº 13.303/2016, conhecida como Lei das Estatais, foi elaborada com o objetivo de aprimorar a governança e estabelecer regras claras para a gestão das estatais, visando maior eficiência, transparência e responsabilidade na administração dos recursos públicos. Seus princípios fundamentais incluem legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, além da exigência de estruturação de conselhos de administração e a adoção de políticas de conformidade e gestão de riscos. A legislação visa evitar interferências indevidas na administração das estatais e garantir que sua atuação esteja alinhada ao interesse público, promovendo maior previsibilidade e controle sobre sua governança (Cavalcante e Pires, 2018).

Dentre as principais diretrizes e exigências estabelecidas, destaca-se a necessidade de implantação de mecanismos de controle interno, auditoria e divulgação de relatórios contendo informações financeiras e operacionais, garantindo transparência e prestação de contas à sociedade. Além disso, há exigências específicas para a nomeação de administradores e conselheiros, como a necessidade de comprovação de experiência e a vedação de indicações políticas sem qualificação técnica. Essas medidas visam profissionalizar a gestão em instituições públicas, tornando-as mais eficientes e menos suscetíveis a práticas que comprometam seu desempenho e credibilidade institucional (IBGC, 2023).

Dentre os documentos de publicação obrigatória está a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, voltada à explicitação dos compromissos da estatal com suas finalidades institucionais, evidenciando a vinculação entre suas atividades e os objetivos de políticas públicas que legitimam sua atuação (Brasil, 2016, art. 8º). Esse documento deve ser amplamente acessível, em consonância com os princípios da transparência e da *accountability* no setor público.

Também obrigatórios, os relatórios integrados ou de sustentabilidade assumem papel estratégico na comunicação organizacional, ao sistematizarem informações econômicas, sociais e ambientais. A evolução desses instrumentos tem incorporado referenciais

internacionais, como o *Global Reporting Initiative (GRI)*, que propõe diretrizes padronizadas para a sustentabilidade, e o *International Integrated Reporting Council (IIRC)*, que promove a integração entre dados financeiros e não financeiros com foco na geração de valor em múltiplos horizontes temporais (GRI, 2021; IIRC, 2021).

No Brasil, os Indicadores do Instituto Ethos auxiliam na gestão da sustentabilidade empresarial, enquanto o Balanço Social do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) enfatiza a transparência das contribuições sociais das organizações. Todos esses modelos contribuem para aprimorar a governança corporativa, garantindo que os *stakeholders* tenham acesso a dados que vão além dos resultados financeiros, permitindo uma visão ampla dos impactos socioambientais das empresas (IBGC, 2023).

Uma análise comparativa entre os relatórios mais utilizados com ênfase nos indicadores sociais internos, sociais externos e ambientais e evidencia que cada um deles prioriza aspectos específicos da sustentabilidade, com variações. O modelo Ibase destaca-se pelo foco em indicadores sociais internos, apresentando uma estrutura objetiva e de fácil preenchimento, embora limitada em relação à profundidade das informações. Em contrapartida, o modelo GRI é mais subjetivo e abrangente, permitindo maior flexibilidade na divulgação de dados qualitativos e quantitativos. O modelo Ethos, por sua vez, equilibra os dois formatos, combinando indicadores descritivos e numéricos, tornando-se o mais completo ao englobar aspectos internos, externos e ambientais. Apesar da inexistência de uma exigência normativa para um modelo único de Balanço Social, a escolha do formato influencia diretamente a qualidade e a transparência das informações divulgadas. (Machado e Silva, 2020).

Importante destacar que a flexibilidade presente em modelos de reporte socioambiental, especialmente naqueles de caráter mais narrativo e auto declaratório, pode ampliar o risco de *greenwashing* quando não acompanhada de critérios claros de mensuração, verificação e coerência entre discurso e prática. A literatura aponta que organizações podem utilizar relatórios de sustentabilidade para reforçar uma imagem “verde” dissociada de mudanças substantivas em processos, produtos ou estratégias, convertendo o Balanço Social e congêneres em instrumentos de comunicação enganosa ou exagerada (Laufer, 2003; Delmas; Burbano, 2011). Assim, a adoção de modelos padronizados de indicadores, associados a mecanismos de governança, auditoria e escrutínio

público, constitui condição importante para mitigar práticas de *greenwashing* e preservar a credibilidade dos relatórios socioambientais (Terra Choice, 2010).

Para além do cumprimento dos requisitos mínimos de transparência e governança adotados pelas instituições estatais, há diversas instituições públicas, entre elas estatais brasileiras que adotam e publicam voluntariamente seu Balanço Social, seguindo o modelo do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase). Esse formato, amplamente adotado por instituições privadas e públicas é valorizado por sua simplicidade e fácil entendimento, especialmente em cenários de recursos limitados. (Ibase, 2008).

A governança em entidades estaduais apresenta desafios específicos relacionados à sua dupla natureza: de um lado, atuam como instrumentos de políticas públicas essenciais em áreas como infraestrutura, inovação e desenvolvimento regional; de outro, estão sujeitas a pressões políticas locais e a riscos de captura por interesses privados. Nesse contexto, a qualidade da governança nas entidades públicas estaduais e municipais é decisiva para assegurar que sua atuação esteja alinhada ao interesse público e para mitigar ciclos de expansão e crise característicos do modelo estatal brasileiro (Silva, Schimdt e Kliass, 2019).

A partir dos dispositivos legais entende-se que a governança pública compreende os meios eficientes de organização e monitoramento, visando orientar a atuação dos mandatários de forma que estejam alinhados aos interesses das partes envolvidas. Sendo assim, a divulgação de relatórios institucionais, tais como Balanço Social, se bem utilizados podem ser instrumentos complementares de prestação de contas à sociedade.

3.2 A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER)

A institucionalização da PNATER aconteceu em 2010 com a promulgação da Lei nº 12.188, que estabeleceu as diretrizes da política e criou o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pronater), voltado ao financiamento e estruturação do setor. A política foi concebida para descentralizar e democratizar o acesso à assistência técnica. (Brasil, 2010; Borsatto, 2022). Tal política foi criada para alinhar a assistência técnica às demandas da agricultura familiar e às diretrizes de desenvolvimento sustentável, com base na promoção da agroecologia, desenvolvimento sustentável, participação social e inclusão produtiva, sendo uma resposta às críticas ao modelo difusionista produtivista que predominou na extensão rural brasileira ao longo do século XX (Castro, 2017).

A PNATER define a ATER como serviço de educação não formal, de caráter continuado, realizado no meio rural, destinado a fomentar práticas de gestão, produção, processamento e comercialização de atividades e serviços agropecuários e não agropecuários (incluindo ações agroextrativistas, florestais e artesanais), com vistas ao fortalecimento das cadeias produtivas e à geração de trabalho e renda (Brasil, 2010). Ao qualificá-la como educação não formal e contínua, a própria política ancora a função social da ATER, explicitando seu papel formativo e de mediação para inclusão produtiva, ampliação de direitos e cidadania nas comunidades rurais.

As diretrizes da PNATER aprofundam esse papel social ao vincular a ATER à promoção do desenvolvimento rural sustentável, à segurança alimentar e nutricional, à participação social contextualizada à realidade do meio rural brasileiro. (Brasil, 2010). Ao prescrever princípios como desenvolvimento rural sustentável com a preservação do meio ambiente, metodologias participativas, o documento desloca a extensão de um mero vetor de difusão tecnológica para uma mediação sociotécnica que integra direitos, inclusão produtiva e controle social das políticas públicas. Os princípios reforçam a necessidade de um serviço acessível, gratuito e de qualidade, com metodologias participativas e multidisciplinares. O foco na agroecologia e na equidade social, especialmente para os agricultores, povos e comunidades tradicionais, reforça a ideia de que a extensão rural deve ir além da distribuição de pacotes tecnológicos e promover modelos de desenvolvimento rural sustentáveis e inclusivos. No entanto, apesar das diretrizes, a implementação da PNATER ainda enfrenta desafios estruturais, principalmente em termos de financiamento e cooperação entre os entes federais (Dieses *et al.*, 2021).

A literatura aponta três pilares centrais de crescimento que os Estados contemporâneos devem perseguir de forma integrada: crescimento inteligente (fundado em inovação), sustentável (orientado à transição verde) e inclusivo (associado à redução das desigualdades). Nessa perspectiva, os governos não devem apenas financiar inovações, mas organizar-se internamente como estruturas inovadoras, capazes de moldar mercados e criar novas trajetórias tecnológicas. O potencial público de inovação precisa ser convertido em oportunidades econômicas, ao mesmo tempo em que se estabelecem mecanismos para uma partilha mais equitativa dos benefícios gerados entre Estado, empresas e sociedade (Mazzucato; Perez, 2022).

A PNATER define como público beneficiário: os assentados de reforma agrária, os povos indígenas, os remanescentes de comunidades quilombolas e os demais povos e comunidades tradicionais. Além disso, nos termos da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, incluem-se os agricultores familiares ou empreendimentos familiares rurais, os silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores, bem como os beneficiários de colonização e experiência que se enquadram nos princípios estabelecidos por essa legislação. Dessa forma, o escopo desta política pública contempla uma diversidade de assuntos relacionados ao meio rural, considerando suas especificidades sociais, culturais e produtivas (Brasil, 2010).

Dentre os objetivos estabelecidos pela PNATER, destacam-se promover o desenvolvimento rural sustentável, incentivar iniciativas produtivas que valorizem as potencialidades locais e regionais, adotar de sistemas de produção sustentáveis baseados no conhecimento científico, empírico e tradicional, bem como a implementar ações voltadas à conservação dos recursos naturais e da biodiversidade. Além disso, a política busca contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares e demais beneficiários da assistência técnica e extensão rural (Brasil, 2010). O Quadro 3 apresenta os objetivos da PNATER e relaciona seus principais eixos temáticos.

Quadro 3 - Objetivos da PNATER e seus eixos temáticos (art. 4º, Lei nº 12.188/2010)

Nº	Objetivo (Resumo)	Eixo Temático
I	Promover o desenvolvimento rural sustentável	Desenvolvimento sustentável
II	Apoiar iniciativas econômicas que valorizem potencialidades e vocações regionais e locais	Desenvolvimento econômico territorial
III	Aumentar a produção, qualidade e produtividade de atividades agropecuárias, não agropecuárias, agroextrativistas, florestais e artesanais	Produção e produtividade
IV	Promover a melhoria da qualidade de vida dos beneficiários	Bem-estar social
V	Assessorar gestão de negócios, organização, produção, inserção no mercado e abastecimento, conforme peculiaridades das cadeias produtivas	Gestão e comercialização
VI	Desenvolver ações de uso, manejo, proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais, agroecossistemas e biodiversidade	Sustentabilidade ambiental
VII	Construir sistemas de produção sustentáveis baseados em conhecimento científico, empírico e tradicional	Sistemas de produção e inovação
VIII	Aumentar a renda dos beneficiários e agregar valor à produção	Renda e valor agregado
IX	Apoiar associativismo, cooperativismo e formação de agentes de ATER	Organização social e capital humano

X	Promover desenvolvimento e apropriação de inovações tecnológicas e organizativas adequadas, e integrar beneficiários ao mercado produtivo nacional	Inovação e inserção produtiva
XI	Integrar ATER e pesquisa, aproximando produção agrícola e meio rural do conhecimento científico	Integração ATER–Pesquisa
XII	Contribuir para expansão do aprendizado e qualificação profissional diversificada, contextualizada à realidade rural	Educação e capacitação

Fonte: Elaborado pela autora a partir da Lei Nº 12.188/2010 (PNATER).

A governança em políticas públicas passa por arranjos institucionais que condicionam a forma pela qual as políticas são formuladas, implementadas e avaliadas, em benefício da sociedade (TCU, 2021). O arranjo institucional de uma política pública refere-se à estrutura organizacional e aos mecanismos de governança que definem as responsabilidades, os processos de decisão e a coordenação entre os diversos atores envolvidos na formulação, implementação e avaliação da política. A perspectiva dos arranjos institucionais e dos instrumentos de implementação fornece subsídios para que gestores públicos possam refletir sobre a formulação e a adaptação desses modelos, considerando as particularidades de cada política, bem como o contexto e os fatores político-institucionais em que estão inseridas (Pires e Gomide, 2018).

Para Mazzucato e Perez (2022), políticas públicas bem-sucedidas de crescimento “inteligente, sustentável e inclusivo” exigem modelos de governança capazes de orientar e condicionar o investimento público e privado a missões de longo prazo, com mecanismos de acompanhamento, aprendizado e partilha de riscos e benefícios. No tocante à inovação verde ou de desenvolvimento regional o Estado ao estabelecer mecanismos de governança, pode atuar apenas como financiador passivo, onde a efetividade tende a ser limitada; e se atuar como “orquestrador” que coordena atores, monitora resultados e ajusta instrumentos, aumenta a probabilidade de que a política produza transformação estrutural.

A Lei nº 12.188/2010 representou um marco no arranjo institucional da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) no Brasil, consolidando um modelo descentralizado de governança e estabelecendo a participação da sociedade civil como um elemento central na formulação e implementação das políticas públicas do setor. Essa legislação redefiniu o papel do Estado ao delegar aos entes federativos e a entidades públicas estaduais um papel ativo na execução dos serviços de ATER, promovendo um arranjo institucional dinâmico e participativo (Castro, 2017; Borsato *et al.*, 2022).

No contexto de ATER, os estados, por meio das Empresas Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ematers) ou entidades públicas congêneres desempenham papel central na execução do serviço de ATER oficial, coordenando e implementando programas conforme as diretrizes estabelecidas pela União. Já os municípios, entre outras formas, complementam a oferta de serviços com recursos próprios, estabelecendo parcerias com organizações da sociedade civil e cooperativas agrícolas para ampliar a cobertura de alcance da ATER (Diesel et. al., 2021; Borsatto et. al., 2022).

Um dos diferenciais da PNATER foi a incorporação de instâncias participativas na formulação e monitoramento das ações. Os Conselhos Estaduais e Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável passaram a atuar como espaços de controle social, permitindo que representantes da agricultura familiar, sindicatos e movimentos sociais contribuíssem para a definição das prioridades de política pública local (Diesel 2021; Borsatto *et al.*, 2022).

Embora a lei tenha proporcionado um arcabouço normativo favorável à descentralização da ATER, sua implementação efetiva tem enfrentado dificuldades devido à ausência de mecanismos de financiamento contínuos e estáveis. A dependência de repasses federais e a falta de previsibilidade orçamentária impactam diretamente a capacidade dos estados e municípios de manterem serviços de assistência técnica adequados às demandas locais (Diesel *et al.*, 2021). Além disso, a burocratização dos processos administrativos e a fragmentação das políticas públicas comprometem a eficiência do alcance e cobertura de ATER, limitando a participação das entidades públicas estaduais e das organizações da sociedade civil no planejamento e na execução das ações de ATER (Borsatto *et al.*, 2022).

Diante desse cenário, a necessidade de aprimoramento da governança da PNATER torna-se necessária. A construção de um modelo de financiamento mais previsível, associado ao fortalecimento das instâncias de participação social e aprimoramento da coordenação entre os entes federativos é essencial para garantir a efetividade dos serviços de ATER no Brasil. A recente recriação do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), em 2023, abre uma nova janela de oportunidades para revisar e fortalecer as diretrizes da PNATER, promovendo ajustes que possam mitigar as fragilidades observadas nos últimos anos e assegurar maior estabilidade institucional para a assistência técnica e extensão rural no país (Castro, 2024; Freitas e Castro, 2024).

3.3. Governança Multinível da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) no Brasil

A governança multinível refere-se ao modelo de cooperação e interação entre diferentes níveis de governo e atores institucionais na formulação, implementação e supervisão de políticas públicas. Além de fornecer informações sobre decisões que envolvem diversos atores de todos os níveis de governo (federal, estadual e municipal), bem como da sociedade civil, do setor privado e de organizações internacionais. Este conceito visa explicar como as políticas públicas são formuladas e inovadoras de forma integrada entre diferentes autoridades, promovendo maior cooperação, descentralização e compartilhamento de responsabilidades (Pires e Gomide, 2018; Cavalcante, 2018).

Para a OCDE (2015), a coordenação entre instâncias permite a alocação eficiente de recursos, a padronização de diretrizes e a adaptação das políticas às especificidades regionais. Além disso, fortalece os mecanismos de controle social e participação da sociedade na formulação e execução das políticas públicas.

No contexto da assistência técnica e extensão rural (Ater), a governança multinível permite articular as ações da União, estados e municípios, assegurando a efetividade da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). A figura 1 ilustra seis componentes que viabilizam a governança multinível, elaborada a partir das diretrizes recomendadas pela OCDE para que a descentralização das políticas públicas funcione efetivamente (TCU, 2021).

Figura 1 - Seis componentes que viabilizam a governança multinível



Fonte: TCU, 2021.

O primeiro componente da Figura 1 é a atribuição de responsabilidades, que deve ser realizada de forma clara e detalhada, evitando sobreposições e lacunas entre os diversos atores envolvidos na política. A definição precisa das competências de cada instância governamental permite uma execução mais eficiente das ações e reduz os riscos de fragmentação institucional. (TCU, 2021). No contexto de ATER, a PNATER estabelece algumas definições, competências, diretrizes, objetivos e papel do órgão central (MDA). Ademais, o decreto de criação da Anater estabelece suas competências, e cada entidade estadual em seu normativo de criação e/ou Estatuto possui seus objetivos e competências definidas. Percebe-se que não há um documento único que consolide responsabilidades, o que pode causar sobreposição de ações e lacunas.

O segundo aspecto refere-se ao financiamento das responsabilidades que dizem respeito à suficiência e à disponibilidade de recursos orçamentários para garantir a execução e continuidade das políticas públicas (TCU, 2021). No contexto de ATER, a política de financiamento deve considerar a adequação das fontes de recursos e a previsibilidade do fluxo de transferências intergovernamentais, evitando descontinuidades que comprometam o atendimento aos agricultores familiares e demais beneficiários.

A efetividade da política também depende das capacidades dos entes federativos, que englobam a competência estratégica, técnica e administrativa dos gestores para formular, estruturar, implementar e monitorar as ações. A existência de capacidades institucionais nos estados e municípios é um fator determinante para garantir o alcance dos objetivos propostos (Pires; Gomide, 2018). A capacidade de cada entidade prestadora do serviço de ATER pública está diretamente relacionada à sua governança, estrutura organizacional e capacidade de financiamento. No caso das Ematers, é preciso considerar a natureza jurídica das entidades públicas que influenciam a autonomia para gestão de recursos e implementação de políticas (ver Quadro 4).

Além disso, são indispensáveis mecanismos de coordenação que promovam o alinhamento das diretrizes e objetivos da política, assegurando uma programação plurianual e a integração entre os diferentes níveis de governo. A coordenação vertical, entre União, estados e municípios, e a coordenação horizontal, entre as instituições envolvidas são fundamentais para evitar duplicidades e garantir maior eficiência na implementação das ações (Cavalcante, 2018). De acordo com o Decreto Nº 8.252, de 26 de maio de 2014, a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater) é responsável por

promover, estimular, coordenar e implementar programas de assistência técnica e extensão rural em âmbito nacional (Brasil, 2014).

Outro elemento central na governança de políticas descentralizadas é o monitoramento e avaliação de desempenho, que possibilita o acompanhamento contínuo dos resultados e a retroalimentação do processo decisório (TCU, 2021). A Lei nº 12.897, de 18 de dezembro de 2013, que cria a Anater, estabelece entre as suas finalidades, monitorar e avaliar os resultados das pessoas físicas e jurídicas prestadoras de assistência técnica e extensão rural com que mantenha contratos ou convênios (Brasil, 2013).

Além disso, o órgão colegiado nacional que trata do Desenvolvimento Rural Sustentável é o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura Familiar (MDA), criado em 1999 e reformulado em 2003, ampliando sua composição e atribuições. Composto atualmente por representantes da sociedade civil e do governo federal, o conselho atua na proposição, monitoramento e fiscalização de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável, reforma agrária, agricultura familiar e soberania alimentar. Cabe ressaltar que após um período de descontinuidade, suas atividades foram retomadas pelo Decreto nº 11.451/2023, reafirmando seu papel como espaço de articulação institucional e instrumento de participação democrática no meio rural brasileiro (Brasil, 2023).

A avaliação das ações da ATER deve ser baseada em indicadores que comuniquem a contribuição desse serviço para o desenvolvimento rural sustentável. Nesse sentido, será apresentado na seção 6.3 uma análise de indicadores dos balanços sociais das entidades públicas selecionadas para este estudo.

Por fim, a abordagem das desigualdades territoriais constitui um eixo fundamental para garantir a equidade no atendimento às diferentes regiões do país (TCU, 2021). A implementação de estratégias diferenciadas de atendimento regional e local são essenciais para reduzir assimetrias e equacionar diferenças estruturais e socioeconômicas visando ampliar o acesso desse serviço ao público beneficiário.

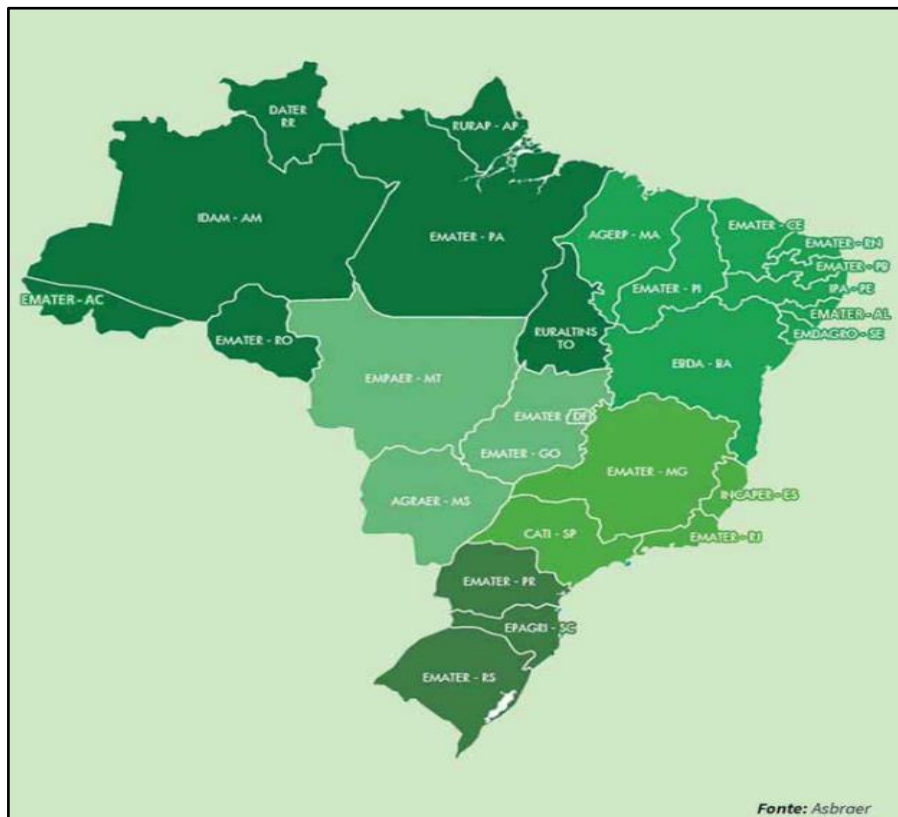
O cenário de governança multinível se manifesta na descentralização da gestão e na articulação de múltiplos atores. A estrutura de governança reflete os desafios da política pública, que exige mecanismos de coordenação eficazes para evitar sobreposições de competências e garantir a eficiência da execução dos serviços públicos (Pires e Gomide, 2018). No contexto de governança da ATER nacional é possível elencar múltiplos atores

envolvidos incluindo órgãos governamentais, entidades públicas estaduais de assistência técnica e extensão rural (em sua maioria conhecidas como Ematers), instituições de pesquisa, organizações privadas e comunitárias.

Essa governança multinível é caracterizada pela interação entre diferentes atores institucionais, entre eles os entes federativos, conforme detalhado a seguir e ilustrado na Figura 2:

1. União: O Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) é o responsável pela formulação de diretrizes e no financiamento da PNATER por meio de programas como o Pronater. Enquanto a Agência Nacional de ATER (Anater) implementa e promove a execução de políticas de desenvolvimento da ATER por meio de contratos de gestão e instrumentos específicos.
2. Estados: Desempenham o papel de execução do serviço público de ATER por meio das “Ematers” estaduais, que possuem naturezas jurídicas variadas e níveis distintos de financiamento (ver Quadro 4);
3. Municípios: Complementam a execução dos serviços, muitas vezes por meio de parcerias locais, organizações não governamentais e cooperativas agrícolas, garantindo a proximidade com os agricultores familiares.
4. Sociedade civil e setor privado: Diversas instituições privadas, ONGs e cooperativas agrícolas desempenham funções essenciais na prestação da assistência técnica e extensão rural, ampliando o alcance da ATER, especialmente em regiões onde os serviços públicos são insuficientes.

Figura 2 - Mapa do Brasil e entidades públicas de assistência técnica e extensão rural e/ou pesquisa agropecuária



Fonte: Associação Brasileira das Entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural, Pesquisa Agropecuária e Regularização Fundiária. ASBRAER, (2025).

Os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e de pesquisa agropecuária possuem fundamento na Constituição Federal de 1988, dada a sua importância para o desenvolvimento do setor primário da economia. Tais serviços integram o rol de instrumentos da política agrícola previstos no artigo 187 da Constituição, reforçando seu caráter de função pública estratégica. Além da Constituição, sua operacionalização é regulada por um conjunto de normas infraconstitucionais, como a Lei nº 12.188/2010, que institui a PNATER, e demais dispositivos aplicáveis às entidades que compõem a Rede Asbraer em nível federal (Asbraer, 2025).

Conforme dados do site oficial da Asbraer, a rede de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), pesquisa agropecuária e regularização fundiária no Brasil é composta por 32 entidades associadas que atuam na prestação de serviços voltados ao desenvolvimento rural, abrangendo também atividades de ATER, pesquisa agropecuária e regularização fundiária. Essas instituições públicas possuem ampla capilaridade, contando com 5.007 locais de atendimento distribuídos pelo território nacional. O atendimento às famílias rurais é

realizado por equipes formadas por cerca de 13.960 extensionistas rurais, responsáveis por visitas regulares e acompanhamento das atividades produtivas. Além disso, a estrutura conta com aproximadamente 1.126 pesquisadores, que contribuem para o desenvolvimento de novas tecnologias e metodologias aplicadas ao setor agropecuário, fortalecendo a integração entre pesquisa e extensão rural (Asbraer, 2025).

A governança da ATER no Brasil é ainda mais complexa devido à diversidade jurídica das entidades públicas envolvidas na prestação dos serviços. Conforme levantamento da Asbraer, as entidades estaduais de ATER no Brasil podem ser classificadas quanto à natureza jurídica em quatro grandes categorias conforme Quadro 4:

Quadro 4 - Natureza jurídica das entidades públicas estaduais de ATER e pesquisa agropecuária no Brasil

Natureza jurídica	Entidades estaduais
Empresas públicas - Entidades públicas de direito público com autonomia administrativa e orçamentária	Epagri-SC , Emater-MG, Emater-RJ, Empaer-PB, SADA-PI, Emater-CE, Emdagro-SE, IPA-PE, Emater-DF , Empaer-MT, Emater-AC e Emater-PA.
Autarquias - Órgãos da administração indireta dos governos estaduais	IDR-PR , Incaper-ES, Agerp-MA, Emater-RN, Emater-AL, Emater-GO , Agraer-MS, Ruraltins-TO, Emater-RO, Idam-AM, Rurap-AP, Iater-RR
Associações civis sem fins lucrativos - Modelos mais flexíveis de gestão, porém dependem de repasses estatais e parcerias para funcionamento	Emater-RS
Departamento de órgão da administração direta	CATI-SP, Bahiater

Fonte: Asbraer, 2025. Em negrito, entidades usadas neste estudo.
Disponível em <https://www.Asbraer.org.br/associadas.html>>

A diversidade na natureza jurídica das entidades estaduais de ATER, conhecidas como “Ematers” reflete parte do histórico e particularidades de cada ente federativo. Por exemplo, a Emater-DF é uma empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, integrante da administração indireta, classificada como empresa estatal dependente do Distrito Federal. Já a Emater-GO é uma autarquia estadual com personalidade jurídica de direito público interno. A Epagri-SC, por sua vez, é uma empresa pública dependente do

Tesouro de Santa Catarina, constituída como empresa pública, com personalidade jurídica de direito privado. No Paraná, o IDR é um instituto dotado de personalidade jurídica de direito público. Essas diferenças são resultado de escolhas políticas e legais específicas de cada estado, refletindo suas necessidades e prioridades em termos de assistência técnica, extensão rural e pesquisa agropecuária.

Quanto à categoria de atuação são duas principais: assistência técnica e extensão rural; e pesquisa agropecuária. O Quadro 5 mostra a tipologia das entidades públicas estaduais de ATER e pesquisa agropecuária por região. Apontando que 16 entidades públicas atuam exclusivamente na prestação de ATER. Enquanto a pesquisa agropecuária nacional é conduzida pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em colaboração com 14 entidades públicas estaduais. Destaca-se que em 11 estados, as funções de pesquisa agropecuária e extensão rural estão integradas em uma mesma entidade pública. Esse arranjo reforça a complexidade da governança multinível e a necessidade de adaptação das políticas nacionais às realidades locais (Asbraer, 2025).

Quadro 5 - Tipologia das entidades públicas estaduais de ATER e/ou pesquisa agropecuária no Brasil

Categoria	Região	Entidades
ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural)	Norte	EMATER-AC, EMATER-PA, EMATER-RO, IDAM-AM, RURAP-AP, IATER-RR, RURALTINS-TO
	Nordeste	BAHIATER, CODERSE-SE, EMATER-CE, EMATER-RN, SADA-PI
	Centro-Oeste	EMATER-DF
	Sudeste	EMATER-MG, EMATER-RJ
	Sul	EMATER-RS
ATER e Pesquisa Agropecuária	Nordeste	AGERP-MA, EMDAGRO-SE, EMPAER-PB, IPA-PE
	Centro-Oeste	AGRAER-MS, EMATER-GO, EMPAER-MT
	Sudeste	FIPERJ-RJ, INCAPER-ES
	Sul	EPAGRI-SC, IDR-PR
Pesquisa Agropecuária	Nordeste	EMPARN-RN
	Sudeste	EPAMIG-MG, PESAGRO-RJ
	Nacional	EMBRAPA

Fonte: ASBRAER, 2025. Adaptado pela autora. Disponível em <<https://www.asbraer.org.br/associadas.html>>.

A governança multinível reflete a complexidade do sistema e da política pública, exigindo um modelo de gestão coordenado entre os entes federativos e as instituições envolvidas. A diversidade de atores e suas características demonstram a necessidade de mecanismos para garantir a continuidade da política, refletida em serviços públicos (Pires e Gomide, 2018; Cavalcante, 2018).

A governança multinível da ATER no Brasil evidencia a complexidade do arranjo institucional, exigindo um modelo de gestão articulado entre União, estados e municípios, passando por diversas instâncias de controle. A diversidade de naturezas jurídicas das entidades públicas estaduais reflete a heterogeneidade das instituições, tornando fundamental o aprimoramento dessa governança para garantir a continuidade das ações voltadas ao público-alvo das políticas, a agricultura familiar.

4. DESENVOLVIMENTO HUMANO E OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

Apresenta-se o conceito de desenvolvimento humano sob a abordagem adotada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e sua relação com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) definidos na Agenda 2030 estabelecida pela Organização das Nações Unidas (ONU).

4.1. Desenvolvimento Humano

O conceito de desenvolvimento humano evoluiu ao longo das últimas décadas, especialmente a partir da contribuição teórica de Amartya Sen (1999), que propôs uma abordagem centrada na expansão das liberdades individuais como elemento para o progresso social e econômico. Para Amartya Sen (1999), o desenvolvimento não deve ser mensurado apenas pelo crescimento econômico, mas pela capacidade das pessoas de realizarem escolhas livres e valorizadas. Essa perspectiva enfatiza a liberdade tanto como meio quanto como fim do desenvolvimento, distinguindo-se em duas abordagens: a constitutiva, que considera as liberdades como parte do próprio desenvolvimento, e a instrumental, que destaca a interdependência entre diferentes formas de liberdade para alcançar o bem-estar (Sen, 1999).

O enfoque das capacidades ressalta a necessidade de uma abordagem multidimensional para o desenvolvimento humano. Essa visão enfatiza que a qualidade de vida não pode ser avaliada apenas pela posse de bens materiais, mas deve considerar a liberdade dos indivíduos de realizar suas escolhas e atingir suas metas (Sen, 1999).

A partir dessa concepção, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) incorporou essa visão para definir e avaliar o desenvolvimento humano, adotando indicadores que vão além da renda per capita, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), um indicador alternativo ao PIB, incorporando três dimensões essenciais: longevidade (saúde), acesso ao conhecimento (educação) e padrão de vida (renda). Esse índice ampliou a compreensão do desenvolvimento ao incluir aspectos qualitativos e sociais, permitindo uma avaliação mais abrangente das condições de vida das populações (PNUD, 2024).

O PNUD destaca que o desenvolvimento humano está relacionado à ampliação das escolhas individuais, permitindo que os indivíduos tenham uma vida longa, saudável e com acesso a oportunidades econômicas e sociais (PNUD, 2024). Essa abordagem permite

entender como a ATER influencia diretamente os indicadores do IDH ao promover práticas sustentáveis, melhorar a produtividade agrícola e contribuir para a qualidade de vida dos agricultores familiares. A orientação técnica e o incentivo à adoção de tecnologias apropriadas impactam positivamente a educação, a saúde e a renda das famílias rurais, resultando em maior inclusão social e redução das desigualdades regionais (FAO, 2021; Embrapa, 2022).

Nesse sentido, o reconhecimento do papel da ATER é reiterado por estudos que apontam sua contribuição para a melhoria dos indicadores de desenvolvimento humano, por meio da ampliação das capacidades individuais e coletivas dos agricultores. Essa perspectiva encontra respaldo na abordagem teórica de Amartya Sen (2000), que compreende o desenvolvimento como expansão das liberdades substantivas, isto é, a capacidade dos indivíduos de exercer escolhas e viver uma vida que valoriza.

Além de fortalecer a segurança alimentar e nutricional, a ATER desempenha um papel estratégico na inclusão produtiva e na redução das desigualdades regionais e sociais, alinhando-se às políticas públicas nacionais e multidimensionalidade dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. Sua atuação também se destaca no incentivo à adoção de práticas agroecológicas e na mitigação dos impactos das mudanças climáticas, consolidando-se como um vetor para o fortalecimento da agricultura familiar e a resiliência ambiental. (ONU, 2023; FAO, 2021; Sousa e Andrade, 2024).

4.2. Agenda 2030, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e ATER

O desenvolvimento sustentável exige a integração das dimensões econômica, social e ambiental: crescimento com emprego, investimento e inovação sob boa governança; erradicação da pobreza e da fome, educação, saúde, igualdade de gênero e trabalho decente; e proteção da base natural (clima, água, solos, florestas e biodiversidade) respeitando padrões sustentáveis de produção e consumo. Em síntese, trata-se de harmonizar uso de recursos, investimentos, tecnologia e arranjos institucionais para atender às necessidades presentes sem comprometer as das futuras gerações (ONU, 2005).

A Agenda 2030, aprovada em 2015 pela 70ª Assembleia Geral das Nações Unidas, constitui-se como um pacto global firmado entre os Estados-membros com o objetivo de enfrentar os desafios contemporâneos do desenvolvimento humano e ambiental. Fundamentada em um modelo de desenvolvimento sustentável, a Agenda estrutura-se em 17

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), os quais são desdobrados em 169 metas específicas, conforme apresentado na Figura 3. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – Agenda 2030. Essa agenda busca integrar de maneira equilibrada as dimensões econômicas, sociais e ambientais, promovendo a inclusão, a equidade e a sustentabilidade no enfrentamento das desigualdades e da pobreza em todas as suas formas (ONU, 2015).

Figura 3 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) - Agenda 2030



Fonte: ONU, 2015.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) superaram uma concepção de desenvolvimento baseada apenas no crescimento econômico, ao integrarem dimensões sociais, ambientais e institucionais em uma agenda única e interdependente (ONU, 2015). Operam como marco normativo e dispositivo de monitoramento global, orientando políticas públicas baseadas em evidências voltadas ao bem-estar e à sustentabilidade. Sob esse enfoque, desenvolvimento humano e sustentabilidade são entendidos de forma integrada, articulando ampliação de capacidades, equidade social e preservação ambiental (Sachs et al., 2025).

Em perspectiva global, o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da Organização das Nações Unidas, indicou que até 2022 apenas 15% das metas dos ODS foram alcançadas ou estão em trajetória adequada, enquanto 48% apresentam progresso nulo ou limitado e 18% registram retrocesso, o que evidencia forte risco de não cumprimento até 2030 (UNDESA, 2023).

O Relatório Nacional Voluntário (RNV) produzido pelos governos nacionais, em geral sob coordenação de órgãos centrais de governo e com participação de múltiplas pastas setoriais, institutos de estatística e atores da sociedade civil. No caso brasileiro, entre 2016 e 2022, somente 14 metas (8,3%) foram plenamente alcançadas e 35 (20,7%) mostraram evolução, ao passo que 26 (15,4%) permaneceram sem progresso e 23 (13,6%) sofreram retrocessos, além de 71 metas (42%) sem avaliação adequada por falta ou fragilidade de dados (RNV, 2024). A pandemia de covid-19 afetou diretamente 37 metas (22%), revelando a vulnerabilidade das estratégias de desenvolvimento e a necessidade de políticas mais resilientes e baseadas em sistemas de informação (RNV, 2024).

O *Sustainable Development Solutions Network* (SDSN) - rede global criada em 2012, com a finalidade de mobilizar universidades, centros de pesquisa, sociedade civil, empresas e governos para apoiar, com base em evidências científicas, a implementação prática dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Em sua última edição o *Sustainable Development Report* de 2025 posiciona o Brasil na 54ª colocação entre 167 países, com desempenho favorável em indicadores como acesso à eletricidade, o que permitiu o cumprimento do ODS 7 (energia limpa e acessível). Persistem, porém, grandes desafios em pelo menos 12 dos 17 ODS, com destaque para ODS 10 (Redução das Desigualdades), ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis), ODS 14 (Vida na Água), ODS 15 (Vida Terrestre) e ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes), cujos indicadores permanecem em situação crítica. Esse quadro reforça a necessidade de políticas integradas e investimentos sustentáveis orientados às áreas de maior fragilidade, de modo a alinhar o desenvolvimento nacional aos compromissos multilaterais da Agenda 2030 (Sachs et al., 2025).

No campo da segurança alimentar, o Relatório Nacional Voluntário destaca que a agricultura familiar responde aproximadamente 70% da produção de alimentos no Brasil, sendo estratégica para a conservação ambiental, a redução das desigualdades e o desenvolvimento territorial. A assistência técnica e extensão rural (ATER) é reconhecida como política estruturante para apoiar agroecologia, sistemas alimentares justos e direitos de grupos em situação de vulnerabilidade, como mulheres, juventudes e povos tradicionais (RNV, 2024). Em 2023, 9,4% dos domicílios brasileiros estavam em insegurança alimentar moderada ou grave, percentual inferior ao de 2017–2018, mas ainda superior ao de 2013, o que levou o PPA 2024–2027 a priorizar o enfrentamento da insegurança alimentar, da

pobreza e o fortalecimento da agricultura familiar e do agronegócio sustentável (RNV, 2024).

A literatura evidencia que o alcance do ODS 2 depende de ações de extensão rural efetivas, capazes de fornecer informações confiáveis a produtores rurais, respeitando saberes tradicionais e especificidades regionais, sobretudo em contexto de mudanças climáticas (Silva et al., 2020). Estudos recentes ressaltam o papel da ATER na articulação com programas de compras públicas, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), reforçando a relação entre segurança alimentar, inclusão produtiva e fortalecimento da agricultura familiar (Sousa; Andrade, 2024). Apesar disso, trabalhos comparativos indicam que, em países do BRICS, o ODS 2 tende a receber menor atenção nas agendas corporativas, frequentemente subordinado a objetivos como crescimento econômico e inovação, mesmo em contextos de fortes restrições alimentares (Ali, 2018).

Nesse cenário, o fortalecimento da ATER exige concebê-la não apenas como serviço técnico-operacional, mas como componente de um sistema de governança territorial orientado ao desenvolvimento sustentável. Isso implica consolidar arranjos de governança de dados em escala nacional, ampliar a cobertura de serviços e institucionalizar instrumentos de monitoramento e avaliação que permitam mensurar, com maior precisão, os impactos da assistência técnica sobre metas de desenvolvimento humano e ODS. A utilização de indicadores compatíveis com os ODS, pode contribuir para evidenciar efeitos concretos das políticas sobre a população rural e para qualificar a transparência e o debate público em torno de sua efetividade (Embrapa, 2022; IPEA, 2024).

5. METODOLOGIA DA PESQUISA

A presente investigação caracteriza-se como estudo exploratório, com abordagem descritivo-analítica, cujo objetivo central é compreender o padrão de aderência dos Balanços Sociais de quatro entidades públicas de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária (Emater-DF, Emater-GO, Epagri-SC e IDR-PR) aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O Balanço Social é considerado aqui como instrumento voluntário de transparência, que divulga informações sociais, econômicas e ambientais, ainda que não esgote a totalidade das ações desenvolvidas pelas organizações (Ibase, 2001). Para fins deste estudo, adotou-se como recorte empírico exclusivamente os Balanços Sociais publicados periodicamente por entidades públicas de ATER, complementados por informações de portais institucionais e pelo Portal ODS Brasil, que reúne séries históricas de indicadores associados à Agenda 2030.

A delimitação da amostra desta pesquisa fundamenta-se no fato de que, entre as 32 entidades públicas estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) associadas à Asbraer, apenas quatro disponibilizam de forma sistemática Balanços Sociais, até o período de qualificação desta pesquisa. A escolha por estas instituições decorre de dois critérios centrais: i) figurarem entre as únicas entidades públicas de ATER no Brasil que divulgam de forma regular e institucionalizada o Balanço Social, consolidando-o como mecanismo de *accountability*, transparência e comunicação pública; e ii) representatividade da ATER pública, que mesmo sob formatos jurídicos distintos: autarquia estadual, empresa pública distrital e empresa pública estadual, possibilitam um olhar comparativo sobre distintos arranjos de governança.

O recorte abrange os Balanços Sociais da Emater-DF (2023), Emater-GO (2021), Epagri-SC (2023) e IDR-PR (2023), correspondentes às versões mais recentes disponíveis e publicadas de forma oficial pelas entidades no momento de qualificação da pesquisa. No caso da Emater-GO, inclusive confirmado em entrevista, optou-se pela edição de 2021 por se tratar do último Balanço Social divulgado, ainda que haja defasagem temporal em relação às demais instituições, preservando, contudo, a comparabilidade do instrumento e da metodologia empregada. Assim, o recorte empírico foi definido pela combinação entre disponibilidade pública, série histórica e relevância do Balanço Social como mecanismo de transparência e comunicação de resultados das entidades públicas de ATER.

A revisão de literatura, uma etapa central em estudos exploratórios, porque ajuda a mapear abordagens teóricas, metodológicas, lacunas e tendências do campo, etapa central em estudos exploratórios, permitiu identificar abordagens teóricas, metodológicas e lacunas. Os temas pesquisados foram governança, Balanço Social, assistência técnica, extensão rural e ODS (GIL, 2008). As buscas foram realizadas em bases como Google Acadêmico, Scopus e o Portal Central de Conteúdo da ENAP, utilizando palavras-chave como “assistência técnica e extensão rural”, “agricultura familiar”, “balanço social”, “governança” e “objetivos de desenvolvimento sustentável”. Priorizaram-se publicações entre 2015 e 2024, tomando a aprovação da Agenda 2030 em 2015 como marco temporal, foram incluídos estudos teóricos e empíricos, nacionais e internacionais, com ênfase em organizações públicas.

A análise documental seguiu a orientação de interpretação crítica de fontes primárias (Cellard, 2008), abrangendo os Balanços Sociais mais recentes da Emater-DF (2023), Emater-GO (2021), Epagri-SC (2023) e IDR-PR (2023), bem como documentos institucionais relacionados a missão, visão, objetivos, planos estratégicos e à Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). Inspirada em Yin (2001), a sistematização buscou relacionar os dados empíricos a proposições teóricas por meio de quadros detalhados de indicadores, contendo descritores de cada indicador, além de levantamento de dados complementares quando necessário. Esses quadros permitiram compreender o conteúdo informacional dos indicadores divulgados e apoiar a identificação de possíveis associações com os propósitos dos ODS.

De forma complementar, realizaram-se entrevistas semiestruturadas com coordenadores(as) responsáveis pelos Balanços Sociais e equipes, entre junho e julho de 2025, adotando roteiro com perguntas abertas e estruturadas, que favorece profundidade e flexibilidade na coleta de dados qualitativos (Minayo, 2009). As entrevistas foram conduzidas pela pesquisadora, transcritas integralmente, tratadas em software especializado *Taguette*, e analisadas com base na técnica de análise de conteúdo categorial temática (Bardin, 2011). O anonimato dos participantes foi preservado, vinculando-se as falas apenas às respectivas entidades e usando os depoimentos para validar as análises.

As análises dessa pesquisa foram organizadas em cinco etapas metodológicas complementares: sistematização de indicadores, análise de correspondência temática com os ODS, análise de frequência por ODS, análise de aderência e análise de conteúdo das entrevistas.

a) A sistematização dos indicadores consistiu na extração, organização e validação dos principais indicadores divulgados nos Balanços Sociais estudados. O conjunto de 56 indicadores foi detalhado contendo descrições, unidades de medida, fontes e fórmulas, com validação das informações nas entrevistas. Essa etapa permitiu identificar padrões e lacunas temáticas, sem pretensão de exaustividade, concentrando-se nos indicadores mais relevantes e disponíveis, representativos das principais dimensões trabalhadas pelas entidades.

b) A análise de correspondência temática com os ODS aplicou um procedimento de *matching* entre palavras-chave dos indicadores e um dicionário internacional de descritores derivado da Agenda 2030, com base em vocabulário controlado disponível em bases como a Scopus (Elsevier, 2019). O procedimento, ancorado em análise de conteúdo temática (Krippendorff, 2013), envolveu pré-processamento textual, correspondência automatizada e revisão manual, adotando o princípio da correspondência unívoca, pelo qual cada indicador é associado a apenas um ODS. Experiências internacionais de mapeamento de políticas por meio de *specific keywords* e mineração de texto reforçam a validade desse tipo de abordagem (United Nations, 2025).

c) A análise de frequência por ODS relacionou os 56 indicadores identificados aos ODS, permitindo aferir a distribuição relativa e evidenciar quais objetivos foram mais contemplados pelas entidades. Adotou-se o critério de destacar os ODS que, em conjunto, concentraram aproximadamente dois terços (2/3) dos indicadores, identificando-os como prioridades substantivas das entidades de ATER no período analisado. Os resultados apontaram maior incidência nos ODS 2, 4, 8 e 15, relacionados à segurança alimentar e agricultura sustentável, educação de qualidade, trabalho decente e crescimento econômico, e vida terrestre, respectivamente.

d) A análise de aderência mensurou o alinhamento de um conjunto sugestivo de indicadores aos propósitos dos ODS e aos objetivos da PNATER, por meio de escala 0–2, em que 0 corresponde à ausência de aderência, 1 à aderência indireta ou incipiente e 2 à aderência direta e forte. A classificação considerou a coerência temática dos indicadores com os ODS 2, 4, 8 e 15, mais recorrentes na etapa anterior, e com as diretrizes da PNATER, produzindo métrica sintética para a força de alinhamento indicador-ODS (Brasil, 2010).

e) A análise de conteúdo das entrevistas, conduzida segundo Bardin (2011) com apoio do software livre *Taguette*, complementou a análise documental ao validar os quadros de indicadores por instituição e incorporar evidências qualitativas sobre práticas, limitações

e impactos dos Balanços Sociais. Para orientar a codificação, definiram-se cinco eixos analíticos inter-relacionados: (i) relação com o Balanço Social; (ii) percepção sobre desenvolvimento sustentável; (iii) percepção sobre os ODS; (iv) percepção acerca da vinculação entre indicadores e ODS; e (v) outras percepções emergentes pertinentes ao tema. A partir desses códigos, organizaram-se unidades de registro e de contexto, permitindo identificar padrões temáticos, convergências e dissensos entre os participantes (Minayo, 2009; Bardin, 2011).

6. ANÁLISES DE BALANÇO SOCIAL DE ENTIDADES PÚBLICAS DE ATER.

O presente capítulo dedica-se à análise dos Balanços Sociais das entidades públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural: Emater-DF, Emater-GO, Epagri-SC e IDR-PR, com o propósito de compreender suas especificidades institucionais, seus conteúdos informacionais e o padrão de aderência aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Inicialmente, são examinados os elementos institucionais considerando as referências metodológicas dos Balanços Sociais, seguidos da sistematização dos indicadores apresentados, a fim de identificar padrões, convergências e lacunas.

6.1 Análise Organizacional das Entidades Públicas Selecionadas

A presente seção analisa o Balanço Social de quatro entidades públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) que se destacam pela produção sistemática de Balanço Social: a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (Emater-DF), a Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária (Emater-GO), a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri-SC) e o Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-PR).

O Quadro 6 exibe a configuração organizacional das entidades públicas selecionadas (Emater-DF, Emater-GO, Epagri-SC, IDR-PR) sintetiza informações referentes à configuração organizacional das entidades selecionadas, incluindo seu ato de fundação, natureza jurídica, missão institucional, orçamento previsto para 2025, número de empregados e população atendida. Esses dados permitem compreender não apenas o papel desempenhado por cada organização no contexto do desenvolvimento rural sustentável, mas também as estruturas administrativas e operacionais que sustentam a atuação institucional no campo da assistência técnica e extensão rural e da pesquisa agropecuária.

Quadro 6 - Configuração organizacional das entidades públicas selecionadas: Emater-DF, Emater-GO, Epagri-SC, IDR-PR

Organizações Selecionadas	Ato de Fundação	Natureza Jurídica	Missão	Orçamento Total em 2025 (em milhões)	Número de colaboradores (2024)	Tamanho da pop. atendida
Emater-DF	Decreto nº 4.140, de 07/04/1978 (criação autorizada pela Lei Federal nº 6.500, de 07/12/1977)	Empresa pública distrital	“Promover o desenvolvimento econômico, social e ambiental, por meio de assistência técnica e extensão rural de excelência, em benefício da sociedade.”	~R\$ 174 (LOA DF)	~ 315	~ 15 mil produtores rurais
Emater-GO	Lei Estadual nº 7.969, de 15/10/1975 (alterada pela Lei Estadual nº 12.733/1995)	Autarquia estadual	“Contribuir para o desenvolvimento rural sustentável por meio da inovação, proporcionando o aumento da renda e da qualidade de vida no campo.”	~R\$ 128 (LOA GO)	~ 693	~ 20 mil produtores rurais atendidos
Epagri-SC	Decreto Estadual nº 1.080, de 20/11/1991 (após Lei Estadual nº 8.245, de 18/04/1991)	Empresa pública estadual	“Promover o desenvolvimento sustentável e a inovação no espaço rural e pesqueiro.”	~R\$ 573 (LOA SC)	~ 1.612	~ 130 mil famílias rurais
IDR-PR	Lei Estadual nº 20.121, de 31/12/2019 (fusão da Emater-PR, Iapar, Codapar e CPRA)	Autarquia estadual	“Prestar serviço integrado de pesquisa e experimentação agrícola, de assistência técnica e extensão rural, de fomento no meio rural e de expansão da base de agroecologia, de forma ágil e eficiente.”	~ R\$ 452 (LOA PR)	~ 1.409	~ 115 mil agricultores atendidos

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados de Emater-DF (2024), Emater-GO (2024), EPAGRI (2024), IDR-PR (2024), ASBRAER (2025), LOA-DF (2025), LOA-GO (2025), LOA-SC (2025), LOA-PR (2025).

A análise institucional das entidades públicas selecionadas evidencia que, embora compartilhem o propósito comum de promover o desenvolvimento rural sustentável, apresentam diferenças significativas em termos de arranjo institucional, porte orçamentário, quadro funcional e abrangência em termos de público atendido. Tais distinções refletem não apenas as especificidades socioeconômicas e territoriais de cada estado, mas também os modelos de governança e de gestão adotados. Ao sistematizar essas informações, o quadro permite compreender os pontos de convergência e divergência entre as organizações, reconhecendo diferenças nos territórios, para avaliar de que forma tais características estruturais influenciam a elaboração dos respectivos Balanços Sociais.

6.2 Análise dos Referenciais Metodológicos dos Balanços Sociais das Entidades Selecionadas

A presente seção busca evidenciar os referenciais metodológicos que fundamentam a elaboração dos Balanços Sociais das entidades públicas analisadas. Esse enfoque é relevante porque a metodologia adotada por cada instituição condiciona a forma como os resultados são sistematizados, os indicadores são priorizados e a comunicação com a sociedade é estruturada. Portanto, compreender as bases metodológicas é fundamental para interpretar as diferenças e semelhanças entre os balanços sociais estudados. A Tabela 1 sintetiza os referenciais metodológicos utilizados pelas entidades públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) selecionadas neste estudo.

Tabela 1 - Referenciais metodológicos adotados nos Balanços Sociais das entidades públicas de ATER selecionadas

Referencial Metodológico	Emater-DF	Emater-GO	Epagri-SC	IDR-PR
IBASE	X	X	X	X
Modelo Embrapa	X	X	X	X
Guia EPPG/FGV	X			
Normativo Estadual de Transparência			X	
Diretrizes Públicas de Transparência				X

Fonte: elaboração da autora a partir dos Balanços Sociais das entidades selecionadas.

A análise a seguir está organizada em cinco subitens, correspondentes aos principais referenciais metodológicos identificados: Ibase, Embrapa, Escola de Políticas Públicas e Governo (EPPG/FGV), Diretrizes estaduais do Governo de Santa Catarina e Diretrizes públicas de transparência do Paraná.

6.2.1 Ibase

O modelo do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) foi lançado em 1997, inicialmente voltado ao setor privado, e posteriormente difundido no setor público como um instrumento de prestação de contas à sociedade. Sua principal contribuição é a padronização mínima de categorias sociais, como dados de empregados, investimentos na comunidade, perfil do público beneficiado e ações socioambientais (IBASE, 2008).

Todas as instituições analisadas – Emater-DF, Emater-GO, Epagri-SC e IDR-PR – utilizam o modelo Ibase como estrutura-base de seus balanços sociais. Essa adoção garante comparabilidade entre documentos e reforça a dimensão de *accountability* social, assegurando a legitimidade do instrumento perante diferentes públicos.

O modelo de Balanço Social desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) constitui a base metodológica que orienta a elaboração dos balanços sociais da Emater-DF, Emater-GO, Epagri-SC e IDR-PR, ao estabelecer um núcleo mínimo de informações sociais a serem divulgadas, como dados sobre empregados, investimentos na comunidade, perfil dos beneficiários e ações socioambientais.

Esse núcleo mínimo de informações definido pelo modelo Ibase compreende quatro dimensões fundamentais. A primeira refere-se aos dados sobre empregados, que incluem aspectos relacionados ao quadro de pessoal, remuneração, benefícios, capacitação e condições de trabalho. A segunda dimensão diz respeito aos investimentos na comunidade, evidenciando os recursos financeiros e institucionais aplicados em projetos sociais, culturais e educacionais que extrapolam a atividade fim da organização. Já o perfil dos beneficiários possibilita caracterizar o público atendido, como agricultores familiares, cooperativas, mulheres e jovens, permitindo compreender a abrangência social das ações desenvolvidas. Por fim, as ações socioambientais destacam iniciativas voltadas à preservação do meio ambiente, uso sustentável dos recursos naturais e promoção da sustentabilidade. Assim, o modelo propõe uma visão integrada que articula aspectos internos da gestão de pessoas com os efeitos externos das políticas institucionais sobre a comunidade e o meio ambiente (IBASE, 2008).

Os Balanços Sociais das entidades públicas analisadas vão para além do núcleo mínimo de informações proposto pelo modelo Ibase, ao incorporarem indicadores de desempenho específicos às suas áreas de atuação. Nesse sentido, acrescentam variáveis ligadas à produção agropecuária, geração de renda, crédito rural, inovação tecnológica e preservação ambiental, conferindo maior amplitude ao instrumento. Essa ampliação permite não apenas evidenciar dados trabalhistas, comunitários e socioambientais, mas também mensurar impactos econômicos e institucionais, alinhando os balanços às particularidades do setor público de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) e às demandas de *accountability* próprias da gestão pública (IBASE, 2008).

A partir da estrutura Ibase, as entidades públicas de ATER elaboram instrumentos de permitem comparabilidade e transparência, fortalecendo sua legitimidade perante a sociedade; ao mesmo tempo, cada instituição amplia o escopo do modelo de acordo com suas especificidades, seja pela incorporação de metodologias de mensuração do valor público, seja pela ênfase em pesquisa e inovação, sustentabilidade ou políticas estaduais, evidenciando a flexibilidade do referencial Ibase para a adaptação institucional.

Na Emater-DF, o modelo Ibase serviu como referência inicial para a estruturação do balanço social, assegurando a apresentação de informações básicas sobre empregados, tributos, investimentos sociais e beneficiários das políticas públicas. A partir dessa base, a entidade evoluiu metodologicamente ao adaptar o cálculo do Lucro Social, inspirado na metodologia da Embrapa, que mensura o retorno à sociedade por cada real investido. Assim, o modelo Ibase não apenas consolidou a padronização mínima, mas também possibilitou a ampliação do instrumento para incluir indicadores de valor público, reforçando a legitimidade.

Na Emater-GO, o modelo Ibase também orienta a apresentação das informações, funcionando como estrutura-base para a sistematização dos dados, apresentados de forma clara e transparente, destacando a publicação da fonte dos dados. Entretanto, a especificidade da instituição, que agrega funções de pesquisa agropecuária e extensão rural, levou à incorporação de indicadores adicionais relacionados à pesquisa agropecuária, inovação e difusão tecnológica. Esse processo demonstra a flexibilidade do modelo Ibase, que, ao mesmo tempo em que garante comparabilidade, permite às entidades adaptarem os conteúdos de acordo com sua natureza organizacional.

A Epagri-SC também se apoia no referencial do Ibase como matriz mínima de transparência, incorporando informações sobre a instituição, recursos financeiros, e corpo funcional e outras informações relevantes. Contudo, a entidade avança além da padronização mínima ao apresentar indicadores relacionados à sustentabilidade ambiental, ao manejo responsável dos recursos naturais e à adaptação de sistemas produtivos às mudanças climáticas, além de educação ambiental e capacitações. Essa ampliação evidencia como o modelo IBASE, ao fornecer um núcleo de comparabilidade, é utilizado pela Epagri-SC para destacar a centralidade da agenda ambiental nas políticas públicas de extensão rural e pesquisa agropecuária em Santa Catarina, reforçando tanto a legitimidade da atuação

institucional quanto a função estratégica do documento utilizado para comunicação com a sociedade.

Assim, conclui-se que o modelo Ibase constitui simultaneamente um padrão de referência e um ponto de partida para a inovação metodológica nos balanços sociais das entidades públicas de ATER e pesquisa agropecuária. Ao padronizar categorias mínimas de informações e assegurar transparência na divulgação de resultados, o modelo fortalece a comparabilidade entre instituições e consolida o balanço social como instrumento de *accountability*. Ao mesmo tempo, a possibilidade de adaptações e ampliações permite que cada entidade incorpore indicadores alinhados às suas especificidades organizacionais e às políticas públicas em que está inserida, reforçando a capacidade do balanço social de comunicar valor público e evidenciar a relevância estratégica da assistência técnica e extensão rural para o desenvolvimento sustentável.

6.2.2 Embrapa

O referencial metodológico da Embrapa para o Balanço Social constitui-se em um dos instrumentos mais consolidados de mensuração de valor público no setor agropecuário brasileiro. Seu método consiste na quantificação dos impactos sociais, econômicos e ambientais das tecnologias desenvolvidas e serviços públicos, traduzindo-os em termos compreensíveis para a sociedade. O indicador de Lucro Social é o eixo central dessa abordagem, mas não se restringe a uma dimensão financeira. A metodologia incorpora elementos como a geração de renda agrícola, o incremento de produtividade, a redução de custos de produção, a sustentabilidade ambiental e os efeitos sociais ampliados derivados da adoção de inovações tecnológicas (Pereira *et al.*, 2010).

Esse modelo metodológico também confere especial atenção ao processo de mensuração de impactos advindos da adoção das tecnologias desenvolvidas. Além disso, a Avaliação de Impacto de Inovações Tecnológicas Agropecuárias, consolidada em 2021, reforça a perspectiva ao propor protocolos padronizados de coleta de dados, análise de contrafactuais e definição de indicadores de desempenho (Embrapa, 2024).

O referencial da Embrapa, por ser precursor, aplicado de forma sistemática e contínua desde 1997, consolidou-se como uma metodologia replicável, servindo de modelo para outras entidades públicas que atuam em assistência técnica e extensão rural. Emater-DF, Emater-GO, Epagri-SC e IDR-PR adaptaram esse marco metodológico para suas realidades

institucionais, reforçando a comparabilidade entre balanços sociais e ampliando a legitimidade do instrumento como ferramenta de *accountability* institucional. Desse modo, a metodologia da Embrapa não apenas mede resultados, mas também legitima a atuação pública ao evidenciar sua contribuição concreta para o desenvolvimento rural sustentável e para a sociedade em geral (PEREIRA *et al.*, 2010; EMBRAPA, 2024).

Na Emater-GO, o modelo da Embrapa exerce influência direta em razão da dupla natureza institucional que articula pesquisa agropecuária e extensão rural. O Balanço Social da entidade incorpora a lógica do Lucro Social ao mensurar o retorno econômico e social das tecnologias e práticas difundidas junto aos agricultores, incluindo incremento de produtividade, redução de custos e geração de renda. Essa adaptação fortalece a dimensão de mensuração de impacto, permitindo à instituição demonstrar não apenas a execução de atividades, mas também os resultados concretos decorrentes da inovação tecnológica aplicada ao setor agropecuário goiano, reforçando a legitimidade de sua atuação perante o Estado e a sociedade.

Na Epagri-SC, a influência do referencial metodológico da Embrapa manifesta-se principalmente na incorporação de indicadores que associam desempenho produtivo com sustentabilidade ambiental. O balanço social da empresa evidencia impactos econômicos e sociais da extensão rural, mas também integra métricas relacionadas à preservação de recursos naturais, à agroecologia e à resiliência climática. Ao adotar a perspectiva de mensuração de impactos proposta pela Embrapa, a EPAGRI amplia sua capacidade de comunicar resultados que vão além da geração de renda, destacando também benefícios ambientais e sociais, em consonância com a agenda de desenvolvimento sustentável do estado de Santa Catarina.

No caso do IDR-PR, a metodologia da Embrapa influencia a construção do balanço social ao orientar a avaliação dos efeitos de políticas públicas implementadas em parceria com o governo estadual, como crédito rural, fortalecimento de cadeias produtivas e programas de assistência técnica. O uso da lógica do Lucro Social e da avaliação de impacto permite à instituição quantificar retornos econômicos e sociais, evidenciando a eficácia das tecnologias e práticas difundidas no meio rural paranaense. Essa aproximação metodológica com a Embrapa contribui para que o balanço social do IDR-PR funcione não apenas como instrumento de transparência, mas também como ferramenta estratégica de análise de desempenho e de legitimação da política agrícola estadual.

Na Emater-DF, embora a instituição não desempenhe atividades de pesquisa agropecuária, o referencial metodológico da Embrapa exerce influência significativa sobre a elaboração do balanço social por meio da incorporação do indicador de Lucro Social como eixo central de mensuração de valor público. A entidade adaptou a metodologia ao seu contexto exclusivamente extensionista, calculando o retorno social dos serviços de assistência técnica prestados à agricultura familiar do Distrito Federal em termos de geração de renda, inclusão produtiva, segurança alimentar e fortalecimento de cadeias curtas de comercialização por meio de avaliação da execução das políticas públicas.

6.2.3 EPPG/FGV

Em 2021, a Escola de Políticas Públicas e Governo da Fundação Getúlio Vargas (EPPG/FGV) prestou apoio metodológico à Emater-DF para estruturar seu Balanço Social destacando a execução de políticas públicas de ATER no Distrito Federal. Esse aporte não se configura como guia formal, mas como suporte metodológico aplicado para incorporar ao Balanço Social os relatórios de gestão e mecanismos de governança pública.

A principal contribuição dessa parceria está na articulação entre o Balanço Social, documentos de transparência e instrumentos de monitoramento de políticas públicas executadas pela Emater-DF, o que reforça sua aderência a práticas de governança pública e gestão orientada por resultados. Esse processo metodológico foi descrito por Trindade *et al.* (2023) ao detalhar a construção da metodologia de Balanço Social para entidades públicas que atuam exclusivamente com ATER a partir do monitoramento das políticas públicas executadas, baseando-se na adaptação do modelo apresentado pela Embrapa e Epagri-SC.

6.2.4 Normativa Estadual de Transparência de SC

No caso da Epagri-SC, a elaboração do Balanço Social também responde a marcos normativos estaduais de transparência ativa. Documentos como o Plano Diretor 2023–2027 da instituição foram elaborados em consonância com as diretrizes do Estado de SC e estabelecem um mapa estratégico com indicadores e metas, vinculando a atuação da empresa às exigências legais de prestação de contas à sociedade (Santa Catarina, 2023).

Essa vinculação confere ao balanço social um caráter ampliado de comunicação pública, no qual a transparência não é apenas diretriz de gestão, mas obrigação normativa que molda a forma e o conteúdo da publicação.

6.2.5 Diretrizes Públicas de Transparência do PR

O IDR-Paraná fundamenta parte de sua estrutura de Balanço Social em diretrizes públicas de transparência definidas pelo governo estadual, expresso em Metas no Portal de Transparência do IDR-PR, notadamente no Programa Sistemas de Produção e Estudos Socioeconômicos (IDR-PR, 2023). Esse marco institucional estabelece parâmetros de padronização e publicidade de informações públicas, sobretudo na divulgação do balanço social alinhado às políticas estaduais de transparência. Nesse contexto, o Balanço Social do IDR-PR reforça sua natureza de instrumento de *accountability* governamental, legitimando a prestação de contas do instituto e ampliando sua relevância social.

A análise dos referenciais metodológicos evidencia que, embora haja uma base comum entre as entidades públicas, notadamente a utilização da estrutura proposta pelo Ibase e da metodologia desenvolvida pela Embrapa de Lucro Social, cada instituição adapta esses referenciais às suas especificidades organizacionais e normativas. Essa diversidade resulta em documentos com formatos e profundidades distintas, mas que compartilham o objetivo de legitimar a ação institucional perante a sociedade.

A metodologia adotada por cada entidade não apenas organiza os indicadores, mas confere legitimidade à atuação pública, ao sustentar o Balanço Social como instrumento de governança e *accountability*. Essa evidenciação é fundamental para identificar o padrão de aderência aos ODS que decorre diretamente das escolhas metodológicas que estruturam cada documento. Em síntese, são os referenciais que definem quais dimensões da realidade institucional e como os resultados são priorizadas e divulgados.

6.3 Indicadores dos Balanços Sociais das entidades públicas selecionadas

Os Balanços Sociais constituem instrumentos de prestação de contas à sociedade e de fortalecimento da gestão pública, ao apresentarem um conjunto de indicadores que evidenciam os resultados alcançados por cada instituição. Nesta seção, apresenta-se o detalhamento de 56 indicadores de desempenho das entidades selecionadas (Emater-DF, Emater-GO, Epagri-SC e IDR-PR), buscando entender o perfil informacional.

O modelo do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) estabelece um núcleo mínimo de categorias e indicadores voltados à transparência e à prestação de contas. A partir desse referencial, observou-se que as entidades analisadas exercem autonomia para definir e divulgar os indicadores que consideram adequados à

demonstração de seus resultados, o que lhes confere flexibilidade para incluir informações que extrapolam o padrão básico proposto pelo Ibase.

Essa característica voluntária amplia o potencial informativo dos Balanços Sociais, permitindo que cada instituição evidencie dimensões específicas de sua atuação, como produção agropecuária, inovação tecnológica, sustentabilidade ambiental e impactos socioeconômicos. No presente estudo, o recorte analítico privilegia justamente esses indicadores voluntários por expressarem os resultados da execução das políticas públicas relacionadas à assistência técnica e extensão rural.

Para a análise dos indicadores, adotou-se uma taxonomia derivada a partir do modelo Ibase (2008) e avaliação integrada de desempenho *triple bottom line* (Elkington, 1997). A partir desse marco conceitual, a tipologia é expandida para examinar os principais indicadores divulgados nos Balanços Sociais da Emater-DF, Emater-GO, Epagri-SC e IDR-PR. A classificação utilizada neste estudo organiza-se em duas dimensões complementares.

A primeira diz respeito à “classificação dos indicadores quanto à focalização”, que distingue indicadores internos - relacionados a capacidades estatais, insumos, processos e gestão - de indicadores externos, que expressam resultados, efeitos e benefícios percebidos pela sociedade. Essa cisão ecoa a literatura de governança e capacidades estatais, que diferencia os “meios de ação” (arranjos e recursos organizacionais) dos “resultados de política” (efeitos e impactos), enfatizando a necessidade de avaliar simultaneamente capacidade e desempenho (Gomide e Pires, 2014; Gomide, Pereira e Machado, 2020). Também converge com referenciais nacionais de governança no setor público, que recomendam articular mecanismos, práticas e resultados para fins de *accountability* (TCU, 2020).

A segunda é referente a “classificação dos indicadores quanto à natureza”: deriva da consagrada tríade do desenvolvimento sustentável (econômico, social e ambiental). Sua formulação clássica é apresentada no Relatório Brundtland (*Our Common Future*), que introduz o conceito de desenvolvimento sustentável e enfatiza a integração entre crescimento econômico, equidade social e proteção ambiental (WCED, 1987). A consolidação normativa internacional da visão “pilares” aparece, de forma explícita, no Documento Final da Cúpula Mundial de 2005, ao reconhecer o desenvolvimento sustentável como sustentado por dimensões econômica, social e ambiental, “interdependentes e mutuamente reforçadoras” (ONU, 2005), e é reiterada pela Agenda 2030 (UNGA, 2015). No campo da mensuração

organizacional, essa tríade foi traduzida na lógica do *triple bottom line* (Elkington, 1997), difundindo a avaliação integrada de desempenho para além do resultado econômico. Neste trabalho, a tríade é acrescida da dimensão institucional, a fim de capturar indicadores de governança, transparência, integridade, coordenação e capacidade de gestão, elementos centrais para a legitimação e efetividade de políticas em entes públicos de ATER.

Em síntese, a taxonomia ESAI proposta a partir do referencial do IBASE e classificações utilizadas internacionalmente, estruturam o plano analítico (interno × externo) e asseguram cobertura temática (econômica, social, ambiental e institucional), e permite observar, de forma sistêmica, os meios (capacidade) e os fins (efeitos) das políticas executadas.

Interno abrange capacidades estatais, insumos, processos e governança (planejamento, orçamento, pessoas, sistemas e controles), enquanto externo corresponde às entregas e resultados percebidos pela sociedade (produção, renda, aprendizagem, inclusão e conservação). A dimensão econômica envolve produtividade, renda, investimento e acesso a mercados e crédito; a social refere-se a bem-estar, educação, saúde, equidade e trabalho decente; a ambiental cobre a conservação e o uso sustentável de água, solos, florestas e biodiversidade; e a institucional contempla arranjos de governança, transparência, integridade e conformidade (Ibase, 2008; ONU, 2005).

Emater-DF

O Quadro 7 - Indicadores do Balanço Social da Emater-DF (2023) apresenta um conjunto de oito indicadores, todos voltados para efeitos externos, refletindo a preocupação da empresa em demonstrar os impactos de suas ações. Predominam os indicadores de natureza econômica, como o Lucro Social e o Fator de Geração de Renda, mas também se destacam iniciativas sociais e ambientais, como o Programa de Saneamento Rural e o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). Essa composição sugere uma estratégia de evidenciação orientada a demonstrar resultados monetizáveis junto ao público atendido, ancorada em geração de renda e inclusão social dos produtores rurais, coerente com a finalidade do Balanço Social.

Quadro 7 - Indicadores do Balanço Social da Emater-DF (2023)

ID	Nome e Unidade de Medida	Descrição	Fórmula de Cálculo	Taxonomia	
				A	B
1	Lucro Social (Em R\$ 1,00)	Mede o retorno socioeconômico das ações públicas, promovendo desenvolvimento local.	(Indicadores internos + econômicos + sociais + ambientais – tributos) / Resultado operacional	Externo	Econômico
2	Fator de Geração de Renda (FGR) (Em R\$)	Avalia a capacidade da ATER de promover geração de renda por meio da educação não-formal ao público beneficiário	Total de atendimentos multiplicado pelo fator R\$ 490,54 (ajustado pelo IGP-M)	Externo	Econômico
3	Compras Institucionais: PAA, PNAE e PAPA-DF. (Em R\$ / Qtd. de alimentos)	Informa o volume de alimentos adquiridos da agricultura familiar e valores pagos aos produtores rurais pelos programas governamentais.	Consolidação dos contratos por programa (PAA, PAPA-DF, PNAE)	Externo	Econômico
4	Valor Bruto da Produção Agropecuária e Agroindustrial (Em R\$)	Reflete o valor bruto monetário da produção agrícola e agroindustrial no DF.	Área plantada × preço médio da produção no período Quantidade produzida X preço no período	Externo	Econômico
5	Crédito Rural (Em R\$)	Informa o volume de crédito aprovado para atividades agropecuárias com apoio da Emater-DF.	Montante de crédito concedido aos produtores rurais.	Externo	Econômico
6	Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) (Em R\$ / área preservada)	Reconhecimento financeiro por práticas sustentáveis de preservação e conservação ambiental.	Montante pago aos produtores rurais por serviços ambientais	Externo	Ambiental
7	Programa de Saneamento Rural (Famílias beneficiadas / Qtd. de sistemas instalados)	Implantação de soluções de saneamento para famílias rurais do DF.	Total de sistemas individuais de tratamento instalados	Externo	Social
8	Programa de Fomento Rural (Em R\$)	Apoio financeiro a famílias para desenvolver atividades produtivas sustentáveis.	Total de famílias beneficiadas e montante pago às mesmas famílias	Externo	Econômico

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Balanço Social Emater-DF (2023).

Emater-GO

O Quadro 8 - Indicadores do Balanço Social da Emater-GO (2021) apresenta dezoito indicadores que combinam métricas de focalização interna - capacidade tecnológica, arranjos institucionais e governança - com indicadores externos orientados à mensuração de resultados junto aos públicos atendidos. A análise dos indicadores do BS Emater-GO reforça a predominância de indicadores externos e econômicos (Lucro Social; tecnologias avaliadas/transferidas; razão B/C; comercialização de touros), combinados a meios institucionais (URTs, P&D em mandioca, governança) e a entregas ambientais (mudas nativas). Essa composição sugere uma estratégia de legitimação e fortalecimento

institucional, ancorada em capacidades institucionais de pesquisa, extensão e governança coerente com a finalidade do Balanço Social de comunicar valor público.

Quadro 8 - Indicadores do Balanço Social da Emater-GO (2021)

ID	Nome e Unidade de Medida	Descrição	Fórmula de Cálculo	Taxonomia	
				A	B
1	Lucro Social (Em R\$)	Mede o retorno social dos investimentos em ATER.	(Indicadores sociais internos + indicadores sociais externos + impactos econômicos/ sociais/ ambientais) / Receita Operacional Líquida → resultado convertido em R\$ por R\$ 1	Externo	Econômico
2	Tecnologias avaliadas (Em R\$)	Estimativa de retorno econômico de tecnologias avaliadas/adotadas no campo.	Soma dos ganhos econômicos atribuíveis às tecnologias	Externo	Econômico
3	Tecnologias transferidas (Em R\$)	Economia gerada ao produtor por sementes fornecidas abaixo do preço de mercado.	(Preço médio de mercado - preço praticado) × quantidade vendida; quando aplicável, multiplicador econômico (ex.: fator insumo-renda)	Externo	Econômico
4	Projeto Bovinocultura Sustentável (R\$/ha/ano)	Mede a lucratividade por área ou por unidade animal sob boas práticas de manejo.	Receita líquida / área (ha) ou Receita líquida UA; comparação intertemporal para demonstrar ganho	Externo	Ambiental
5	Custo-benefício das sementes (Razão B/C)	Mede o benefício econômico proporcional ao custo.	Benefício econômico total / custo total do insumo	Externo	Econômico
6	Touros pura origem (PO) comercializados (Unid.)	Número de animais reprodutores comercializados no Pró-Genética.	Contagem de registros (Nº de touros)	Externo	Econômico
7	Mudas nativas fornecidas (Unid.)	Quantidade de mudas distribuídas para recomposição/adequação ambiental.	Contagem de registros (Nº de mudas)	Externo	Ambiental
8	Unidades de Referência Tecnológica - URTs (Unid.)	Unidades demonstrativas de tecnologia em propriedades rurais.	Total implantado/ativo (N de URTs)	Interno	Institucional
9	Melhoramento Genético de Mandioca (projetos/linhagens)	Ações de P&D e difusão de material propagativo adaptado	Total de projetos/linhagens ou áreas experimentais ativas	Interno	Institucional
10	Gestão: Transparência e Ética (índice/escala)	Indicadores de governança, <i>compliance</i> e conduta.	Índice/nota conforme instrumentos internos e rankings oficiais	Interno	Institucional

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Balanço Social Emater-GO (2021).

Epagri-SC

O Quadro 9 - Indicadores do Balanço Social da Epagri-SC (2023) apresenta 22 indicadores. O conjunto combina indicadores externos de natureza econômica, social, ambiental e institucional (p. ex., Retorno social, Retorno econômico global, Famílias atendidas, Pecuária Carbono Zero, Parcerias/Observatório), com capacidades internas que sustentam a entrega (Ações de ATER, Capacitações, Projetos/Publicações, URTs, Análises laboratoriais). Assim, o BS evidencia, de forma sintética, impactos gerados e meios institucionais mobilizados para produzir valor público.

O conjunto analisado revela equilíbrio entre a demonstração de impactos externos, com destaque para retornos e benefícios econômicos associados à adoção tecnológica, e a explicitação de meios institucionais que sustentam a entrega de resultados (capacitações, URTs, laboratórios, parcerias e infraestrutura de dados). A dimensão social é contemplada (famílias e produtores atendidos, juventudes) e a ambiental aparece em iniciativas de mitigação e adaptação (Pecuária Carbono Zero, manejo sustentável e recuperação de solos). Ao integrar desempenho econômico, alcance social, cuidados ambientais e base institucional, o Balanço Social da Epagri-SC projeta uma estratégia de *accountability* orientada à geração de valor público.

Quadro 9 - Indicadores do Balanço Social da Epagri-SC (2023)

ID	Nome e Unidade de Medida	Descrição	Fórmula de Cálculo	Taxonomia	
				A	B
1	Retorno social (Em R\$)	Expressa o retorno social das ações e tecnologias da EPAGRI considerando impactos econômicos de 122 soluções.	(Indicadores laborais + impactos sociais, econômicos e ambientais) / Receita Operacional Líquida	Externo	Econômico
2	Retorno econômico global (R\$ bilhões)	Estimativa do impacto econômico total das tecnologias avaliadas em 2023.	Soma dos benefícios monetários atribuídos à adoção das tecnologias	Externo	Econômico
3	Tecnologias avaliadas (unid.)	Tecnologias com impacto mensurado (econômico, social, ambiental).	Total de tecnologias avaliadas	Externo	Econômico
4	Ações de ATER realizadas (unid.)	Atividades técnicas e educativas para qualificar a produção, promover práticas sustentáveis e fortalecer a agricultura familiar.	Total de métodos e ações de ATER registradas (visitas, cursos, oficinas etc.)	Interno	Social
5	Capacitações realizadas (Nº de inscritos)	Cursos presenciais e online oferecidos pela EPAGRI.	Total de pessoas inscritas nas capacitações	Interno	Social
6	Projetos de pesquisa / publicações científicas (unid.)	Produção técnico-científica com foco em inovação rural.	Contagem anual (projetos / publicações)	Interno	Institucional

7	Tecnologias lançadas (unid.)	Novas tecnologias registradas em 2023, com potencial de impacto no setor agropecuário.	Total de registros no sistema interno EPAGRI	Externo	Econômico
8	Famílias rurais atendidas (famílias)	Público beneficiário direto das ações de ATER.	Total de famílias atendidas	Externo	Social
9	Produtores atendidos em políticas públicas (produtores)	Agricultores beneficiados por programas (Terra Boa, Kit Solo Saudável, PNAE, PAA etc.).	Total de produtores assistidos em ações vinculadas a políticas públicas	Externo	Social
10	Entidades atendidas / parcerias (unid.)	Cooperativas, universidades, prefeituras e outras parceiras em PD&I e ATER.	Total de entidades atendidas e parcerias firmadas	Externo	Institucional
11	Jovens assistidos (pessoas)	Jovens envolvidos em ações educativas, técnicas ou de capacitação (ex.: Ação Jovem Rural).	Total de jovens registrados nas ações	Externo	Social
12	URTs acompanhadas (unid.)	Unidades-vitrine de inovação e boas práticas sustentáveis.	Total de URTs operacionais	Interno	Institucional
13	Crédito rural (R\$ / beneficiários)	Montante viabilizado por projetos técnicos elaborados pela EPAGRI.	Soma do crédito aprovado via projetos EPAGRI	Externo	Econômico
14	Alcance em redes sociais (visualizações e seguidores)	Engajamento e difusão de conteúdos técnicos e informativos.	Total de acessos e interações nas mídias digitais institucionais	Externo	Institucional
15	Análises laboratoriais (unid.)	Análises de solo, folhas e frutos para orientar práticas sustentáveis.	Total de análises processadas	Interno	Institucional
16	Mobilização de recursos por eventos climáticos (produtores / R\$)	Beneficiários e montante repassado após eventos climáticos extremos em SC.	Total de produtores e total de recursos pagos	Externo	Social
17	Cultivares de maçã no exterior (cultivares / R\$)	Receita com exportação de cultivares para a Itália (~200 ha).	Royalties + cessão de uso	Externo	Econômico
18	Pecuária Carbono Zero (tCO ₂ e/ha/ano)	Estimativa de remoção de carbono por pastagens perenes sob protocolo EPAGRI.	Área × potencial de sequestro por hectare	Externo	Ambiental
19	Cultivo sustentável da mandioca (ha)	Área conduzida sob boas práticas agrônômicas estimuladas pela EPAGRI.	Total de áreas manejadas com práticas sustentáveis	Externo	Ambiental
20	Produção de tilápia (t)	Volume de produção aquícola em SC com apoio técnico da EPAGRI.	Volume total produzido em viveiros	Externo	Econômico
21	Kit Solo Saudável (famílias / R\$)	Programa de insumos e sementes para adubação verde e recuperação do solo.	Total de famílias beneficiadas e montante aplicado	Externo	Ambiental
22	Observatório Agro Catarinense (acessos / painéis)	Plataforma digital de dados do agro catarinense.	Total de acessos e de painéis ativos	Externo	Institucional

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Balanço Social Epagri-SC (2023).

IDR-PR

O Quadro 10. Indicadores do Balanço Social da IDR-PR (2023), apresenta 16 indicadores, combinando resultados externos, notadamente econômicos e sociais (Retorno de cada Real Investido, Retorno global, crédito rural, atendimento a agricultores, cooperativas e agroindústrias) com capacidades internas (projetos/publicações, atividades de

extensão e cooperações). Complementam o conjunto métricas ambientais (recuperação de áreas, energia renovável) e institucionais de comunicação pública (alcance em redes sociais).

Os indicadores do IDR-PR evidenciam predominância de indicadores externos, com forte viés econômico (retornos monetizados, crédito e atendimento a agroindústrias), associado a um bloco expressivo de indicadores sociais (agricultores e UPFs atendidas, atividades e atendimentos, juventudes) e a um conjunto ambiental voltado tanto à mitigação/recuperação (áreas restauradas) quanto à transição energética (energia renovável em propriedades). As capacidades internas aparecem em pesquisa/publicações e nas cooperações com municípios, sinalizando base institucional para sustentar a entrega de resultados. Em síntese, o Balanço Social IDR-PR comunica valor público ao articular efeitos econômicos mensuráveis com alcance social e avanços ambientais, ancorados em arranjos institucionais de pesquisa, extensão e cooperação.

Quadro 10 - Indicadores do Balanço Social da IDR-PR (2023)

ID	Nome e Unidade de Medida	Descrição	Fórmula de Cálculo	Taxonomia	
				A	B
1	Retorno de cada Real Investido (Em R\$)	Benefício econômico e social direto obtido com tecnologias transferidas.	Somatório dos impactos das ações e tecnologias / Receita Operacional Líquida	Externo	Econômico
2	Retorno global para a sociedade e participação do IDR-PR (Em R\$)	Impacto total e parcela atribuída ao IDR-PR no desenvolvimento rural.	Soma dos benefícios monetários atribuídos à adoção das tecnologias	Externo	Econômico
3	Projetos de pesquisa e publicações tecnocientíficas (unid.)	Produção técnico-científica institucional (livros, artigos, folders, cartilhas etc.).	Total de projetos e publicações no período	Interno	Institucional
4	Unidades de produção familiar atendidas - UPFs (unid.)	Capacidade de atendimento a propriedades rurais.	Total de UPFs atendidas no período	Externo	Social
5	Cooperativas assessoradas (unid.)	Cooperativas com apoio técnico e gerencial.	Total sistematizado de cooperativas atendidas	Externo	Institucional
6	Agroindústrias assessoradas (unid.)	Unidades agroindustriais atendidas.	Total sistematizado de agroindústrias atendidas	Externo	Econômico
7	Agricultores atendidos (pessoas)	Atendimentos diretos de ATER a produtores.	Total de agricultores atendidos	Externo	Social
8	Atividades de extensão rural realizadas (unid.)	Ações educativas e técnicas executadas.	Total de métodos coletivos (eventos, visitas, cursos etc.)	Externo	Social
9	Atendimentos nas propriedades (unid.)	Visitas e atendimentos diretos <i>in loco</i> .	Total de atendimentos registrados	Externo	Social
10	Cooperações com Municípios (unid.)	Convênios e parcerias com administrações municipais.	Total de cooperações firmadas	Interno	Institucional
11	Crédito rural (Em R\$)	Recursos viabilizados com apoio do IDR-PR.	Montante aprovado e concedido aos produtores	Externo	Econômico
12	Alcance em redes sociais (Nº acessos/interações)	Difusão de conteúdos técnicos e informativos.	Total de acessos e interações nas mídias institucionais	Externo	Institucional

13	Recuperação ambiental e hídrica (ha)	Áreas com ações de conservação de solo, água e vegetação nativa.	Área total impactada	Externo	Ambiental
14	Participação de Jovens na Cadeia Produtiva (pessoas/famílias)	Formação e inclusão produtiva da juventude rural.	Total de jovens capacitados e famílias envolvidas	Externo	Social
15	Expansão da geração de energia renovável (Nº propriedades)	Instalação de painéis solares e biogás em áreas rurais.	Total de propriedades com sistemas instalados até 2023	Externo	Ambiental
16	Impacto social e ambiental agregado das ações (índice não monetário)	Avaliação qualitativa de efeitos sociais e ambientais combinados.	Índice ponderado de impacto	Externo	Social

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Balanço Social IDR-PR (2023).

Observa-se, nos Balanços Sociais das quatro entidades analisadas, um desbalanceamento sistemático na arquitetura de indicadores, com predominância de métricas externas e de cunho econômico em detrimento da dimensão social da taxonomia ESAI. Em termos comparativos, a Emater-DF enfatiza a mensuração de resultados econômicos; a Emater-GO diversifica entre resultados econômicos, ambientais e institucionais; a Epagri-SC e IDR-PR demonstram maior equilíbrio entre as quatro dimensões propostas.

Em síntese, o recorte de indicadores apresentados nos Balanços Sociais analisados não priorizou indicadores sociais. O conjunto dos indicadores indica que a lógica de *accountability* e de legitimação institucional permanece orientada à mensuração de valor econômico agregado e à comprovação de entregas organizacionais, relegando a indicadores sociais papel secundário, especialmente aqueles voltados a equidade, inclusão e resultados em bem-estar nas comunidades rurais. Em suma, a ênfase que prevalece é econômico-institucional, com a dimensão social ainda pouco privilegiada no portfólio de divulgação, o que limita a avaliação e não demonstra o potencial social que a ATER se propõe a promover na qualidade de vida das comunidades rurais, conforme definições da PNATER.

7. RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS ODS EVIDENCIADOS NOS BALANÇOS SOCIAIS DAS ENTIDADES PÚBLICAS SELECIONADAS

Este capítulo apresenta a análise dos indicadores dos Balanços Sociais das entidades públicas de ATER à luz dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A análise mostra frequência e em seguida, examina-se o padrão de aderência dos indicadores aos propósitos da Agenda 2030. Por fim, apresentam-se quatro matrizes de indicadores referenciados nos principais ODS achados.

A análise documental dos Balanços Sociais permitiu observar que as quatro entidades públicas analisadas adotam diferentes abordagens quanto à incorporação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em seus Balanços Sociais. A EMATER-DF realiza menções explícitas a ODS específicos: 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável), 6 (Água Potável e Saneamento), 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), 10 (Redução das Desigualdades) e 13 (Ação contra a Mudança Global do Clima) embora sem apresentar detalhamento metodológico. Já os Balanços Sociais da EMATER-GO e da EPAGRI-SC não fazem referência direta aos ODS ou à Agenda 2030, limitando-se à exposição dos resultados institucionais. Por sua vez, o IDR-Paraná menciona de forma abrangente todos os 17 ODS, destacando o alinhamento de suas ações à Agenda 2030 por meio do Plano Plurianual (PPA) do Estado, que estrutura programas e metas em consonância com os compromissos globais de desenvolvimento sustentável.

A etapa quantitativa da pesquisa consistiu no exame detalhado de indicadores extraídos dos balanços sociais das quatro entidades públicas analisadas (Emater-DF, Emater-GO, Epagri-SC e IDR-PR). Esses indicadores foram organizados, detalhados e classificados por correspondência temática conforme sua relação com os 17 ODS da Agenda 2030, resultando em uma matriz que expressa distribuição de frequência de indicadores por ODS. Essa análise mostrou a predominância de indicadores de ATER associados aos ODS 2, ODS 4, ODS 8, e ODS 15.

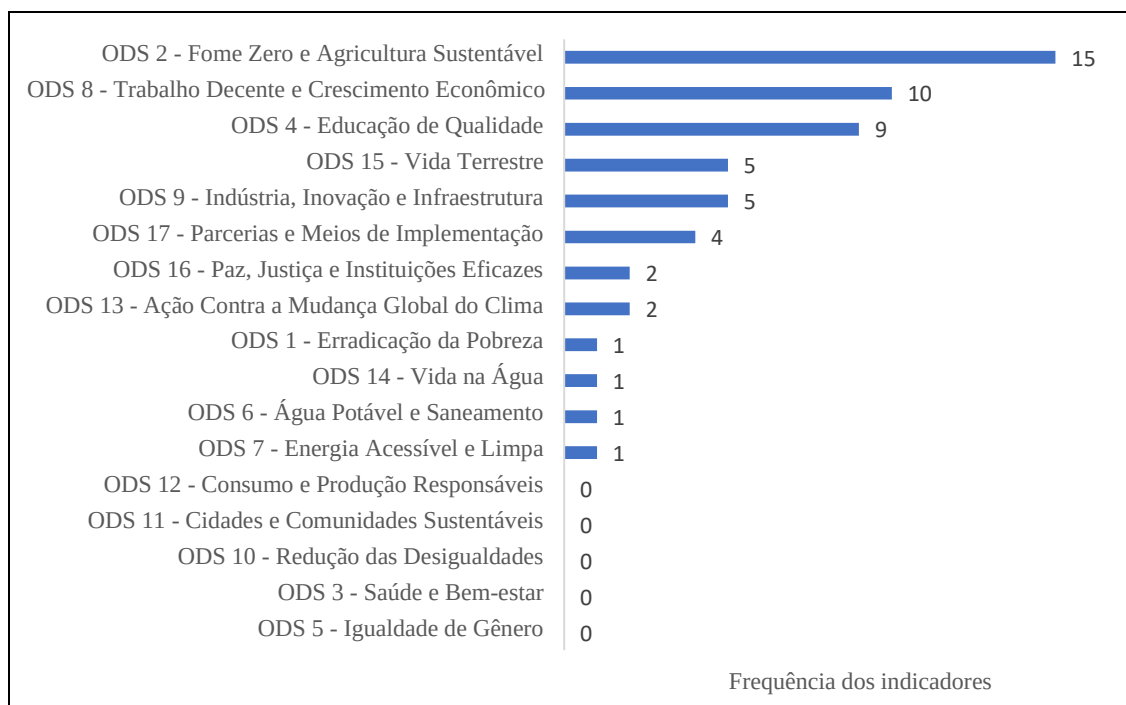
Complementarmente, a pesquisa qualitativa contou com a realização de entrevistas semiestruturadas com os coordenadores responsáveis pela elaboração dos balanços sociais de cada entidade. O objetivo foi compreender as percepções institucionais sobre o processo de elaboração dos relatórios, os critérios de escolha dos indicadores, os mecanismos de governança, e principalmente as incorporações dos resultados à Agenda 2030.

7.1 Análise de Frequência por ODS e Indicadores Associados

Esta seção apresenta a análise de frequência dos indicadores divulgados nos Balanços Sociais das entidades públicas de ATER por ODS. Esta análise permite identificar áreas mais monitoradas e, em contrapartida, lacunas em determinados ODS. O presente trabalho propõe um mapeamento quantitativo da frequência de indicadores associados a cada ODS, com vistas a subsidiar diagnósticos e orientar decisões estratégicas.

A análise foi conduzida a partir de uma lista de 56 indicadores divulgados pelas quatro entidades públicas selecionadas, sendo cada um deles detalhado e submetido a um processo de *matching* (correspondência temática) com as palavras-chave dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, de modo a identificar o alinhamento temático entre os indicadores institucionais e os objetivos da Agenda 2030. Para cada indicador contabilizou-se um único ODS. A frequência corresponde ao total de indicadores relacionados a um mesmo ODS, sendo interpretada como um *proxy* do nível de atenção institucional a esse ODS. Os dados foram sistematizados no Gráfico 1 apresentados em ordem decrescente de frequência.

Gráfico 1 - Distribuição de indicadores por ODS associados nos balanços sociais das entidades públicas selecionadas



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos Balanços Sociais das entidades selecionadas: Emater-DF (2023), Emater-GO (2021), Epagri-SC (2023) e IDR-PR (2023)

O exame de 56 indicadores revelou associações distribuídas em 12 dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A concentração dos indicadores mostra-se em (2/3) dois terços nos ODS 2, ODS 8, ODS 4 e ODS 15, em consonância com a natureza das ações de ATER, cuja abrangência multidimensional dialoga com a própria arquitetura dos ODS.

A análise mostra que o ODS mais recorrente foi o ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável), com 15 indicadores associados (26,32% do total) evidenciando forte alinhamento institucional a políticas agrícolas, segurança alimentar, assistência técnica e extensão rural. Em segundo lugar, o ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), com 10 indicadores (17,54%). Esses dois objetivos (ODS 2, ODS 8) somam (43,86%) de toda a aderência observada, reforçando a relevância atribuída à geração de renda, ao impacto econômico-social e à segurança alimentar. Seguidos pelo ODS 4 (Educação de Qualidade) com 9 indicadores e ODS 15 (Vida Terrestre) com 5 indicadores associados.

Os ODS 1, ODS 14, ODS 6 e ODS 7 apresentaram apenas um indicador cada, enquanto os ODS 12, ODS 11, ODS 10, ODS 3 e ODS 5 não encontraram associações, o que sugere áreas de baixa cobertura analítica e/ou potencial sub monitoramento. A proposta de análise de frequência por ODS evidencia assimetrias no monitoramento de indicadores, privilegiando a dimensão agrícola e econômica. A identificação de ODS sub-representados constitui oportunidade estratégica para aprimorar políticas e alinhar ações institucionais de modo mais abrangente aos compromissos da Agenda 2030.

A distribuição dos indicadores por ODS evidenciada no Gráfico 1 pode ser interpretada como resultado de um conjunto de fatores, e não de uma única causa isolada. De um lado, revela limitações do próprio Balanço Social, enquanto instrumento voluntário e seletivo de transparência, que não captura a totalidade das ações e tende a privilegiar áreas mais consolidadas de mensuração. De outro, reflete escolhas estratégicas das entidades públicas de ATER sobre quais entregas desejam comunicar e para quais públicos, ao mesmo tempo em que sugere sub-representação ou até mesmo possíveis lacunas das políticas e sistemas de informação de ATER.

A fim de complementar a análise de frequência, elaborou-se A Tabela 2 - Matriz binária de frequência dos ODS por entidade selecionada, com a seguinte legenda: (1) indica presença e (0) indica ausência de indicadores associados a cada ODS, considerando apenas o recorte apresentado pelos indicadores contidos nos balanços sociais selecionados e a análise de correspondência temática realizada neste estudo. Essa abordagem permite

verificar a distribuição entre as instituições, evidenciando quais ODS são mais recorrentes de forma transversal.

Tabela 2 - Matriz binária de frequência dos ODS por entidades públicas selecionadas

17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	Emater- DF	Emater- GO	Epagri- SC	IDR-PR	Total
ODS 1 - Erradicação da Pobreza	1	0	0	0	1
ODS 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável	1	1	1	1	4
ODS 3 - Saúde e Bem-estar	0	0	0	0	0
ODS 4 - Educação de Qualidade	1	1	1	1	4
ODS 5 - Igualdade de Gênero	0	0	0	0	0
ODS 6 - Água Potável e Saneamento	1	0	0	0	1
ODS 7 - Energia Acessível e Limpa	0	0	0	1	1
ODS 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico	1	1	1	1	4
ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura	0	0	1	1	2
ODS 10 - Redução das Desigualdades	0	0	0	0	0
ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis	0	0	0	0	0
ODS 12 - Consumo e Produção Responsáveis	0	0	0	0	0
ODS 13 - Ação Contra a Mudança Global do Clima	0	0	1	0	1
ODS 14 - Vida na Água	0	0	1	0	1
ODS 15 - Vida Terrestre	1	1	1	1	4
ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes	0	1	1	0	2
ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação	0	0	1	1	2
	6	5	9	7	27

Legenda: (1) presença e (0) ausência de indicadores.

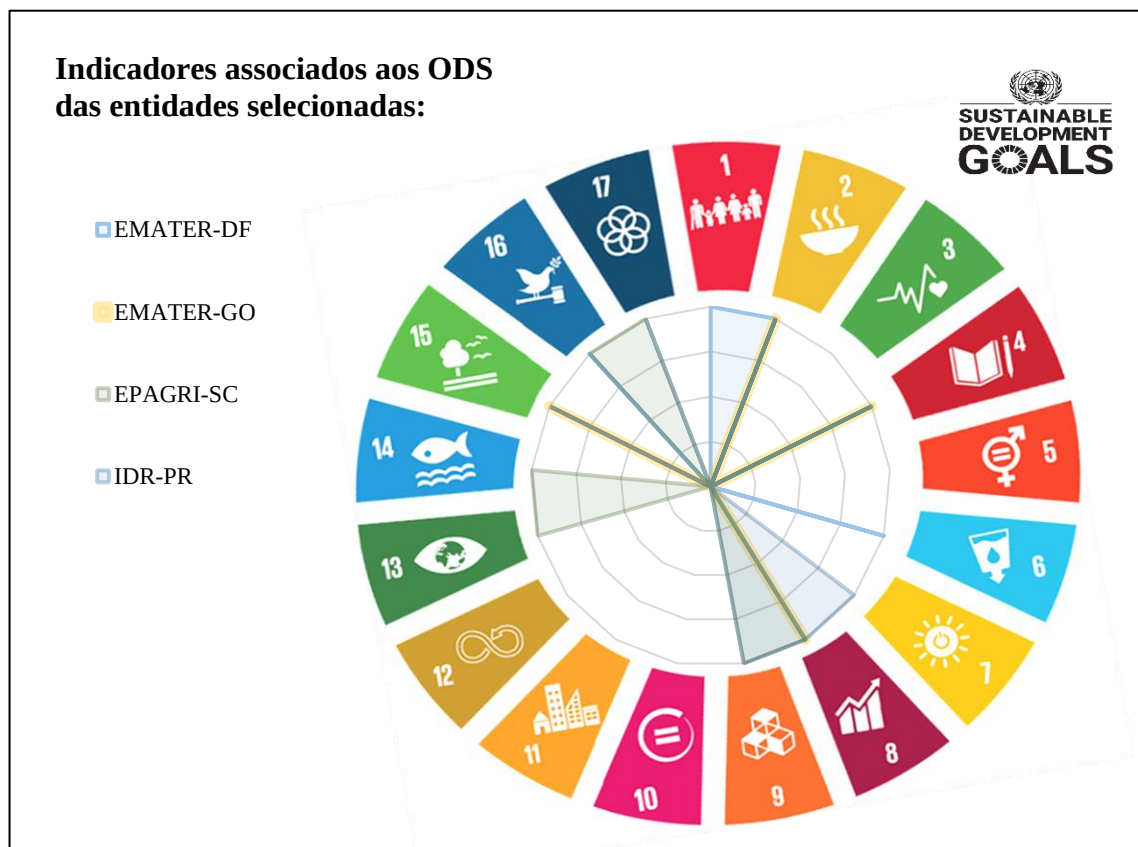
Elaborado pela autora a partir dos Balanços Sociais das entidades selecionadas - Emater-DF (2023), Emater-GO (2021), Epagri-SC (2023) e IDR-PR (2023).

A matriz binária sintetiza a presença ou ausência de indicadores vinculados aos ODS em cada uma das quatro entidades públicas analisadas. Observa-se que os ODS 2 (Fome zero e Agricultura sustentável), ODS 4 (Educação de qualidade), ODS 8 (Trabalho decente e crescimento econômico), ODS 15 (Vida terrestre) estão presentes em todas as instituições, confirmando sua centralidade na agenda da assistência técnica, extensão rural e pesquisa agropecuária. Por outro lado, ODS 1 (Erradicação da pobreza), ODS 6 (Água potável e saneamento), ODS 7 (Energia limpa e acessível), ODS 13 (Mudança global do clima), ODS 14 (Vida na água) aparecem de forma restrita, refletindo ações pontuais e não sistemáticas.

Enquanto os ODS 3 (Saúde e Bem-Estar), ODS 5 (Igualdade de Gênero), ODS 10 (Redução das Desigualdades), ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) e ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis) não encontraram associações nos balanços sociais analisados, permanecendo como dimensões ainda pouco exploradas na atuação e na mensuração de resultados das entidades públicas de ATER. Esse padrão revela que, embora haja abrangência temática, a aderência permanece desigual entre os objetivos globais, sendo mais forte nos eixos produtivos e econômicos do que nas dimensões de gênero, energia e clima.

A figura 4 sintetiza a distribuição dos indicadores dos Balanços Sociais das quatro entidades públicas analisadas em relação aos 17 ODS, permitindo visualizar, em perspectiva comparada, quais objetivos são mais frequentemente contemplados. Cada raio do gráfico corresponde a um ODS e as áreas preenchidas representam o número relativo de indicadores associados por entidade, refletindo o resultado do procedimento de *matching* temático entre indicadores e Agenda 2030 descrito na metodologia, com ênfase aos ODS 2, 4, 8 e 15, que aparecem de forma representativa nos quatro Balanços Sociais estudados.

Figura 4 - Associação dos indicadores apresentados nos Balanços Sociais aos ODS



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos Balanços Sociais das entidades selecionadas: Emater-DF (2023), Emater-GO (2021), Epagri-SC (2023) e IDR-PR (2023)

7.2. ODS mais recorrentes nos Balanços Sociais: análise descritiva dos ODS 2, 4, 8 e 15

A presente seção examina os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) mais recorrentes identificados nos Balanços Sociais das entidades públicas de ATER analisadas, com ênfase nos ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável), 4 (Educação de Qualidade), 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico) e 15 (Vida Terrestre). Esses objetivos destacam-se por sintetizar dimensões centrais da atuação das entidades de ATER, que abrangem desde o fortalecimento da segurança alimentar e o estímulo à agricultura sustentável até a promoção de conhecimento técnico, geração de trabalho e equilíbrio dos ecossistemas terrestres.

O exame dos indicadores, com base na correspondência temática entre os Balanços Sociais e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), permitiu identificar as áreas de maior convergência entre as ações institucionais e os propósitos da Agenda 2030. Essa análise descritiva possibilita compreender de que modo os indicadores apresentados refletem contribuições para o avanço dos ODS, evidenciando a integração entre as políticas de desenvolvimento rural e os princípios do desenvolvimento sustentável.

ODS 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 2 visa “acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável”. A Agenda 2030 estabelece metas específicas para esse objetivo, das quais destacam-se:



“2.1 Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a uma alimentação segura, nutritiva e suficiente durante todo o ano.”

“2.3 Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos produtores de alimentos em pequena escala, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores (...), incluindo o acesso seguro e equitativo à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades para agregação de valor e emprego não agrícola.”

“2.4 Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes que aumentem a produtividade e a produção, que contribuam para manter os ecossistemas (...), e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo.” (Nações Unidas, 2015.)

Esse ODS encontra forte correspondência com a atuação de instituições públicas de assistência técnica, extensão rural e pesquisa agropecuária. Tais entidades atuam diretamente na transferência de tecnologias, no fortalecimento da agricultura familiar, na promoção da

agroecologia, na inclusão produtiva de populações rurais e na geração de conhecimento voltado à segurança alimentar e à sustentabilidade.

O conjunto de indicadores associados ao ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável representa a maior concentração temática nos Balanços Sociais das entidades públicas analisadas (Emater-DF, Emater-GO, Epagri-SC e IDR-PR). Ao todo, foram identificados 15 indicadores associados que dialogam com as metas 2.1, 2.3 e 2.4 da Agenda 2030, evidenciando a centralidade da produção agrícola sustentável, da segurança alimentar e da inclusão produtiva, temas centrais na ATER.

De maneira geral, os indicadores do ODS 2 revelam três grandes eixos de atuação da ATER: i) promoção da segurança alimentar e acesso a mercados, por meio das compras institucionais e dos programas de abastecimento; ii) incremento da produtividade e inovação tecnológica, com foco em acesso à insumos, difusão tecnológica e manejo sustentável da produção; e iii) cobertura de atendimentos, representada pelo número de famílias, agricultores e propriedades atendidas. Assim, observa-se que as quatro entidades públicas analisadas não apenas contribuem para o combate à fome, mas também reforçam a sustentabilidade produtiva e a inclusão socioeconômica dos agricultores familiares, reafirmando o papel da ATER como instrumento fundamental para o alcance das metas da Agenda 2030.

Nos Balanços Sociais analisados - das entidades públicas Emater-DF, Emater-GO, Epagri-SC e IDR-PR - foram identificados 15 indicadores com forte comunicação com o ODS 2. Apresenta-se a seguir no Quadro 11 - Indicadores associados ao ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável), o descritivo de indicadores associados ao ODS 2.

Quadro 11 - Indicadores associados ao ODS 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável

Instituição	Nº Indicador	Nome do Indicador	Descrição	Fórmula de Cálculo	Fonte de Dados
Emater-DF	1.3	Compras Institucionais - PAA, PNAE, PAPA-DF	Volume de alimentos adquiridos da agricultura familiar e valores pagos aos produtores rurais pelos programas governamentais.	Consolidação dos contratos por programa (PAA, PAPA-DF, PNAE)	Relatórios validados pelas Coordenadorias (EmaterWeb) + editais e chamadas públicas (MDS, FNDE, SEAGRI-DF)
Emater-GO	2.2	Tecnologias avaliadas	Retorno econômico da pesquisa agropecuária.	Valor monetário ajustado com base nos preços médios mensais × fator IPEA (1,4).	Siscred_financiamento_2021; fator IPEA; preços médios Conab
Emater-GO	2.3	Tecnologias transferidas (sementes)	Economia gerada por sementes fornecidas abaixo do valor de mercado.	Informação não descrita no documento de origem	Relatórios de estoque da Emater-GO
Emater-GO	2.4	Projeto Bovinocultura sustentável	Lucratividade gerada por unidade de área em propriedades rurais beneficiadas pelo projeto.	Receita líquida = Receita bruta – Despesas ÷ Área de pastagem (ha).	Registros das Unidades Demonstrativas da Emater-GO
Emater-GO	2.5	Custo-benefício das sementes	Benefício econômico proporcionado ao agricultor com acesso a insumos de qualidade e baixo custo.	Custo por hectare = preço da semente ÷ produtividade média.	Relatórios técnicos da Emater-GO (2021)
Emater-GO	2.6	Touros pura origem comercializados (Pró-Genética)	Democratização do acesso ao melhoramento genético bovino, com foco na inclusão produtiva.	Total de touros vendidos pelo Pró-Genética.	Relatórios institucionais do Programa Pró-Genética
Epagri-SC	3.3	Tecnologias avaliadas	Tecnologias com impacto mensurado (econômico, social e ambiental).	Total de tecnologias avaliadas.	Relatórios internos EPAGRI
Epagri-SC	3.8	Famílias rurais atendidas	Nº de famílias que receberam atendimento por meio de ATER (individual ou coletivo).	Total de famílias atendidas em ações de ATER.	Sistemas internos EPAGRI
Epagri-SC	3.9	Produtores atendidos em políticas públicas	Nº de agricultores beneficiados por políticas públicas (Terra Boa, Kit Solo	Total de produtores assistidos em ações vinculadas	Programas institucionais EPAGRI

			Saudável, PNAE, PAA etc.).	a políticas públicas.	
Epagri-SC	3.15	Análises laboratoriais	Nº de análises laboratoriais de solo, folhas e frutos para orientar práticas sustentáveis.	Total de exames processados.	Sistema Laboratorial EPAGRI
Epagri-SC	3.19	Cultivo sustentável da mandioca	Área de mandioca sob boas práticas agrônômicas estimuladas pela EPAGRI.	Total de áreas manejadas com práticas sustentáveis.	Sistemas internos EPAGRI
Epagri-SC	3.21	Kit Solo Saudável	Programa de distribuição de insumos e sementes para adubação verde e recuperação do solo.	Total de famílias beneficiadas e montante de recursos aplicados.	Programa Kit Solo Saudável / EPAGRI
IDR-PR	4.4	Unidades de produção familiar atendidas	Capacidade de atendimento às unidades de produção familiar (propriedades rurais).	Total de UPFs atendidas no período.	Sistema interno de Gestão IDR-PR (GETEC)
IDR-PR	4.7	Agricultores atendidos	Agricultores atendidos diretamente com ações de ATER.	Total de agricultores atendidos.	Sistema interno de Gestão IDR-PR (GETEC)
IDR-PR	4.9	Atendimentos nas propriedades	Atendimentos realizados diretamente nas propriedades rurais.	Total de atendimentos registrados.	Sistema interno de Gestão IDR-PR (GETEC)

Fonte: Elaboração da autora a partir dos Balanços Sociais das entidades selecionadas.

ODS 4 – Educação de Qualidade

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 propõe-se a “assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”. Dentre suas metas, destacam-se aquelas diretamente relacionadas à capacitação técnica e à educação para o desenvolvimento sustentável, como:



“4.3 Até 2030, assegurar igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade.”

“4.4 Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.”

“4.7 Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável (...), por meio da educação para o desenvolvimento sustentável, estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção da cultura de paz e valorização da diversidade cultural.” (Nações Unidas, 2015.)

No contexto das entidades públicas de ATER e pesquisa agropecuária, o ODS 4 se materializa principalmente nas ações de formação continuada voltadas a agricultores(as), jovens rurais, técnicos(as) e agentes públicos, com foco na qualificação profissional, na disseminação de tecnologias sustentáveis e no fortalecimento do capital humano nos territórios rurais. Em consonância com a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), a extensão rural é reconhecida como educação não formal, orientada à aprendizagem prática, técnica e cidadã dos públicos atendidos. Essa perspectiva reforça a dimensão pedagógica das ações de ATER e de pesquisa agropecuária, destacando seu papel estratégico na promoção do desenvolvimento humano e sustentável.

O conjunto de indicadores associados ao ODS 4 – Educação de Qualidade evidencia o papel estratégico da ATER pública como espaço de aprendizagem contínua e de difusão de conhecimentos no meio rural. Foram identificados 9 indicadores distribuídos entre as quatro entidades analisadas, que expressam tanto o esforço institucional na realização de capacitações e atividades educativas quanto a incorporação de novos instrumentos de comunicação, como as mídias digitais, para ampliar o alcance das ações. Esses indicadores dialogam diretamente com as metas 4.3, 4.4 e 4.7 da Agenda 2030, relacionadas ao acesso à educação técnica e profissional, ao fortalecimento de competências para o trabalho e à valorização dos jovens.

De maneira geral, os indicadores do ODS 4 revelam a atenção das entidades públicas de ATER em articular educação, capacitação e inovação tecnológica como instrumentos de fortalecimento da agricultura familiar. Ao mensurar o número de agricultores capacitados, jovens envolvidos e interações digitais alcançadas, esses indicadores reforçam a função social da extensão rural, alinhada à promoção de uma educação inclusiva e contextualizada às necessidades do meio rural brasileiro.

O ODS 4 manifesta-se de forma transversal em todos os Balanços Sociais analisados, evidenciando a relevância dessa temática no contexto da ATER pública. Observa-se, assim, a função educativa das entidades ao promoverem indicadores relacionados à educação profissional, ambiental e para o desenvolvimento sustentável. A adoção de nomenclaturas padronizadas, a qualificação das evidências e a explicitação das contribuições às metas do ODS 4 podem tornar esse alinhamento mais consistente e estratégico, ampliando a visibilidade do papel educativo desempenhado por essas instituições.

A análise dos Balanços Sociais revela que todas as quatro instituições analisadas reportam indicadores compatíveis com o ODS 4. Destacam-se os seguintes elementos no

Quadro 12 - Indicadores associados ao ODS 4 - Educação de Qualidade

Instituição	Nº indicador	Nome do Indicador	Descrição	Fórmula de Cálculo	Fonte de Dados
Emater-DF	1.2	Fator de Geração de Renda (FGR)	Avalia a capacidade da ATER de promover geração de renda por meio da educação não formal ao público beneficiário.	Total de atendimentos multiplicado pelo fator R\$ 490,54 (ajustado pelo IGP-M).	Relatórios validados pelas Coordenadorias (EmaterWeb)
Emater-GO	2.9	Melhoramento Genético de Mandioca	Como resultados de práticas formativas apresenta a contribuição para autonomia e eficiência em regiões vulneráveis, com foco em produtividade, resistência e segurança alimentar.	Informação não descrita no documento de origem	Relatórios internos da Emater-GO (2021);
Epagri-SC	3.4	Ações de assistência técnica e extensão rural (ATER)	Conjunto de atividades técnicas e educativas para qualificar a produção e fortalecer a agricultura familiar.	Total de métodos e ações registradas (visitas, cursos, oficinas).	Sistema de registros EPAGRI
Epagri-SC	3.5	Capacitações realizadas	Cursos presenciais e online oferecidos pela EPAGRI.	Total de pessoas inscritas nas capacitações.	Relatórios internos EPAGRI
Epagri-SC	3.11	Jovens assistidos	Volume de jovens em ações educativas e técnicas, com destaque para o curso Ação Jovem Rural.	Total de jovens registrados nas ações de ATER.	Relatórios internos EPAGRI
Epagri-SC	3.14	Alcance em redes sociais	Engajamento e alcance em redes e canais digitais (conteúdos técnicos, informativos e educativos).	Total de acessos e interações nas mídias digitais.	Plataformas digitais EPAGRI
IDR-PR	4.8	Atividades de extensão rural realizadas	Total de ações educativas e técnicas realizadas pelo IDR-PR.	Total de métodos coletivos de ATER (eventos, visitas, cursos).	Sistema interno de Gestão IDR-PR (GETEC)
IDR-PR	4.12	Alcance em redes sociais	Alcance total das mídias digitais do IDR-PR, representando difusão de conteúdos técnicos e educativos.	Total de acessos e interações nas mídias digitais institucionais.	Redes sociais institucionais

IDR-PR	4.14	Participação de Jovens na Cadeia Produtiva	Projeto voltado à formação e inclusão produtiva da juventude rural.	Total de jovens capacitados e famílias envolvidas no período.	Sistema interno de Gestão IDR-PR (GETEC)
--------	------	--	---	---	--

Fonte: elaboração da autora a partir dos Balanços Sociais das entidades selecionadas.

ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 8 propõe-se a “promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos”. As metas estabelecidas pela Agenda 2030 abrangem diversas dimensões do desenvolvimento econômico, com destaque para:



“8.2 Atingir níveis mais altos de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive com foco em setores de alto valor agregado e intensivos em mão de obra.”

“8.3 Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, a criação de empregos decentes, o empreendedorismo, a criatividade e a inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas.”

“8.5 Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas as mulheres e homens (...), inclusive jovens e pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor.” (Nações Unidas, 2015.)

O ODS 8 articula-se diretamente com o papel das entidades públicas de ATER e pesquisa agropecuária, na medida em que estas promovem o fortalecimento das economias locais, a geração de trabalho e renda no meio rural, o empreendedorismo agrícola e a qualificação produtiva de famílias agricultoras. Por meio de políticas públicas e ações técnicas, essas instituições contribuem para o aumento da produtividade, a inclusão socioprodutiva e a valorização do trabalho rural.

De maneira geral, os indicadores do ODS 8 concentram-se em capturar os efeitos econômicos da inovação e do crédito, constituindo uma tentativa de demonstrar em termos quantitativos a relevância da ATER para o desenvolvimento rural sustentável. Essa ênfase nos retornos monetários das tecnologias e serviços prestados reforça a associação das entidades públicas às metas 8.2., 8.3 e 8.5 da Agenda 2030, que preveem o fortalecimento do acesso dos pequenos produtores a serviços financeiros e a ampliação da pesquisa científica e da inovação para setores produtivos.

Apesar desse alinhamento temático, existem oportunidades para aprimorar a comunicabilidade com a Agenda 2030, especialmente por meio da identificação clara das metas às quais cada indicador se refere, da desagregação dos dados por sexo e faixa etária (como prevê a meta 8.5), e da qualificação das evidências sobre impacto na formalização e estabilidade do emprego rural. O desenvolvimento de métricas mais sensíveis à realidade e impacto de atuação dos extensionistas rurais pode fortalecer ainda mais a contribuição da ATER ao ODS 8.

A análise dos Balanços Sociais das quatro instituições evidencia a presença expressiva de 10 indicadores relacionados à agenda do ODS 8 apresentados no Quadro 13 - Indicadores associados ao ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico.

Quadro 13 - Indicadores associados ao ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico

Instituição	Nº indicador	Nome do Indicador	Descrição	Fórmula de Cálculo	Fonte de Dados
Emater-DF	1.1	Lucro Social	Mede o retorno socioeconômico das ações públicas, promovendo desenvolvimento local.	(Indicadores internos + econômicos + sociais + ambientais – tributos) ÷ Resultado operacional	Relatórios validados pelas Coordenadorias (EmaterWeb)
Emater-DF	1.4	Valor Bruto da Produção Agropecuária e Agroindustrial	Reflete o valor monetário da produção agrícola e agroindustrial no DF.	Área plantada × preço médio ou quantidade × preço no período	Relatórios validados pelas Coordenadorias (EmaterWeb)
Emater-DF	1.5	Crédito Rural	Informa o volume de crédito aprovado para atividades agropecuárias.	Montante de crédito concedido	Relatórios validados pelas Coordenadorias (EmaterWeb)
Emater-GO	2.1	Lucro Social	Mede o retorno social dos investimentos públicos realizados, considerando indicadores laborais, sociais e ambientais.	Lucro Social = indicadores laborais + impactos econômicos, sociais e ambientais ÷ Receita Operacional Líquida (ROL)	Seção Metodologia do Balanço Social 2021
Epagri-SC	3.1	Retorno social	Expressa o retorno social das ações e tecnologias da EPAGRI considerando impactos econômicos de 122 soluções.	Indicadores laborais + impactos sociais, econômicos e ambientais ÷ Receita Operacional Líquida	Relatórios internos EPAGRI
Epagri-SC	3.2	Retorno econômico global	Estimativa do impacto econômico total das	Total dos benefícios monetários atribuídos à adoção das tecnologias	Relatórios internos EPAGRI

			tecnologias avaliadas em 2023.		
Epagri-SC	3.13	Crédito Rural	Montante viabilizado por projetos de crédito rural técnico.	Soma do crédito aprovado via projetos da EPAGRI	Controle EPAGRI
IDR-PR	4.1	Retorno de cada Real Investido	Representa o benefício econômico e social direto obtido com tecnologias transferidas.	Somatório dos impactos ÷ Receita Operacional Líquida	Sistema de Gestão IDR-PR
IDR-PR	4.2	Retorno global para a sociedade e participação do IDR-PR	Impacto total e específico das ações do IDR no desenvolvimento rural.	Total dos benefícios monetários atribuídos às tecnologias	Sistema de Gestão IDR-PR
IDR-PR	4.11	Crédito Rural	Recursos financeiros viabilizados aos produtores com apoio do IDR-PR.	Montante aprovado e concedido	Sistema de Gestão IDR-PR (GETEC)

Fonte: elaboração da autora a partir dos Balanços Sociais das entidades selecionadas.

ODS 15 - Vida terrestre



15.1: “Até 2020, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, em especial florestas, zonas úmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais.”

15.3: “Até 2030, combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação da terra.”

15.5: “Tomar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitats naturais, deter a perda de biodiversidade e, até 2020, proteger e evitar a extinção de espécies ameaçadas.” (Nações Unidas, 2015).

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 15 visa “proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade”.

No campo da ATER e da pesquisa agropecuária, o ODS 15 conecta-se às ações voltadas à preservação ambiental, conservação de recursos naturais e manejo sustentável da produção agrícola. Essas práticas incluem iniciativas de recuperação de áreas degradadas, reflorestamento, controle de erosão, incentivo à agroecologia e programas de pagamento por serviços ambientais (PSA).

Os indicadores associados ao ODS 15 – Vida Terrestre refletem a contribuição da ATER pública para a dimensão ambiental por meio de conservação dos recursos naturais,

recuperação de áreas degradadas e a valorização da biodiversidade. Foram identificados 5 indicadores, distribuídos entre as quatro entidades analisadas, que apontam tanto para ações de caráter compensatório e de conservação quanto para estratégias de difusão tecnológica voltadas ao uso sustentável do território.

De modo geral, os indicadores do ODS 15 reforçam a contribuição da ATER para além do campo econômico e social, evidenciando sua função ambiental estratégica. Eles demonstram como práticas de extensão rural podem ser estruturadas para fomentar a preservação, a recomposição de ecossistemas e a promoção de modelos produtivos sustentáveis, alinhando-se às metas 15.1, 15.3 e 15.5 da Agenda 2030.

As ações voltadas à conservação ambiental e manejo sustentável dos recursos naturais aparecem, sobretudo em programas como o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), iniciativas de recuperação de áreas degradadas e projetos de reflorestamento. Esse objetivo demonstra a interface entre ATER e a agenda ambiental global. Ainda assim, o alinhamento metodológico permanece incipiente, com pouca referência explícita às metas globais. A consolidação de indicadores padronizados de biodiversidade, reflorestamento e serviços ecossistêmicos pode ampliar a contribuição das entidades ao ODS 15.

Nos Balanços Sociais analisados observa-se a presença de 5 indicadores que se relacionam diretamente aos propósitos do ODS 15 apresentados no Quadro 14 - Indicadores associados ao ODS 15 (Vida terrestre).

Quadro 14 - Indicadores associados ao ODS 15 - Vida terrestre

Instituição	Nº indicador	Nome do Indicador	Descrição	Fórmula de Cálculo	Fonte de Dados
Emater-DF	1.6	Pagamento por Serviços Ambientais (PSA)	Reconhecimento financeiro por práticas sustentáveis de preservação e conservação ambiental.	Montante pago aos produtores rurais por serviços ambientais.	Relatórios validados pelas Coordenadorias (EmaterWeb) + edital público
Emater-GO	2.7	Mudas nativas fornecidas	Produção e fornecimento de mudas com orientação técnica para plantio e conservação, contribuindo para a restauração ecológica e valorização do Cerrado.	Quantidade de mudas produzidas e fornecidas × percentual de áreas com plantio orientado.	Relatórios Emater-GO e Fundação Funtec

Emater-GO	2.8	Unidades de Referência Tecnológica (URTs) em Plantas Bioativas	Espécies mantidas em hortos para difusão tecnológica.	Inventário técnico da URT.	Relatórios técnicos da Emater-GO; Estação Experimental Nativas do Cerrado; apoio da Funtec
Epagri-SC	3.12	Unidades de Referência Técnica acompanhadas (URTs)	Unidades modelo de inovação que funcionam como vitrines de boas práticas sustentáveis.	Total de URTs operacionais.	Sistema interno EPAGRI
IDR-PR	4.13	Recuperação ambiental e hídrica	Área que recebeu ações de conservação de solo, água e vegetação nativa.	Área impactada.	Sistema interno de Gestão IDR-PR (GETEC)

Fonte: elaboração da autora a partir dos Balanços Sociais das entidades selecionadas.

7.3 Padrão de aderência dos Balanços Sociais das entidades públicas de ATER aos ODS

Esta seção apresenta o exame do padrão de aderência dos Balanços Sociais das entidades públicas de ATER aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com base na análise dos indicadores institucionais e de suas correspondências temáticas com os propósitos da Agenda 2030. Este estudo utiliza o termo “propósitos dos ODS” para designar os grandes eixos ou intenções principais de cada objetivo, não são categorias oficiais da ONU, mas interpretações analíticas usadas para organizar a análise de correspondência temática entre políticas nacionais e diretrizes internacionais: PNATER e ODS. Destaca-se que o rol de indicadores apresentado nesta seção não pretende esgotar o tema, apenas exemplificar possíveis aderências.

Para sistematizar essa avaliação, adotou-se uma abordagem ancorada em três critérios: (i) os propósitos declarados de cada ODS; (ii) as atribuições das entidades públicas de ATER expressas nos objetivos da PNATER (Lei Nº 12.188/2010); e (iii) a correspondência temática dos indicadores detalhados neste estudo. A partir desses parâmetros, foi construída uma escala simplificada de aderência (0–2) dos indicadores, em que (0) representa ausência de aderência (inexistência de indicadores que expressem a relação entre a PNATER e o ODS), (1) indica aderência indireta ou incipiente (existência de correspondência genérica, mas sem mensuração específica) e (2) expressa aderência direta

e forte (presença de indicadores claros e consistentes, capazes de demonstrar a associação efetiva entre as ações da ATER e os compromissos da Agenda 2030).

Na sequência, são apresentadas 4 subseções contendo quadros analíticos referentes aos ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável), ODS 4 (Educação de Qualidade), ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico) e ODS15 (Vida Terrestre), com o objetivo de mensurar o grau de aderência dos indicadores apresentados nos Balanços Sociais a esses objetivos, considerando suas atribuições legais.

7.3.1 Padrão de aderência dos Balanços Sociais das entidades públicas de ATER ao ODS 2

Esta subseção apresenta a análise da correspondência entre os propósitos do ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável), os objetivos da PNATER relacionados ao ODS 2 e os indicadores analisados neste estudo, o que permite verificar o padrão de aderência desses indicadores à Agenda 2030. O cruzamento dessas dimensões evidencia em que as atribuições normativas da PNATER encontram respaldo nos compromissos globais de erradicação da fome, aumento da produtividade e da renda, sustentabilidade produtiva e investimento em pesquisa e extensão rural, ao mesmo tempo em que se materializam em indicadores reportados pelas entidades analisadas.

Para sistematizar essa verificação, adotou-se uma escala de aderência de (0) a (2), em que (0) representa ausência de alinhamento, (1) indica alinhamento indireto ou incipiente e (2) corresponde a alinhamento direto e consistente entre os indicadores e os propósitos do ODS 2. Essa abordagem permite avaliar o grau de coerência entre as políticas nacionais e os compromissos internacionais de desenvolvimento sustentável, bem como identificar como cada instituição de ATER traduz em métricas suas contribuições para o alcance dos resultados associados ao ODS 2. Apresenta-se a seguir no Quadro 15 - Correspondência entre o ODS 2, os objetivos da PNATER e os indicadores associados.

Quadro 15 - Correspondência entre o ODS 2, os objetivos da PNATER e os indicadores associados

Propósitos do ODS 2	Objetivos da PNATER relacionados ao ODS 2	Indicadores associados ao ODS 2 (nº)	Aderência 0 - ausente 1 – indireta/incipiente 2 – direta/forte
Erradicar a fome e garantir acesso a alimentos (2.1.)	I – Promover o desenvolvimento rural sustentável; IV – Melhorar a qualidade de vida dos beneficiários; V – Apoiar gestão, produção, inserção no mercado e abastecimento	1.3.; 3.8.; 3.9.	(2) indicadores claros de acesso a alimentos via programas institucionais e acesso às políticas públicas.
Aumentar a produtividade e renda de pequenos produtores (2.3.)	II – Apoiar iniciativas econômicas locais; III – Aumentar a produção, qualidade e produtividade; VIII – Aumentar a renda e agregar valor à produção	2.2.; 2.4.; 4.4.; 4.7.	(2) múltiplos indicadores de produtividade, renda e abrangência.
Garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos (2.4.)	VI – Desenvolver ações de conservação e recuperação de recursos naturais; VII – Construir sistemas produtivos sustentáveis baseados em conhecimento científico e tradicional	2.5.; 2.6.; 3.19.	(1) indicadores existem, mas são mais focados em insumos (sementes, mandioca) e ainda não capturam plenamente as dimensões de sustentabilidade.
Investir em pesquisa agrícola, extensão e infraestrutura rural (2.a.)	X – Promover inovações tecnológicas e inserção produtiva; XI – Integrar ATER e pesquisa; XII – Expandir o aprendizado e a qualificação profissional no meio rural	2.2.; 3.3.; 3.15.; 3.21	(1) há indicadores de pesquisa e análise, mas sem sistematização de investimento em infraestrutura e inovação.

Legenda de aderência: 0 – (ausente) / 1 – (indireta/incipiente) / 2 – (direta/forte)

Fonte: elaboração da autora a partir dos Balanços Sociais das entidades selecionadas.

A análise de correspondência dos indicadores com os propósitos do ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável e os objetivos da PNATER evidencia uma forte convergência entre a Política Nacional de ATER, executada pelas entidades públicas de ATER, e a Agenda 2030. O propósito 2.1, voltado à erradicação da fome, conecta-se a objetivos da PNATER que buscam promover o desenvolvimento rural sustentável e a melhoria da qualidade de vida, materializados em indicadores como compras institucionais e famílias atendidas.

A análise dos indicadores associados ao ODS 2 demonstra a forte integração das ações de ATER com os programas de compras públicas da agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição da Produção da Agricultura (PAPA-DF). Esses

mecanismos de comercialização institucional materializam as metas 2.1 e 2.3 da Agenda 2030, ao promoverem o acesso a alimentos saudáveis e o fortalecimento da renda de pequenos produtores rurais. Essa articulação realizada pelas entidades públicas evidencia o papel da extensão rural como elo entre as políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável e as metas globais do ODS 2.

O propósito 2.3, referente ao aumento da produtividade e da renda, associa-se a objetivos ligados à produção e ao valor agregado, representados por indicadores como o Fator de Geração de Renda (FGR). Já o propósito 2.4, que enfatiza sistemas sustentáveis de produção, converge com os objetivos de manejo dos recursos naturais e construção de sistemas produtivos sustentáveis, operacionalizados por indicadores como custo-benefício das sementes e cultivo sustentável da mandioca.

Por fim, o propósito 2.a, que trata do investimento em pesquisa, extensão e infraestrutura, alinha-se aos objetivos da PNATER relacionados à inovação tecnológica e à integração com a pesquisa, refletidos em indicadores como tecnologias avaliadas e análises laboratoriais.

No ODS 2, dois propósitos (2.1 e 2.3) apresentam aderência forte (2), dado que contam com múltiplos indicadores específicos e consistentes de acesso a alimentos, produtividade e renda. Já os propósitos 2.4 e 2.a foram classificados como aderência incipiente (1), uma vez que, embora possuam indicadores relacionados, estes ainda são pouco abrangentes ou indiretos para captar plenamente a sustentabilidade e os investimentos em pesquisa e infraestrutura agrícola. Não houve caso de ausência (0), indicando que todos os propósitos do ODS 2 possuem algum grau de cobertura nos Balanços Sociais analisados.

7.3.2 Padrão de aderência dos Balanços Sociais das entidades públicas de ATER ao ODS 4

Esta subseção apresenta a análise da correspondência entre os propósitos do ODS 4 (Educação de Qualidade), os objetivos da PNATER voltados à formação e capacitação de agricultores(as), jovens rurais e técnicos(as), e os indicadores analisadas neste estudo. O objetivo é verificar o padrão de aderência dos indicadores à Agenda 2030, considerando o papel educativo da extensão rural enquanto política pública de educação não formal, conforme previsto na PNATER. A análise utiliza os mesmos critérios da subseção anterior,

apresentados no Quadro 16 - Correspondência entre o ODS 4, os objetivos da PNATER e os indicadores associados.

Quadro 16 - Correspondência entre o ODS 4, os objetivos da PNATER e os indicadores associados.

Propósitos do ODS 4	Objetivos da PNATER relacionados ao ODS 4	Indicadores associados ao ODS 4 (nº)	Aderência 0 - ausente 1 – indireta/incipiente 2 – direta/forte
Acesso igualitário à educação técnica e profissional (4.3)	XII – Expandir o aprendizado e a qualificação profissional	3.5.; 3.14.; 4.12.	(2) indicadores claros de capacitações realizadas e pessoas capacitadas, cobrindo diretamente a meta de acesso à educação técnica e profissional.
Aumentar competências para emprego e trabalho decente (4.4)	VIII – Aumentar renda e agregar valor; IX – Apoiar associativismo e cooperativismo; XII – Qualificação profissional	1.2.; 3.4.; 3.11.; 4.8.; 4.14; 4.5.	(2) múltiplos indicadores de ações de ATER, capacitações e juventude rural demonstram alinhamento consistente ao fortalecimento de competências.
Educação para desenvolvimento sustentável (4.7.)	I – Desenvolvimento rural sustentável; VI – Conservação ambiental; VII – Sistemas sustentáveis	3.4.; 4.13.	(1) - indicadores técnicos e educativos visando promover práticas sustentáveis, porém, não capturam plenamente a dimensão educativa da sustentabilidade.

Legenda de aderência: 0 – (ausente) / 1 – (indireta/incipiente) / 2 – (direta/forte)

Fonte: elaboração da autora a partir dos Balanços Sociais das entidades selecionadas.

O ODS 4 apresenta forte aderência em seus propósitos ligados à educação técnica, capacitação profissional e fortalecimento de competências (metas 4.3 e 4.4), com indicadores sobre cursos, capacitações e inclusão da juventude rural. No entanto, a meta 4.7, que associa educação ao desenvolvimento sustentável, apresenta aderência incipiente, pois os indicadores existentes (ações de ATER) são indiretos e ainda não traduzem práticas formativas consolidadas em sustentabilidade.

7.3.3 Padrão de aderência dos Balanços Sociais das entidades públicas de ATER ao ODS 8

Esta subseção analisa a correspondência entre os propósitos do ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), os objetivos da PNATER voltados à geração de renda, inclusão produtiva e fortalecimento das economias locais, e os indicadores analisados neste estudo. O exame busca verificar o padrão de aderência institucional às metas da Agenda 2030, com foco nas dimensões econômica e social do desenvolvimento rural sustentável. A

análise utiliza os mesmos critérios da subseção 7.3.1., apresentados no Quadro 17 - Correspondência entre o ODS 8, os objetivos da PNATER e os indicadores associados.

Quadro 17 - Correspondência entre o ODS 8, os objetivos da PNATER e os indicadores associados

Propósito do ODS 8	Objetivos da PNATER relacionados ao ODS 8	Indicadores associados ao ODS 8 (nº)	Aderência 0 - ausente 1 - indireta/incipiente 2 - direta/forte
8.2 – Aumentar a produtividade econômica e diversificação	II – Apoiar iniciativas econômicas; III – Aumentar produção e produtividade; VIII – Renda e valor agregado	2.1.; 4.8.	(2) (Direta/forte) – indicadores de geração de renda, melhoramento genético e atividades de extensão demonstram contribuição concreta para produtividade e diversificação.
8.3 – Apoiar micro e pequenas empresas, inovação e inclusão produtiva	V – Gestão e inserção no mercado; VIII – Renda; IX – Associativismo e cooperativismo	1.1.; 3.4.; 3.13.; 4.14.; 4.11.	(2) (Direta/forte) – a presença de múltiplos indicadores de gestão, apoio à produção e acesso a serviços financeiros evidenciam alinhamento à inclusão produtiva.
8.6 – Reduzir jovens sem emprego, educação ou formação	IX – Formação de agentes de ATER; XII – Qualificação profissional	3.11.; 4.14.	(2) (Direta/forte) – indicadores sobre jovens assistidos e participação em cadeias produtivas, com dados de jovens atendidos por políticas públicas.

Legenda de aderência: 0 – (ausente) / 1 – (indireta/incipiente) / 2 – (direta/forte)

Fonte: elaboração da autora.

O ODS 8 apresenta forte aderência nos propósitos de produtividade econômica (8.2) e inclusão produtiva (8.3), sustentados por indicadores de impacto direto sobre a renda e a organização produtiva. Contudo, a meta 8.6, relacionada à juventude, aparece de forma incipiente (1), uma vez que os indicadores disponíveis capturam apenas parcialmente a inserção dos jovens no mundo do trabalho e da educação formal.

A relação entre os indicadores econômicos identificados e as metas do ODS 8 pode ser ainda mais bem compreendida quando considerada a integração das ações de ATER com os instrumentos de crédito rural e associativismo. Diretrizes como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e as diversas modalidades de cooperativas de produção e comercialização representam canais essenciais de difusão de políticas de financiamento, inovação tecnológica e organização produtiva.

Nesse sentido as entidades públicas de ATER exercem papel central nesse processo, tanto na elaboração de projetos de crédito e assistência técnica quanto na capacitação para a

gestão cooperativa e o acesso aos mercados institucionais. Essa atuação contribui diretamente para as metas 8.2 e 8.3, ao estimular o empreendedorismo rural, a inclusão produtiva e a geração de trabalho decente, fortalecendo a base econômica dos territórios rurais e a autonomia financeira dos agricultores familiares.

7.3.4 Padrão de aderência dos Balanços Sociais das Entidades públicas de ATER ao ODS 15

Esta subseção examina a correspondência entre os propósitos do ODS 15 (Vida Terrestre), os objetivos da PNATER voltados à conservação dos recursos naturais e à promoção de práticas agroecológicas, e os indicadores reportados nos Balanços Sociais das entidades públicas de ATER. O propósito é identificar o grau de aderência das ações institucionais às metas da Agenda 2030, especialmente no que se refere à proteção da biodiversidade, à recuperação de ecossistemas e ao manejo sustentável do solo e da água. A análise utiliza os mesmos critérios da subseção 7.3.1., apresentados no Quadro 18 - Correspondência entre o ODS 15, os objetivos da PNATER e os indicadores associados.

Quadro 18 - Correspondência entre o ODS 15, os objetivos da PNATER e os indicadores associados

Propósitos do ODS 15	Objetivos da PNATER relacionados ao ODS 15	Indicadores associados ao ODS 15 (nº)	Aderência 0 - ausente 1 - indireta/incipiente 2 - direta/forte
15.1 – Conservação e uso sustentável dos ecossistemas terrestres	VI – Conservação de recursos naturais; VII – Sistemas sustentáveis	2.8.; 3.12.	(2) (direta/forte) – indicadores unidades de referência tecnológica (URTs) demonstram práticas claras de conservação e uso sustentável dos ecossistemas.
15.2 – Manejo sustentável e restauração de florestas	VI – Manejo, proteção e recuperação dos recursos naturais	2.7	(1) (indireta/incipiente) – indicadores de mudas nativas fornecidas apontam ações relevantes, mas ainda limitadas frente à amplitude da meta.
15.5 – Reduzir a degradação da biodiversidade	VI – Conservação da biodiversidade; VII – Produção sustentável	1.6.; 4.13.	(1) (indireta/incipiente) – indicadores Pagamentos por serviços ambientais (PSA) e recuperação ambiental e hídrica demonstram área conservada e recuperada, no entanto são limitados frente à amplitude da meta

Legenda de aderência: 0 – (ausente) / 1 – (indireta/incipiente) / 2 – (direta/forte)

Fonte: elaboração da autora.

O ODS 15 demonstra aderência forte (2) no propósito de conservação dos ecossistemas (15.1), sustentado por indicadores de restauração e difusão tecnológica. No entanto, os propósitos 15.2 e 15.5 também apresentam aderência incipiente (1), pois, apresentam indicadores relacionados (PSA, recuperação hídrica), demonstrando conservação e recuperação da biodiversidade, ainda limitados frente à amplitude das metas.

A contribuição das entidades públicas de ATER para o ODS 15 também se conecta às políticas nacionais de conservação e valorização dos serviços ecossistêmicos, especialmente à Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021, que institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (PNPSA). Essa legislação estabelece diretrizes para incentivar práticas de preservação e recuperação ambiental, alinhando-se aos propósitos 15.1 e 15.5 da Agenda 2030. Ao operacionalizar programas de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) e de recuperação de áreas degradadas, as entidades de ATER contribuem para a restauração de ecossistemas e a promoção de sistemas produtivos sustentáveis. A integração entre a PNPSA e as ações extensionistas reforça o papel estratégico da ATER na governança ambiental e na implementação territorial de políticas climáticas e de biodiversidade, ampliando o alcance institucional das metas do ODS 15.

7.3.5. Síntese do Padrão de Aderência dos Balanços Sociais das Entidades públicas de ATER aos ODS 2, 4, 8 e 15.

A análise da aderência entre os propósitos dos ODS, os objetivos da PNATER e os indicadores reportados nos Balanços Sociais das entidades públicas de ATER evidencia uma convergência significativa entre a política nacional e a Agenda 2030, embora com diferentes níveis de cobertura.

No ODS 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável, observou-se o maior grau de consistência, com as metas 2.1 (erradicação da fome) e 2.3 (produtividade e renda) apresentando aderência forte (2), sustentadas por múltiplos indicadores de acesso a alimentos e geração de renda. As metas 2.4 (sustentabilidade da produção) e 2.a (pesquisa e extensão), contudo, foram classificadas como incipientes (1), refletindo lacunas na mensuração de sustentabilidade produtiva e na integração entre pesquisa e ATER.

O ODS 4 - Educação de Qualidade também demonstra aderência elevada, sobretudo nas metas 4.3 (educação técnica e profissional) e 4.4 (competências para o emprego), associadas à formação continuada e à capacitação técnica. Já a meta 4.7 (educação para a

sustentabilidade) foi classificada como incipiente (1), devido à limitação dos indicadores disponíveis, concentrados em divulgação e alcance informativo, sem mensuração direta de processos formativos em sustentabilidade.

No ODS 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico, as metas 8.2 (produtividade econômica) e 8.3 (inclusão produtiva e apoio a pequenos produtores) apresentam aderência forte (2), sustentadas por indicadores claros sobre geração de renda, associativismo e fortalecimento das economias locais. Entretanto, a meta 8.6 (inserção da juventude) permanece incipiente (1), refletindo a ausência de indicadores sistemáticos voltados à inclusão produtiva de jovens rurais.

Por sua vez, o ODS 15 - Vida Terrestre apresenta aderência forte (2) na meta 15.1 (conservação de ecossistemas), evidenciada por indicadores de produção de mudas nativas, Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) e Unidades de Referência Tecnológica (URTs). As metas 15.2 (restauração florestal) e 15.5 (redução da perda de biodiversidade) foram classificadas como incipientes (1), pois as iniciativas existentes ainda carecem de abrangência e de instrumentos de mensuração de longo prazo.

De modo geral, observa-se aderência consolidada (2) em propósitos ligados à produtividade, renda, alimentação e educação técnica, enquanto dimensões voltadas à sustentabilidade ambiental, à pesquisa e à inclusão juvenil permanecem incipientes (1). Não foram identificados casos de ausência total de aderência (0), o que reforça o potencial dos Balanços Sociais como instrumentos de alinhamento institucional à Agenda 2030, ainda que com limitações metodológicas.

Entre os fatores explicativos para essas variações destacam-se: (i) o modelo institucional e a maturidade de cada entidade na prática de reporte social; e (ii) a ausência de diretrizes formais que orientem a vinculação entre indicadores, políticas e metas globais. Persistem lacunas relevantes, sobretudo nas metas 2.4 e 2.a (sustentabilidade produtiva e infraestrutura de pesquisa), 4.7 (educação para sustentabilidade), 8.6 (inclusão juvenil) e 15.2 e 15.5 (restauração florestal e biodiversidade) e (iii) o recorte e priorização dos indicadores contemplados para divulgação.

As análises também revelam fragilidades metodológicas, como a falta de padronização entre entidades públicas, a predominância de dados quantitativos em detrimento de evidências qualitativas de impacto e a comunicação ainda limitada das contribuições aos ODS. Essas lacunas reforçam a necessidade de maior sistematização,

comparabilidade e transparência nos Balanços Sociais, de modo a ampliar sua contribuição para a mensuração do valor público e para o monitoramento dos compromissos da Agenda 2030.

Parte dessas dificuldades decorre da amplitude dos ODS e de suas 169 metas, que, embora abrangentes, podem gerar dispersão de prioridades e desafios de mensuração em nível institucional. Assim, o padrão atual de aderência é heterogêneo, e seu aprimoramento requer a consolidação de diretrizes nacionais de governança de dados, capazes de fortalecer a integração metodológica entre indicadores, ações e metas globais no âmbito da ATER pública.

7.4. Padrão de Aderência dos Balanços Sociais das Entidades públicas de ATER aos ODS: Percepção dos Elaboradores dos Balanços Sociais

Esta seção apresenta as percepções dos(as) coordenadores(as) dos Balanços Sociais nas entidades públicas selecionadas, com a complementação de colaboradores(as) diretamente envolvidos(as) na elaboração dos Balanços Sociais (BS) das entidades analisadas (Emater-DF, Emater-GO, Epagri-SC e IDR-PR). O objetivo das entrevistas semiestruturadas foi validar os quadros de detalhamentos dos indicadores além de investigar desafios e impactos.

Os(as) participantes foram selecionados(as) por critério intencional, em razão de sua responsabilidade formal na coordenação do processo de elaboração dos BS e de seu conhecimento sobre escolhas metodológicas, indicadores e usos institucionais do instrumento, assegurando, assim, a escuta de informantes-chave. Em cada entidade, foi entrevistado ao menos um(a) representante diretamente vinculado(a) ao processo de construção do Balanço Social, configurando um conjunto de respondentes qualificados para interpretar a relação entre o Balanço Social e a Agenda 2030.

A narrativa organiza os achados por eixos temáticos (a–e), buscando explicitar convergências, tensões e especificidades entre as entidades analisadas. As falas dos(as) entrevistados(as) são apresentadas por meio de citações literais entre aspas, tratadas como evidências qualitativas que validam, qualificam ou problematizam a análise documental realizada nos capítulos anteriores. Desse modo, a análise de conteúdo das entrevistas complementa o exame dos Balanços Sociais, permitindo articular a perspectiva dos atores envolvidos à interpretação dos indicadores e alinhamento aos ODS.

a) Percepção Sobre o Próprio Balanço Social

De modo geral, os(as) entrevistados(as) reconhecem o BS como instrumento de visibilidade pública, fortalecimento institucional e de coordenação interna, em aperfeiçoamento metodológico. No IDR-PR, por exemplo, o processo é descrito como contínuo e com múltiplas versões até a publicação: *“(...)como o Estado é grande, então são muitas ações de divulgação e de valorização junto aos públicos internos e externos”*. Em Goiás, ressalta-se o caráter técnico e a dificuldade de mensuração de todos os resultados: *“Quando a gente aplicou essa estrutura para a nossa realidade, o que eu pude observar? Que os indicadores funcionavam razoavelmente bem para mensurar a profissão científica, mas não capturavam, vamos dizer assim, a complexidade, a capilaridade, a intangibilidade dos resultados da ATER (assistência técnica e extensão rural).”* (Emater-GO).

No caso da Epagri-SC, evidencia-se a relevância do documento e sua base no contrato de gestão:

“Em Balanço Social, o fato de nós organizarmos e sermos uma das poucas empresas aqui no estado e do Brasil que fazem, é uma resposta muito importante para a sociedade (...) Nós somos uma empresa de pesquisa, extensão rural e ensino, além disso nós temos praticamente mil publicações anuais no nosso sistema, só que essa é a nossa principal publicação. (...) o nosso (Balanço Social) é baseado no contrato de gestão (Estadual)” (EPAGRI).

Em paralelo, a Emater-DF enfatiza critérios de fortalecimento institucional do documento: *“(...) Boas práticas de gestão e governança (...) Confiança na empresa pela comunidade rural e governo (...) Permite comparar nossas ações com outras empresas públicas ou do mesmo setor”*.

Epagri-SC alerta ainda para o recorte feito no Balanço Social:

“o portfólio das ações da EPAGRI, das outras instituições (de ATER), é enorme, é gigantesco e nem tudo cabe mesmo no balanço social. Mas, de repente, alguma ação que é super relevante, super interessante, acabou por algum motivo não sendo selecionada e que pode acabar entrando em futuras edições” (EPAGRI-SC).

Síntese interpretativa: as falas confirmam que o Balanço Social é valorizado, porém ainda carece de padronização e aprimoramentos metodológicos, curadoria técnica e

governança de dados para elevar a comparabilidade interinstitucional e a precisão analítica, lacunas discutidas nas seções 7.1. e 7.3.

b) Percepção Quanto ao Desenvolvimento Sustentável

Os(as) entrevistados(as) associam desenvolvimento sustentável a uma atuação multidimensional da ATER (produtiva, social, educacional e ambiental). A Epagri-SC explicitou essa visão: “...assistência técnica e (extensão rural) à multidimensionalidade dos atendimentos e a transversalidade dos ODS” e ainda complementa com documento institucional “destaco a publicação de um documento interno que se denomina Diretriz da Pesquisa Agropecuária com foco em Sustentabilidade” (Epagri-SC). O IDR-PR complementa ao destacar abrangência do BS: “esse balanço social... não é só a parte financeira, econômica, é toda a parte técnica (envolvida)”

EPAGRI-SC ainda reforça os pilares em seu balanço social: “no nosso balanço a gente divide impacto econômico, ambiental e social. Ambiental e social são aquelas escalas, e o econômico é que é o mais trabalhoso, que é medido.”

Síntese interpretativa: a percepção é coerente com a discussão da seção 6.3. ao classificar os indicadores em taxonomias (econômica, social, ambiental e institucional). Reforça o ponto central da contribuição pública da ATER por seu caráter multidisciplinar.

c) Percepção Quanto aos ODS

Todos os entrevistados conhecem a Agenda 2030 e os ODS, mas ao tratar do conhecimento institucional revela-se heterogeneidade e lacunas. Em Goiás:

“Em algumas áreas aqui, noto que há um domínio conceitual, inclusive técnico, né? Enquanto outros, o conhecimento é, assim, superficial. Você meio que acha que o que você está fazendo bate para aquilo. Então, eu acho que essa percepção impacta na forma como os dados são levantados e relatados” (EMATER-GO).

No IDR-PR: “A gente não sabe o quanto, mas que está alinhado, que está seguindo nesse direcionamento (ODS)”, embora o domínio técnico sobre metas/indicadores específicos ainda seja diferenciado entre áreas, reforçando uma das sugestões desta pesquisa, conforme aponta a seção 7.3.5., no sentido de vincular as ações institucionais aderentes aos ODS.

A Epagri-SC reconhece a importância da agenda global e está em processo de inserção formal no planejamento. Ao relatar iniciativas recentes de internalização: “tem-se

discutido de que forma a gente pode trazer para dentro da empresa de uma maneira formal... No início do ano passado (...) decidiu-se trazer essa questão inicialmente como uma questão de pesquisa institucional” (menção às diretorias de Planejamento e de Pesquisa), materializada na Diretriz da Pesquisa em Sustentabilidade (documento interno) e em ações de comunicação e engajamento de pesquisadores sobre a Agenda 2030: *“trazer o que está escrito lá na Agenda 2030 como uma visão integrada dos ODS”*, reconhecendo a necessidade de integração dos ODS às ações institucionais.

Na Emater-DF, a percepção institucional reforça essa leitura: *“há um planejamento estratégico institucional que levou em conta além da visão dos ambientes externos e internos, toda uma visão de futuro e dos valores da empresa, alinhados aos ODS.”* No entanto, há distinções no nível de conhecimento do assunto: *“há uma variação clara sobre o nível de conhecimento institucional, pois depende de diversos fatores como: acesso à informação, identificação com o tema, interesse pessoal, incentivo interno da própria empresa”*.

No IDR-PR, a orientação técnica em manejo integrado e bioinsumos reforça a ideia de produção sustentável, com a percepção de que *“praticamente a gente atende todos [os ODS], mas... não está... explicitado”*, indicando alinhamento conceitual, embora pouco formalizado.

Síntese interpretativa: os depoimentos reforçam o conhecimento sobre ODS, validam o problema de pesquisa e confirmam a fragilidade no mapeamento sistemático dos indicadores e seu alinhamento aos ODS, ponto que embasa a proposta de matriz de indicadores de referência por ODS (seção 7.5).

d) Percepção Sobre a Relação Entre Indicadores e Respectivos ODS

A análise das entrevistas institucionais e dos materiais técnicos anexos (I, II, III IV) evidencia convergência substantiva dos indicadores e práticas reportadas com os ODS 2, 4, 8 e 15, ainda que, por vezes, a vinculação não esteja formalmente institucionalizada. A seguir:

ODS 2 - (Fome Zero e Agricultura Sustentável. Há aderência direta entre a ATER (difusão/adoção tecnológica, apoio à produção e comercialização) e o ODS 2. Na Epagri-SC, a própria equipe reconhece o ODS 2 como eixo nuclear das ações de ATER: *“quando a gente fala de assistência técnica e extensão rural... o ODS 2 se encaixa redondinho nas*

ações de ATER” (Epagri-SC). Sobre o indicador “famílias rurais atendidas = ≈130 mil”, a Epagri-SC entende o desafio de vincular apenas um ODS ao indicador considerando sua transversalidade:

Famílias atendidas, aproximadamente 130 mil famílias. Pronto. Aqui a gente entra em alguns ODSs, né? Alguns ODSs importantes. E aí eu acho que o desafio aqui é a gente entender qual seria o principal ODS com o qual esse indicador de famílias atendidas, a maior relevância, qual é a maior contribuição para esse indicador de famílias atendidas, ele conversa muito bem com o ODS 2 e com outros (ODS)” (Epagri-SC). (Indicador 3.8.)

ODS 4 -Educação de Qualidade. A ATER é um serviço de educação não formal prestado mediante métodos individuais e coletivos. Validação feita pela Epagri-SC, categoricamente: *“capacitações realizadas... é ODS 4, esse aqui não tem muito o que pensar (é óbvio); capacitação, ensino técnico, qualificação rural”* (Epagri-SC). (Indicador 3.5.) Sobre os indicadores e programas voltados à juventude rural e capacitações realizadas percebe-se foco na transferência de conhecimento, sucessão rural e acesso às tecnologias aplicadas, confirmando a aderência às metas 4.3 e 4.4., reforçado em: *“um jovem, ele recebe uma política pública, essa política pública não vai ser no CPF do pai, que seria a família, vai ser nos seu CPF já.”* e *“Nós temos o curso de jovens, que é um case de sucesso.”* (Epagri-SC). (Indicador 3.11.)

ODS 8 -Trabalho Decente e Crescimento Econômico. Resultados econômicos e inclusão produtiva aparecem de forma destacada nos BS, sobretudo nos indicadores “Lucro social” e “Crédito rural”, apresentados pelas quatro entidades públicas. A Epagri-SC caracteriza o indicador Lucro Social como *“relacionado à geração de renda”* e *“retorno econômico... ‘impacto econômico (que)... é medido”* e ainda *“à medida que as tecnologias são adotadas e elas trazem alguma vantagem para a agricultura, uma delas pode ser realmente o emprego.”*, validando a aderência forte discutida na subseção 7.3.3. (Indicador 3.1.). Já o indicador “Crédito rural” fomenta a modernização produtiva e para esta pesquisa foi associado ao acesso a serviços financeiros (meta ODS 8.3). No entanto é possível associá-lo aos outros ODS, conforme afirmado em: *“o crédito rural, acho que ele estaria bem descrito ali no ODS 17, até porque lá nas metas, tem o acesso a recursos (...) A gente colocou relação com a meta 13.a. porque diz respeito a mobilização de recursos para ações de resiliência e adaptação para mudança climática. Então, o crédito rural como um meio de implementação.”* (Epagri-SC). (Indicador 3.13.)

Ressalta-se que as associações realizadas neste estudo não esgotam as possibilidades, apenas apresentam um desenho de pesquisa. As análises registram que o conjunto de indicadores apresentados pela Emater-DF são predominantemente associados ao ODS 8, justamente pelo critério monetário: *“A seleção e qualificação dos indicadores foi realizada para refletir o desempenho da Emater-DF nos aspectos sociais, econômicos e ambientais (...) a seleção foi por indicadores mensuráveis (em termos monetários)”* (Emater-DF) (Indicadores 1.1.; 1.2.; 1.3.; 1.4.; 1.5.; 1.6.; 1.7. e 1.8).

ODS 15 - Vida Terrestre. Os indicadores relacionados conservação/uso sustentável existem, mas carecem de métricas ambientais padronizadas; o indicador “Recuperação ambiental e hídrica” da Bacia do Rio Piava evidencia a melhoria de qualidade/volume de água e redução de custos de tratamento, o entrevistado reconhece que *“questões ambientais... são muito difíceis de mensurar”* (IDR-PR). Confirmando que a aderência é incipiente e demanda aprimoramento o para construção de séries temporais e comparabilidade. (Indicador 4.13.)

e) Outras Percepções Relacionadas

Além das percepções descritas, outras foram identificadas: Percebeu-se que as entrevistas convergem para quatro eixos de aprimoramento:

e.1. Governança do processo. O IDR-PR descreve um Grupo Gestor que realiza curadoria, elaborando versões sucessivas e aprovação colegiada; a Epagri-SC elabora o BS ancorada em contrato de gestão estadual (com metas) e integração com assessoria de comunicação; a Emater-DF defende *“campanhas internas para elevar o conhecimento e o engajamento.”*

e.2. Dados e sistemas. Há consenso sobre fragilidades (Emater-GO: *“há fragilidades em todos os tipos... tecnicamente, tem limitações”*) e sobre a necessidade de integração de sistemas (IDR-PR) e padronização de nomenclaturas/unidades (Epagri-SC, com a distinção pessoa vs. família atendida). O IDR-PR sugere aprimoramento nos sistemas e governança de dados. A Epagri-SC também busca tornar o relatório mais leve e automatizado para reduzir a carga aos responsáveis e ampliar a continuidade das séries *“o objetivo... tornar esse relatório um pouco mais breve e automatizar esse processo”*).

e.3. Risco de superposição e causalidade. A Emater-GO alerta para o risco de confundir correlação com causalidade na comunicação dos resultados do BS, reforçando a

necessidade de curadoria técnica e aprimoramento de metodologia antes da divulgação pública. Como dito em: *“algumas correlações que nem sempre refletiam causa.”*

e.4. Transversalidade. A Emater-DF afirma que seus resultados são relacionados aos ODS, *“porém alguns (indicadores) dividem seu alinhamento entre mais de um ou diversos ODS”*. A Epagri-SC reforça: *“É bem transversal, principalmente a atuação da assistência técnica, extensão rural (...) acaba pegando por muitas vezes mais de um ODS”*.

e.5. Sugestões e desafios identificados. A Emater-DF propõe *“um indicador de ‘desenvolvimento regional’”* que comunique sobre empregos diretos/indiretos gerados, capacitações realizadas e seus impactos, ampliando a captura de efeitos territoriais. Enquanto a Epagri-SC pensa em desenvolver um indicador para as ações realizadas pelos Centros de Treinamento: *“o nosso grande desafio lá era trazer um valor para essas capacitações”*.

7.5. Matriz de Indicadores Referenciados nos ODS

A partir das análises realizadas nesta pesquisa, que envolveram o detalhamento dos indicadores, a correspondência temática de cada um, a observação da frequência desses indicadores, a aplicação de uma matriz binária, a identificação dos principais ODS associados, a verificação do padrão de aderência e a percepção dos envolvidos, constatou-se a necessidade de aprimorar a forma como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são incorporados nos Balanços Sociais das entidades públicas de ATER. Diante dessa heterogeneidade, propõe-se a uma matriz de indicadores de referência por ODS, concebida como instrumento orientador para qualificar a elaboração e vinculação de indicadores nos relatórios institucionais como o Balanço Social.

Esta matriz sugere a associação sistemática entre cada indicador e o ODS mais diretamente relacionado, buscando alinhamento em nível de metas. Com base em critérios de correspondência temática que possibilitam identificar, de maneira padronizada, a contribuição efetiva das ações de ATER para o desenvolvimento sustentável. Além de favorecer a comparabilidade entre entidades, a proposta visa fortalecer a coerência entre os instrumentos de planejamento, os relatórios institucionais de prestação de contas e os compromissos assumidos na Agenda 2030, promovendo a mensuração dos resultados e a maior transparência das políticas públicas.

A seguir, apresentam-se os Quadros 19, 20, 21 e 22, que apresentam matrizes propositivas e aplicáveis às Ematers/entidades congêneres construída a partir dos indicadores já recorrentes nos Balanços Sociais analisados (capítulo 7) corroborados pelas entrevistas institucionais, vinculando cada indicador a metas específicas dos ODS 2, ODS 4, ODS 8 e ODS 15. A seleção privilegia métricas replicáveis, passíveis de série histórica e úteis à gestão (monitoramento de resultados e de valor público). As metas dos ODS estão conforme a Agenda 2030 (ONU).

Não se pretende com estas matrizes esgotar as possibilidades de indicadores referenciados nos ODS, apenas ilustrar alguns indicadores que possuem maior aderência na vinculação das ações institucionais de ATER à agenda global. Por fim, é apresentada uma lista de indicadores sociais.

O Quadro 19 organiza um conjunto sugestivo de indicadores de ATER associados ao ODS 2, estruturados em torno de três vetores complementares. Primeiro, a ampliação do acesso a serviços técnicos e a capilaridade formativa (ODS2-01 a ODS2-04), captadas por

indicadores de alcance e intensidade, agricultores atendidos, cobertura de atendimentos in loco, atividades coletivas e capacitações, que são condições para a difusão de conhecimentos e práticas de manejo coerentes com as metas 2.3 (produtividade e renda de pequenos produtores) e 2.4 (sistemas sustentáveis e resiliência). Segundo, o acesso a mercados e a meios de produção/financiamento (ODS2-05 a ODS2-07), que traduz a assistência técnica em inserção econômica: compras institucionais (PAA/PNAE), crédito orientado e eventos de comercialização, compondo o nexo entre qualificação, escoamento e capitalização produtiva. Terceiro, a qualificação tecnológica e a base de insumos (ODS2-08 a ODS2-11), que articula avaliação de tecnologias (2.a), por meio de provisão qualificada de sementes/mudas, regularização produtivo-sanitária e apoio a agroindústrias, sendo esse um conjunto que fortalece a agregação de valor e a adoção de boas práticas com efeitos esperados sobre produtividade, renda e sustentabilidade.

A matriz demonstra alinhamento substantivo às metas 2.3, 2.4 e 2.a. Ao priorizar processos e entregas mensuráveis da ATER, a taxonomia ESAI apresenta-se predominantemente institucional, com interface econômica, reforçando o foco na geração de renda e desenvolvimento das comunidades rurais.

Quadro 19 - Matriz de indicadores referenciados no ODS 2

ID	Nº indicador	Nome do Indicador	Descrição	Taxonomia (ESAI)	Sugestão de cálculo / escopo mínimo ¹	Metas ODS (ONU)	Justificativa
ODS 2-01	4.7.	Agricultores atendidos	Total de agricultores atendidos diretamente com serviços de ATER no período.	Institucional	Contagem de agricultores (pessoas físicas/organizações) com atendimento registrado no período, sem repetição.	2.3; 2.4	Mensura o alcance da ATER, pré-condição para difusão tecnológica (2.3) e adoção de práticas sustentáveis (2.4).
ODS 2-02	4.9.	Cobertura de atendimentos nas propriedades	Atendimentos realizados diretamente nas unidades produtivas (visitas técnicas com registro).	Institucional	Σ atendimentos concluídos e registrados no período. - Taxa de adoção de práticas recomendadas.	2.3; 2.4	Expressa a intensidade do esforço extensionista no ponto de produção, associado a transferência de

¹ Nota metodológica: quando pertinente, apresenta-se “sugestão de cálculo/escopo mínimo” para fins de padronização. Recomenda-se a elaboração de fichas de detalhamento dos indicadores em manuais internos institucionais, a fim de preservar consistência e comparabilidade.

							conhecimento e manejo.
ODS 2-03	*	Atividades de extensão rural realizadas	Ações educativas e técnicas por métodos coletivos de ATER (oficinas, dias de campo, orientações coletivas).	Institucional	Σ ações/eventos concluídos e registrados.	2.3; 2.4; 4.4.	Indica a capilaridade formativa da ATER, conectando agricultores a conteúdos que impactam produtividade e sustentabilidade.
ODS 2-04	3.4.	Capacitações de ATER	Atividades técnicas e educativas realizadas em ATER.	Institucional	Σ ações de capacitação concluídas (cadastro administrativo).	2.3; 2.4	Agrega o esforço operacional da ATER, permitindo monitorar a entrega e a distribuição territorial/temática.
ODS 2-05	1.3.	Compras Institucionais – PAA/PNAE	Volume de alimentos adquiridos da agricultura familiar com apoio da ATER.	Econômico	Consolidação dos contratos por programa (PAA, PNAE etc.). Valores (R\$); Quantidade (em ton.) de alimentos comercializados e alcance de agricultores.	2.1; 2.3	Integra a produção familiar aos mercados estáveis, favorecendo renda e escoamento, em linha com produtividade/renda (2.3).
ODS 2-06	1.5.	Crédito Rural	Operações de crédito rural com apoio técnico (projetos protocolados/deferidos).	Econômico	Nº projetos protocolados; Nº projetos deferidos; taxas de deferimento.	2.3	Amplia capacidade de investimento e adoção tecnológica, alavancando produtividade e renda (2.3).
ODS 2-07	*	Feiras e rodadas de negócios apoiadas	Eventos de comercialização com participação/apoio técnico.	Econômico / Institucional	Σ eventos apoiados; participantes e negócios acompanhados.	2.3	Fortalece acesso a mercados e encurta canais de comercialização para a agricultura familiar, com efeito sobre renda.
ODS 2-08	2.2.	Tecnologias avaliadas	Tecnologias, práticas ou processos agropecuários avaliados com base em protocolo metodológico institucional (relatórios conclusivos por tecnologia).	Institucional	Quantidade de tecnologias avaliadas no período (contagem de relatórios/estudos finalizados) e % de tecnologias com relatório publicado e validação técnica	2.a; 2.3; 2.4	A avaliação sistemática de tecnologias fortalece a difusão qualificada, elevando produtividade/renda de pequenos produtores (2.3) e incentivando práticas sustentáveis (2.4); relaciona-se também ao apoio à Pesquisa

							& Desenvolvimento agrícola (2.a).
ODS 2-09	2.9	Banco de Sementes (produção e distribuição)	Disponibilização de sementes/mudas a agricultores familiares com orientação técnica.	Social / Econômico	Quantidade de sementes distribuídas; taxa de germinação estimada; custo médio/kit.	2.3; 2.4	Garante insumos essenciais e induz práticas de manejo sustentáveis (2.4), apoiando estabilidade produtiva e renda (2.3).
ODS 2-10	*	Assistência técnica para regularização produtiva e sanitária	Apoio técnico para adequação sanitária/produtiva de empreendimentos.	Institucional	∑ planos de adequação concluídos; % adequações implementadas.	2.3; 2.4	Reduz riscos sanitários e eleva conformidade, favorecendo inserção em mercados e adoção de boas práticas.
ODS 2-11	*	ATER para agroindústrias	Acompanhamento técnico para implantação/regulização de agroindústrias familiares.	Institucional / Econômico	∑ planos/projetos elaborados; % com licenciamento protocolado.	2.3; 2.4	Conecta agregação de valor (processamento) a requisitos técnicos/regulatórios, apoiando produtividade e sustentabilidade.

* Proposto (não identificado nos BS analisados). Demais indicadores detalhados nos BS analisados (conforme Anexos I, II, III e IV);

A seguir, o Quadro 20 deve ser compreendido como um núcleo sugestivo de mensuração educacional da ATER, estruturado para captar três dimensões complementares do ODS 4. Em primeiro lugar, a dimensão de acesso e participação (metas 4.3 e 4.5), aferida por indicadores de oferta e alcance, p. ex. número de capacitações, horas de capacitação ofertadas, download de conteúdos digitais e possíveis recortes por juventude e gênero, que permitem estimar cobertura e equidade.

Em segundo lugar, a dimensão de desenvolvimento de competências (meta 4.4), estimada por métricas de conclusão, satisfação e ganho percebido de aprendizagem, bem como pelo Fator de Geração de Renda (FGR), aqui utilizado como *proxy* de aplicação prática do conteúdo técnico na atividade produtiva. Em terceiro lugar, a dimensão de educação para o desenvolvimento sustentável (meta 4.7), evidenciada pela produção e difusão de materiais didáticos com conteúdo socioambiental e pela ampliação de modalidades virtuais, que ampliam o alcance e a capilaridade territorial.

Ressalta-se que a ATER se configura, no marco institucional da PNATER, como educação não formal, e sua ênfase recai sobre processos e entregas educacionais (oferta

qualificada, participação e aprendizagem), com possíveis desagregações de equidade (gênero e juventude), garantindo alinhamento às metas do ODS 4.

Considerando a taxonomia ESAI, as dimensões Social e Institucional são privilegiadas por tratar da mensuração de processos educativos que refletem alinhamento substantivo às metas do ODS 4.

Quadro 20 - Matriz de indicadores referenciados no ODS 4

ID	Nº indicador	Nome do Indicador	Descrição	Taxonomia (ESAI)	Sugestão de cálculo / escopo mínimo	Metas ODS (ONU)	Justificativa
ODS4-01	1.2.	Fator de Geração de Renda (FGR)	Estima a renda adicional gerada por atendimentos técnicos e ações educativas da ATER	Econômico / Social	$FGR = N^{\circ} \text{ de atendimentos} \times \text{valor de referência por atendimento (ajustado pelo IPCA/ano-base).}$	4.4; 4.3; 8.2	Expressa efeito da qualificação técnica sobre os resultados econômicos do público atendido; reforça o acesso a aprendizagem ao longo da vida.
ODS4-02	3.5.	Capacitações realizadas	Cursos, oficinas, dias de campo e formações ofertadas (presenciais/online).	Social / Institucional	$\sum \text{cursos/oficinas concluídos no período.}$	4.3; 4.4	Amplia oportunidades de aprendizagem e desenvolve competências para o trabalho e a vida no campo.
ODS4-03	3.11.	Jovens assistidos	Participações de jovens em ações educativas e técnicas.	Social	Participantes únicos registrados no período.	4.3; 4.4; 4.5	Favorece acesso e equidade (juventude), com impacto em competências técnicas e empregabilidade rural.
ODS4-04	3.14.	Alcance em redes sociais	Visualizações e interações com conteúdos técnicos/educativos digitais.	Institucional	Métricas de plataforma (visualizações, alcance, engajamento) consolidadas/mês.	4.3	Amplia acesso à informação e aprendizagem com baixo custo marginal, servindo como complemento às ações presenciais.
ODS4-05	4.14.	Participação de jovens na cadeia produtiva	Formação e inclusão produtiva de jovens em cadeias priorizadas.	Social	$N^{\circ} \text{ jovens capacitados} + N^{\circ} \text{ propriedades com jovens envolvidos em etapas da cadeia.}$	4.4; 4.5	Desenvolve competências técnicas e promove equidade, conectando a juventude às atividades produtivas.
aODS 4-06	*	Capacitações virtuais	Cursos online de transferência de tecnologia (plataforma e-learning).	Social / Institucional	$N^{\circ} \text{ de cursos ofertados} + \text{inscrições} + \text{taxa de conclusão} + \text{avaliação média.}$	4.3; 4.4; 4.7	Expandir o acesso e qualidade formação, incorporando temas de

							sustentabilidade (4.7).
ODS4-07	3.6; 4.3.	Downloads de publicações técnico-científicas	Upload de conteúdos digitais (cartilhas, notas técnicas, guias, etc).	Institucional	$\sum$ downloads (por repositório/plataforma), sem repetição.	4.3; 4.4	Dissemina conhecimento e potencial de atualização técnica de produtores e técnicos.
ODS4-08	*	Horas de capacitação ofertadas	Carga horária total ofertada no período (presencial + EAD).	Social / Institucional	$\sum$ horas por curso/evento $\times$ nº de turmas.	4.3	Mede intensidade de oferta de oportunidades de aprendizagem, base para ampliar cobertura.
ODS4-09	*	Materiais educativos produzidos e publicados	Cartilhas, vídeos, podcasts e protocolos pedagógicos validados.	Institucional	$\sum$ materiais publicados com DOI/URL e metadados.	4.3; 4.4; 4.7	Consolida conteúdos de qualidade e temas de sustentabilidade (4.7), ampliando reuso e escala.
ODS4-10	*	Participação de mulheres em capacitações	Participação relativa de mulheres em cursos/ações técnicas.	Social	(Mulheres concluintes $\div$ Concluintes totais) $\times$ 100.	4.3; 4.5	Evidencia equidade de gênero no acesso/benefício da formação técnica.
ODS4-11	*	Satisfação e ganho percebido de aprendizagem em	Avaliação do participante sobre a capacitação realizada (qualidade e aprendizagem)	Social	Média (0–10) de satisfação + % que relata ganho prático (survey pós-curso).	4.4	Indica qualidade/pertinência das competências desenvolvidas para o trabalho no meio rural.

* Proposto (não identificado nos BS analisados). Demais indicadores detalhados nos BS analisados (conforme Anexos I, II, III e IV);

Em seguida, o Quadro 21 organiza um conjunto sugestivo de mensuração econômica, com interface social da ATER para o ODS 8, distribuído em três eixos analíticos:

- i) Produtividade e valor agregado (metas 8.2 e 8.3): “VBP” e “Benefícios econômicos das tecnologias” capturam a dinâmica econômica das cadeias assistidas e o efeito da inovação sobre a renda setorial, ao passo que o “Lucro Social (modelo EMBRAPA)” consolida retornos socioeconômicos atribuíveis à ATER e pesquisa agropecuária, oferecendo uma métrica-síntese de eficiência alocativa;
- ii) Meios de implementação e ambiente de negócios (metas 8.3 e 8.10): “Crédito Rural” (protocolos, valores e deferimentos), “Formalizações assistidas” e “Educação financeira e gestão de custos” traduzem a ação técnica em capitalização, redução de custos de transação e qualificação gerencial, condições necessárias para a expansão de empreendimentos familiares; e

- iii) Trabalho decente e inclusão socioprodutiva (metas 8.5, 8.6 e 8.8): “Empregos gerados”, “Profissionais trabalhando pela sociedade” e “Adoção de boas práticas de SST” abordam tanto a capacidade estatal de entrega quanto os resultados em emprego e condições de trabalho, enquanto a “Participação de jovens e mulheres em empreendimentos” assegura a desagregação de equidade recomendada pelo ODS.

Considerando a taxonomia ESAI predominante (Econômico, Social e Institucional), privilegia-se a mensuração de processos e entregas que permanecem como evidências de contribuição e alinhamento substantivo às metas do ODS 8.

Quadro 21 - Matriz de indicadores referenciados no ODS 8

ID	Nº indicador	Nome do Indicador	Descrição	Taxo-nomia (ESAI)	Sugestão de cálculo / escopo mínimo	Meta s ODS (ONU)	Justificativa
ODS 8-01	1.1.; 2.1.; 3.1.; 4.1.	Lucro Social	Mede o retorno socioeconômico agregado das ações públicas (ATER, Pesquisa & Desenvolvimento agropecuária). Cada R\$ 1 investido retorna R\$ X para a sociedade.	Econômico	(Indicadores laborais + impactos tecnológicos) ÷ ROL × 100. Conforme metodologia institucional. (Pereira <i>et al.</i> , 2010) (Trindade <i>et. al.</i> , 2021)	8.2; 8.3; 8.5	Sinaliza eficiência alocativa da ATER e pesquisa, com efeitos em produtividade. Complementa a lógica de valor público com foco em retorno sobre insumos públicos. Consolida efeitos econômicos de P&D e difusão tecnológica sobre cadeias.
ODS 8-02	1.4.	Valor Bruto da Produção Agropecuária e Agroindustrial (VBP)	Valor monetário da produção agropecuária e agroindustrial assistida.	Econômico	$\sum (\text{preço} \times \text{quantidade})$ por produto/cadeia no período.	8.2; 2.3	Proxy de produtividade/escala econômica; útil para acompanhar dinamismo setorial e efeitos de ATER.
ODS 8-03	1.5.	Crédito Rural	Volume de crédito aprovado para atividades agropecuárias com apoio técnico.	Econômico / Institucional	$\sum$ projetos protocolados; $\sum$ valores aprovados; taxa de deferimento de projetos.	8.3; 8.10	Conecta assistência técnica ao acesso a recursos financeiros, alavanca investimento produtivo. Apoia a capitalização do produtor e viabiliza inovação/expansão de negócios,

							por meio da elaboração dos projetos de crédito e acesso a serviços financeiros.
ODS 8-04	3.2.	Benefícios econômicos das tecnologias	Estimativa monetária de benefícios decorrentes da adoção tecnológica.	Econômico	Σ benefícios monetários por tecnologia/cadeia.	8.2	Mensura ganhos de produtividade/renda diretamente vinculados à inovação.
ODS 8-05	*	Profissionais trabalhando pela sociedade (modelo EPAGRI)	Empregados ativos em pesquisa, extensão e apoio.	Institucional	Contagem direta de extensionistas e pesquisadores no período.	8.5	Evidencia capacidade estatal para entregar serviços e apoiar crescimento econômico local.
ODS 8-06	*	Empregos gerados (modelo EMBRAPA)	Estimativa de empregos decorrentes da expansão das cadeias acompanhadas.	Econômico / Social	Estudos amostrais e coeficientes de emprego por setor/cadeia.	8.5	Proxy de trabalho decente e emprego, decorrentes de dinâmica setorial apoiada.
ODS 8-07	*	Formalizações assistidas (MEI/Agroindústria)	Processos de formalização/regulização produtiva com apoio técnico.	Econômico / Institucional	Σ processos concluídos (alvará, registro, inspeção).	8.3	Gera ambiente de negócios e segurança jurídica, favorecendo crescimento e emprego.
ODS 8-08	*	Educação financeira e gestão de custos	Oficinas e atendimentos em finanças rurais/gestão de custos.	Social / Institucional	Σ oficinas + participantes; % que adota controles.	8.10; 8.3	Prepara produtores para serviços financeiros e decisões de investimento.
ODS 8-09	*	Participação de jovens e mulheres em empreendimentos	Parcela de jovens/mulheres em empreendimentos apoiados.	Social	(% jovens; % mulheres) entre sócios/gestores beneficiados.	8.5; 8.6	Promove inclusão e reforça a renovação do tecido produtivo.
ODS 8-10	*	Adoção de boas práticas de SST (checklists)	Checklists de segurança e saúde no trabalho aplicados e planos de adequação.	Social / Institucional	Σ checklists aplicados; % planos concluídos.	8.8	Mitiga riscos ocupacionais, compatibilizando crescimento com trabalho decente.

* Proposto (não identificado nos BS analisados). Demais indicadores detalhados nos BS analisados (conforme Anexos I, II, III e IV);

Por fim, o Quadro 22 constitui um arranjo sugestivo de mensuração ambiental da ATER para o ODS 15, estruturado em três eixos complementares. No primeiro, de conservação, restauração e manejo do solo/vegetação (metas 15.1, 15.2, 15.3 e 15.5), reúnem-se indicadores de provisão de insumos e intervenções técnicas: “Kit Solo Saudável”, “Mudas nativas fornecidas”, “Planos de restauração de APP/RL”, “SAFs implantados” e “Controle de erosão em estradas vicinais” que materializam ações de recomposição florestal,

redução da degradação e proteção de habitats, com escopo mínimo verificável (quantidades, áreas, trechos tratados e checklists de implementação). No segundo, indicadores de instrumentos econômicos e de diagnóstico para gestão ambiental (15.1–15.3), destacam-se o “Pagamento por Serviços Ambientais (PSA)” e os “Diagnósticos de solo e água com devolutiva técnica”, articulando incentivos monetários e evidências laboratoriais para orientar decisões de manejo e consolidar boas práticas.

No terceiro, de gestão do conhecimento e educação para a conservação (15.9), figuram as “URT’s acompanhadas” com ênfase em espécies bioativas, a “Educação ambiental” e o “Banco de sementes nativas”, que ampliam o conjunto ao garantir insumos críticos e fomentar a adoção de práticas conservacionistas.

A taxonomia ESAI predominante (Ambiental, com interfaces Institucional, Econômica e Social) reforça o foco em processos e entregas mensuráveis da ATER, preservando a coerência com as metas do ODS 15 e garantindo rastreabilidade, comparabilidade temporal e potencial dos indicadores.

Quadro 22 - Matriz de indicadores referenciados no ODS 15

ID	Nº indicador	Nome do Indicador	Descrição	Taxonomia (ESAI)	Sugestão de cálculo / escopo mínimo	Metas ODS (ONU)	Justificativa
ODS15-01	3.21	Kit Solo Saudável	Distribuição de kits/insumos e orientações técnicas para recuperação e manejo conservacionista do solo.	Ambiental	Agricultores beneficiados no período. Área compreendida.	15.3 ; 15.1	Favorece redução da degradação dos solos e recuperação produtiva, contribuindo para neutralidade da degradação.
ODS15-02	2.7.	Mudas nativas fornecidas	Produção/fornecimento de mudas nativas e registro de plantio orientado.	Ambiental	Nº de mudas entregues com ficha (espécie/local/finalidade); % com plantio georreferenciado.	15.1 ; 15.2 ; 15.5	Apoia recomposição florestal e conservação da biodiversidade em áreas produtivas e de preservação.
ODS15-03	1.6.	Pagamento por Serviços Ambientais (PSA)	Reconhecimento/remuneração por práticas de conservação adotadas por produtores.	Ambiental / Econômico	Valor pago aos produtores por serviços ambientais no período; nº contratos ativos.	15.1 ; 15.2 ; 15.3	Incentiva economicamente a conservação e a restauração de ecossistemas e funções ambientais.
ODS15-04	2.8.	Unidade de referência técnica (URT) acompanhada	Unidades demonstrativas com espécies bioativas para	Ambiental / Institucional	Nº URTs ativas; inventário de espécies	15.1 ; 15.9	Integra demonstração tecnológica com biodiversidade,

			fins educativos e de conservação.		mantidas/ano; nº visitas técnicas.		apoio planejamento e educação ambiental.
ODS1 5-05	*	Planos de restauração de área de preservação permanente (APP) e Reserva Legal	Planos técnicos (APP/Reserva Legal) elaborados e protocolados com assistência.	Ambiental / Institucional	Σ planos instruídos no período; % com execução iniciada.	15.1 ; 15.2 ; 15.3	Conecta assistência técnica à regularização/recuperação de áreas sensíveis.
ODS1 5-06	*	Diagnósticos de solo e água com devolutiva técnica (modelo EPAGRI)	Análises laboratoriais e recomendações implementáveis para conservação.	Ambiental / Institucional	Nº diagnósticos concluídos; % com devolutiva + % recomendações implementadas.	15.3	Fundamenta práticas conservacionistas e reduz degradação por manejo inadequado.
ODS1 5-07	*	Adoção de práticas de conservação do solo	Propriedades que implantaram terraceamento/cu rvas de nível/plantio em contorno/cobertura permanente.	Ambiental / Institucional	(Propriedades com ≥ 1 prática implantada $\div$ propriedades com recomendação) $\times 100$.	15.3	Adoção efetiva quebra o elo entre assistência e resultado ambiental mensurável.
ODS1 5-08	*	Sistemas Agroflorestais (SAFs) implantados/assistidos	SAFs implantados com orientação e acompanhamento técnico.	Ambiental / Econômico	Nº SAFs implantados; área (ha) assistida com acompanhamento anual.	15.1 ; 15.2 ; 15.3	Restaura serviços ecossistêmicos mantendo produção e diversidade.
ODS1 5-09	*	Educação ambiental (oficinas/dias de campo)	Eventos com foco em conservação, biodiversidade e uso do solo.	Social / Ambiental	Σ eventos + participantes concluintes; satisfação média (0–10).	15.9	Difusão de conhecimentos que integram conservação ao planejamento produtivo local.
ODS1 5-10	*	Regularização ambiental assistida (cadastro ambiental rural - CAR)	Processos de CAR ajustados e com apoio técnico.	Ambiental / Institucional	Nº CAR corrigidos; % homologados.	15.1 ; 15.2	Transforma <i>compliance</i> em ações concretas de conservação/restauração.
ODS1 5-11	*	Controle de erosão em estradas vicinais produtivas	Projetos interinstitucionais de drenagem/contenção em trechos críticos que afetam áreas produtivas.	Ambiental / Institucional	Nº trechos tratados; km com soluções implantadas; inspeção pós-chuva (checklist).	15.3	Mitiga perdas de solo e assoreamento, protegendo áreas produtivas e habitats próximos.
ODS1 5-12	*	Banco de sementes nativas para restauração	Lotes de sementes nativas coletados, catalogados e disponibilizados.	Ambiental / Institucional	Nº lotes catalogados; % com testes de germinação/vigor; rastreabilidade.	15.1 ; 15.2	Garante insumo crítico para restauração com qualidade e rastreabilidade.

* Proposto (não identificado nos BS analisados). Demais indicadores detalhados nos BS analisados (conforme Anexos I, II, III e IV);

Destaca-se que a adoção de qualquer um desses indicadores, deve observar requisitos de governança de dados: (i) definições operacionais padronizadas (glossário + ficha técnica

por indicador); (ii) rotinas de coleta/registro incorporadas aos fluxos de trabalho (visita técnica, capacitação, projetos, atendimento remoto); e (iii) integração mínima de sistemas (cadastro único do assistido, módulos de ações, eventos, projetos, documentos e relatórios). Sempre que possível, as estatísticas devem ser desagregadas, sempre que viável, por sexo, juventudes e território, em consonância com a meta ODS 17.18 (dados de qualidade e desagregados), permitindo análises de equidade e focalização territorial.

Com resultado, essa pesquisa oferece meios para que as entidades públicas aprimorem seu portfólio de indicadores qualificados, comparáveis no tempo, alinhados à PNATER e aos ODS da Agenda 2030, úteis tanto à gestão interna quanto à prestação de contas em relatórios institucionais.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação examinou o Balanço Social como instrumento de transparência, *accountability* e comunicação de resultados em quatro entidades públicas de Assistência Técnica, Extensão Rural (ATER) e Pesquisa Agropecuária, buscando compreender o padrão de aderência de seus indicadores aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A pesquisa combinou análise documental dos Balanços Sociais da Emater-DF (2023), Emater-GO (2021), Epagri-SC (2023) e IDR-PR (2023) e entrevistas semiestruturadas com seus(as) coordenadores(as), construindo um quadro detalhado de 56 indicadores e uma matriz de 44 indicadores referenciados nos ODS. Esse arranjo analítico permitiu avançar de uma leitura meramente descritiva dos documentos para uma interpretação sistemática de como as entidades de ATER têm incorporado (ou deixado de incorporar) a Agenda 2030 em sua comunicação institucional.

A análise revelou que a aderência aos ODS é predominantemente conceitual e narrativa, com menor densidade em termos de mensuração operacional. Apesar da não vinculação explícita, o exame de 56 indicadores revelou associações distribuídas em 12 dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A maior concentração dos indicadores mostra-se nos ODS 2, ODS 4, ODS 8 e ODS 15, em consonância com a natureza das ações de ATER, cuja abrangência multidimensional dialoga com a própria arquitetura dos ODS. Essa concentração é coerente com os objetivos da PNATER, no entanto torna menos visíveis outros ODS relevantes, como aqueles ligados à igualdade de gênero, à água, ao clima e à redução de desigualdades territoriais.

No que se refere à dimensão ambiental e às questões de gênero, a aderência mostrou-se mais frágil, ainda que as entidades de ATER desenvolvam ações nessas frentes, especialmente em agroecologia, conservação de recursos naturais e apoio a grupos específicos. O recorte desta pesquisa revelou que os Balanços Sociais não refletem de modo proporcional esse conjunto de iniciativas, sugerindo que parte da contribuição socioambiental e de equidade de gênero permanece sub-relatada ou diluída em indicadores genéricos. Essa constatação pode ser interpretada como combinação de limitações do próprio instrumento, escolhas estratégicas sobre “o que contar” e “para quem contar”, carências de monitoramento das políticas e/ou sistemas de informação em explicitar variáveis ambientais e de gênero de forma sistemática.

As entrevistas convergiram para a percepção de que os Balanços Sociais das entidades analisadas encontram-se em processo de aperfeiçoamento, com espaço relevante para aprimorar metodologias, indicadores e vínculos explícitos às metas e ODS. Os(as) entrevistados reconhecem a importância do Balanço Social para reforçar a legitimidade institucional, dialogar com sociedades locais e órgãos de controle e qualificar a governança de dados, e apontam desafios de mensuração, padronização, integração de sistemas. A experiência das quatro entidades estudadas indica, ainda, potencial de expansão da prática para outras Emateres e entidades públicas congêneres, reforçando o potencial do Balanço Social como instrumento estratégico para comunicar o valor público gerado e a contribuição da ATER ao desenvolvimento rural sustentável.

Do ponto de vista da contribuição aplicada, esta pesquisa propõe classificar os indicadores em taxonomia ESAI (econômico, social, ambiental e institucional) e apresenta a matriz de 44 indicadores qualificados e referenciados aos ODS, oferecendo uma proposta de referencial metodológico sugestivo para gestores(as) de ATER. Para as entidades públicas, essa matriz pode servir tanto como guia para revisão e qualificação dos indicadores já existentes, quanto como insumo para o desenho de instrumentos de planejamento, monitoramento e avaliação alinhados à Agenda 2030.

Para o campo acadêmico, o estudo amplia o repertório empírico e analítico sobre governança, ATER e ODS, propondo um modelo replicável de análise de indicadores que pode ser adaptado a outras organizações públicas e a novas pesquisas em governança de dados e valor público. Para o Programa de Mestrado Profissional em Governança e Desenvolvimento (MPGD) da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), o principal ganho consiste no adensamento empírico e metodológico da agenda de pesquisa em governança aplicada a políticas públicas, com foco em transparência, *accountability*, assistência técnica e extensão rural (ATER) e desenvolvimento rural sustentável.

A pesquisa apresenta, contudo, limitações que precisam ser reconhecidas. O recorte empírico concentrou-se em apenas quatro entidades públicas de ATER de estados distintos, pois são as únicas que o publicam, dentre elas: Distrito Federal, Goiás, Santa Catarina e Paraná. A análise considerou apenas uma edição recente de cada Balanço Social, o que restringe a observação de dinâmicas temporais e de mudanças de indicador ao longo da série, além de ter enfrentado lacunas de metadados, como ausência de fontes e notas metodológicas

em alguns indicadores, o que limita a rastreabilidade das informações e amplia a incerteza analítica.

Outra limitação decorre da própria incipiência da literatura sobre Balanço Social em entidades de ATER no Brasil, o que reduz a possibilidade de comparação direta com trabalhos anteriores e reforça o caráter exploratório do estudo. A opção metodológica pela correspondência temática entre indicadores e ODS, associando cada indicador a um único objetivo, introduz simplificações necessárias para fins de comparabilidade, mas não esgota a complexidade das relações entre ATER, desenvolvimento humano e sustentabilidade. Esses elementos apontam para a necessidade de pesquisas futuras que abordem séries históricas mais longas, incorporem outros ODS, ampliem o número de entidades e aprofundem a triangulação entre dados administrativos, estatísticas oficiais e percepções qualitativas do público beneficiário.

Apesar dessas restrições, os resultados reforçam a necessidade de consolidar e difundir o Balanço Social como instrumento de transparência e governança de dados na ATER pública. Ao sistematizar informações econômicas, sociais e ambientais, o Balanço Social pode evidenciar com maior clareza a evolução da soberania e da segurança alimentar, os impactos das políticas de apoio à agricultura familiar e as contribuições institucionais para o desenvolvimento rural sustentável. Ao fortalecer a cultura de monitoramento e divulgação de resultados, o serviço de ATER oficial amplia sua capacidade de demonstrar valor público, subsidiar decisões de política públicas e responder às expectativas de controle social e de compromissos internacionais assumidos pelo Brasil no âmbito da Agenda 2030.

Com base nas evidências, recomenda-se: estabelecer um conjunto mínimo padronizado de indicadores contendo respectivas fichas de detalhamento; desenvolver novos indicadores e/ou aprimorar os existentes de forma a padronizar e integrar os dados, priorizar o fortalecimento da governança de dados no âmbito da ATER; explicitar a vinculação dos indicadores à Agenda 2030, bem como qualificar os Balanços Sociais com seções metodológicas. Para estudos futuros, recomenda-se aprofundamento dos indicadores sociais e ambientais, bem como incorporação de metas e indicadores ODS específicos aos resultados as institucionais, incorporando desagregações, séries temporais e triangulação entre bases administrativas e estatísticas nacionais.

Este estudo evidenciou que, embora a ATER apresente ampla capilaridade e abrangência, as Emateres e entidades congêneres desenvolvem um conjunto expressivo de

ações junto à agricultura familiar e às comunidades rurais, mas nem sempre registram e comunicam de modo sistemático os impactos sociais, econômicos e ambientais produzidos. A publicação de Balanços Sociais e de indicadores alinhados aos ODS contribui para incorporar esses resultados ao repertório institucional, dando visibilidade na maneira como os serviços de ATER são fundamentais na busca do desenvolvimento rural sustentável e na melhoria das condições de vida nos territórios rurais. Ao explicitar sua contribuição para ODS relacionados à segurança alimentar, redução da pobreza e das desigualdades, inclusão produtiva, desafios climáticos, uso sustentável dos recursos naturais e demais objetivos globais, as Emateres e entidades congêneres se afirmam como vetores do desenvolvimento humano.

A ampliação da divulgação e do alcance dos Balanços Sociais é estratégica para qualificar o controle social sobre o uso de recursos públicos, desenvolvimento e a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Quando apresentado, o Balanço Social aproxima a gestão da sociedade, conferindo maior visibilidade às ações de inclusão social e às práticas de governança pública orientada a resultados, especialmente em contextos rurais. Ao alinhar seus indicadores aos ODS, esses documentos passam a evidenciar de forma mais consistente a contribuição das entidades para a redução de desigualdades, a promoção de direitos sociais básicos e o fortalecimento de trajetórias de desenvolvimento sustentável no território brasileiro.

REFERÊNCIAS

ALI, Sajjad *et al.* The implementation of sustainable development goals (SDGs) in “BRICS” countries. *Sustainability*, v. 10, n. 7, p. 2513, 2018. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/10/7/2513>. Acesso 10 mar 2025

ASBRAER - Associação Brasileira Das Entidades Estaduais De Assistência Técnica E Extensão Rural. Página institucional da ASBRAER. 2025. Disponível em: <https://www.Asbraer.org.br/>. Acesso: 07 mar. 2025.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BATISTA, Carmem Lúcia. As dimensões da informação pública: transparência, acesso e comunicação. *Transinformação*, v. 22, p. 225-231, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tinf/a/3z97zWGknVLKYgjbWf7ZmYP/?lang=pt>> Acesso em: 2 abr. 2025.

BORSATTO, Ricardo Serra *et al.* Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER): fim de um ciclo? *Emancipação*, v. 22, n. especial, p. 1-20, 2022. Doi: 10.5212/Emancipacao.v.22.2220283.002 Acesso em 07 mar 2025.

BOSCHI, A. Balanço social: a contribuição da contabilidade na evidenciação das ações sociais das empresas do Rio Grande do Sul. 2003. Tese de Doutorado. Dissertação de mestrado, Universidade do Vale dos Sinos, Ciências Contábeis, São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Brasil.

BOWEN, Howard R. *Social responsibilities of the businessman*. University of Iowa Press, 2013. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=ALIPAwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PR5&dq=BOWEN,+Howard+R.+Social+responsibilities+of+the+businessman.+New+York:+Harper+%26+Row,+1957.&ots=dc6iVfnous&sig=0IFobJWGGqE0VfbhTEqs7lWepM#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 24 set. 2025.

BRASIL. Decreto nº 11.451, de 22 de março de 2023. Institui o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11451.htm. Acesso em: 24 set. 2025.

BRASIL. Decreto Nº 8.252, de 26 de maio de 2014. Institui o serviço social autônomo denominado Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - ANATER. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8252.htm> Acesso em: 07 mar 2025.

BRASIL. Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017. Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF, seção 1, p. 3, 23 nov. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9203.htm. Acesso em 17 jul 2025.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 25 jul. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em: 13 abr. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Dispõe sobre a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 jan. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm. Acesso em: 07 mar 2025.

BRASIL. Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016. Dispõe sobre o estatuto jurídico das empresas públicas e sociedades de economia mista e de suas subsidiárias. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 1 jul. 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113303.htm. Acesso em: 02 mar 2025.

BRASIL. Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021. Institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (PNPSA) e altera as Leis nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 14 jan. 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14119.htm. Acesso em: 17 out. 2025.

BRASIL. Relatório Nacional Voluntário 2024: implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Brasília: Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/cnods/RNV_Brasil/portugues. Acesso em: 10 mar. 2025.

CARVALHEIRA, Flávia Bernardo da Silva. Dissertação (mestrado) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa. Balanço social na administração pública: os casos dos estados da Bahia, Ceará, Minas Gerais e Tocantins. 2015. Disponível em: <<https://repositorio.fgv.br/items/562db224-5f8a-449e-9be4-24caf7481c5f/full>> Acesso em 05 mar 2023.

CASTRO, A. Agricultura familiar no Brasil, América Latina e Caribe. Brasília, DF: IPEA, 2024. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/14052?mode=full>> Acesso em 07 mar 2025

CASTRO, A. ATER e PNATER no Brasil: desafios e perspectivas. Brasília, DF: IPEA, 2017. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/10419/177559>> Acesso em 07 mar 2025

CAVALCANTE, Pedro; PIRES, Roberto Rocha C. Governança pública: das prescrições formais à construção de uma perspectiva estratégica para a ação governamental. Brasília: Ipea, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8958>> Acesso em 02 mar 2025.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. *et al.* A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008.

CURRALERO, Claudia Regina Baddini *et al.* Agenda 2030: objetivos de desenvolvimento sustentável: avaliação do progresso das principais metas globais para o Brasil: ODS 2- fome zero e agricultura sustentável. 2024. IPEA. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/14125/1/Agenda_2030_ODS_2_Fome_zero_e_agricultura.pdf. Acesso em 10 mar 2025

DELMAS, Magali A.; BURBANO, Vanessa Cuerel. The drivers of greenwashing. California Management Review, Berkeley, v. 54, n. 1, p. 64-87, 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228133505_The_Drivers_of_Greenwashing Acesso em 29 nov 2025

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. São Paulo: Atlas, 2010.

DIESEL, Vivien *et al.* Política de Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil: um caso de desmantelamento? Estudos Sociedade e Agricultura, v. 29, n. 3, p. 597-634, 2021. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/esa29-3_05_ater> Acesso em 07 mar 2025

DISTRITO FEDERAL. Lei nº 7.650, de 30 de dezembro de 2024. Aprova a Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal para o exercício de 2025. Brasília, DF: Governo do Distrito Federal, 2024. Anexo III Demonstrativo da Despesa, por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Despesa - R\$ 174.387.4070 Disponível em: <https://www.economia.df.gov.br/2025-lei-no-7-650-30-12-2024>. Acesso em: 18 set. 2025

DUARTE, Francisco; DIAS, Genauto Carvalho de França. Responsabilidade social da empresa. São Paulo: Atlas, 1986.

ELKINGTON, John. The triple bottom line. Environmental management: Readings and cases, v. 2, n. 1997, p. 49-66, 1997. Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/804cc9d98196ef6e26d88748e89f8db0/1?pq-origsite=gscholar&cbl=35934> Acesso em 03 out 2025.

EMATER-DF. Empresa de assistência técnica e extensão rural do Distrito Federal. Portal Balanço Social Emater-DF. Brasília: Emater-DF, 2023. Disponível em: <https://www.emater.df.gov.br/balanco-social-da-emater-df/>. Acesso em: 13 abr. 2025.

EMATER-DF. Empresa de assistência técnica e extensão rural do Distrito Federal. Relatório de Gestão e Sustentabilidade 2023. Brasília: Emater-DF, 2024. Disponível em: <https://www.emater.df.gov.br/documents/d/emater/relatorio-de-gestao-e-sustentabilidade-2023-versao-final-pdf>. Acesso em 18 set. 2025.

EMATER-GO. Agência goiana de assistência técnica, extensão rural e pesquisa agropecuária. Balanço Social: 3ª edição – 2021. Goiânia: Emater-GO, 2022. Disponível em: <https://www.emater.go.gov.br/>. Acesso em 13 abr. 2025.

EMATER-GO. Agência goiana de assistência técnica, extensão rural e pesquisa agropecuária. Relatório de Consolidação dos Resultados Alcançados no Ano de 2024. Goiânia: Governo de Goiás, 2025. Disponível em: <https://goias.gov.br/emater/wp-content/uploads/sites/62/2025/06/RELATORIO-DE-CONSOLIDACAO-DOS-RESULTADOS-ALCANCADOS-NO-ANO-DE-2024.pdf>. Acesso em 18 set. 2025.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Experiência da Embrapa no alinhamento da estratégia organizacional aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030. Brasília: Embrapa, 2022. Disponível em: <https://www.embrapa.br/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods/o-que-sao-os-ods>. Acesso em 10 mar 2025.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Balanço Social 2023. Brasília: Embrapa, 2024. Disponível em: <https://www.embrapa.br/en/balanco-social>. Acesso em 19 abr. 2025.

EPAGRI – Empresa de pesquisa agropecuária e extensão rural de Santa Catarina. Plano Diretor 2023–2027. Florianópolis: EPAGRI, 2023a. Disponível em: <https://transparencia.epagri.sc.gov.br/wp-content/uploads/2025/07/PLANO-DIRETOR-2023-2027.pdf>. Acesso em: 24 set. 2025.

EPAGRI – Empresa de pesquisa agropecuária e extensão rural de Santa Catarina. Portal de Transparência. Florianópolis: EPAGRI, 2023b. Disponível em: https://transparencia.epagri.sc.gov.br/?page_id=956. Acesso em 24 set. 2025.

EPAGRI. Apresentação institucional Epagri. Disponível em: <https://www.epagri.sc.gov.br/a-epagri/quem-somos/>. Acesso em 18 set. 2025.

EPAGRI. Balanço Social 2023. Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina. Florianópolis: EPAGRI, 2024. Disponível em: <https://www.epagri.sc.gov.br/balancosocial/2023/>. Acesso em 02 abr. 2025

FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. Diretrizes voluntárias para sistemas alimentares e dietas saudáveis. Roma: FAO, 2021. Disponível em: <https://www.fao.org/cfs/vgfsn/en/> Acesso em 10 mar 2025.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE. Standards. Amsterdam: GRI, 2021. Disponível em: < <https://www.globalreporting.org/>> Acesso em 24 set. 2025.

GOMIDE, A. de A.; PEREIRA, A. K.; MACHADO, R. A. (org.). Governança e capacidades estatais: arranjos institucionais de políticas públicas. Brasília: Ipea, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/entities/publication/0729eb83-7d08-4bf8-b8b4-18b73f04f6ff>. Acesso 03 out 2025.

GOMIDE, A. de A.; PIRES, R. R. C. (org.). Capacidades estatais e democracia: arranjos institucionais de políticas públicas. Brasília: Ipea, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/entities/book/fd0a5c15-7009-4a65-a0ad-3222e4588fd8>. Acesso 03 out 2025.

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS. Orçamento Geral do Estado 2025 – Lei nº 23.246/2025. Goiânia: DOE-GO, 25 jan. 2025. Disponível em: <https://transparencia.go.gov.br/wp-content/uploads/sites/2/2025/02/Orcamento-2025-Diagramado.pdf>. Acesso em 18 set. 2025.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Lei nº 19.229/2025 (LOA/SC), Anexo “Empresas Estatais”, item “3.3 Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina”, totalizando R\$ 573.592.865,00. Fonte oficial: Assembleia Legislativa de SC (ALESC). Disponível em: https://leis.alesc.sc.gov.br/html/2025/19229_2025_lei.html. Acesso em 18 set. 2025.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Lei nº 19.229/2025 (LOA/SC), Anexo “Empresas Estatais”, item “3.3 Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina”. Fonte oficial: Assembleia Legislativa de SC (ALESC). Disponível em: https://leis.alesc.sc.gov.br/html/2025/19229_2025_lei.html. Acesso em 18 set. 2025.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI. Plano Diretor 2023–2027. Florianópolis: EPAGRI, 2023. Disponível em: <https://transparencia.epagri.sc.gov.br/wp-content/uploads/2025/07/PLANO-DIRETOR-2023-2027.pdf>. Acesso em 24 set. 2025.

GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA A AGENDA 2030 (GT Agenda 2030) GT AGENDA 2030. VII Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável. Brasília: GT Agenda 2030, 2024. Disponível em: <https://gtagenda2030.org.br/relatorio-luz/>. Acesso em 10 mar. 2025.

HESS, David. Social reporting and new governance regulation: The prospects of achieving corporate accountability through transparency. *Business Ethics Quarterly*, v. 17, n. 3, p. 453-476, 2007. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/business-ethics-quarterly/article/abs/social-reporting-and-new-governance-regulation-the-prospects-of-achieving-corporate-accountability-through-transparency/CAF04F1E6E413C9817947ACCC10A00E1> Acesso em 18 jul 2025.

Identifying research supporting the United Nations sustainable development goals. Elsevier Data Repository. SCOPUS. 2019. Disponível em <https://elsevier.digitalcommonsdata.com/datasets/87txkw7khs/1> Acesso em 24 set 2025

IBASE. INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS. *Balanco social: guia para elaboração*. Rio de Janeiro: IBASE, 2001. Balanço social, dez anos: o desafio da transparência / [Ciro Torres (coordenação)]. - Rio de Janeiro: IBASE, 2008. Disponível em: <https://ibase.br/portfolio/balanco-social/> Acesso em 03 mar 25

IDR-PARANÁ – Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER. Portal da Transparência – Programa Sistemas de Produção e Estudos Socioeconômicos. Curitiba: IDR-PR, 2023. Disponível em: <https://www.transparencia.pr.gov.br/pte/informacoes/portalinstitucional/80/3>. Acesso em 24 set. 2025.

IDR-PARANÁ – Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER. Balanço Social 2023. Disponível em: <https://www.idrparana.pr.gov.br/Pagina/IDR-Parana-Transparencia-Institucional>. Acesso em 18 set. 2025.

IBGC. INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. 6ª edição do Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa. São Paulo: IBGC, 2023. Disponível em: <https://conhecimento.ibgc.org.br/Paginas/Publicacao.aspx?PubId=24640> Acesso em 24 set. 2025

IBGG. INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. Governança corporativa em empresas estatais brasileiras. São Paulo: IBGC, 2021. Disponível em: <https://conhecimento.ibgc.org.br/Paginas/Publicacao.aspx?PubId=24480>. Acesso em 02 mar 2025.

INTEGRATED REPORTING. International Integrated Reporting Council <IIRC> FRAMEWORK. IFRS Foundation, 2021. Disponível em: <https://www.ifrs.org/issued-standards/integrated-reporting/framework/>. Acesso em: 24 set. 2025.

KRIPPENDORFF, Klaus. Content analysis: An introduction to its methodology. Sage publications, 2018. Disponível em:

KROETZ, Cesar Eduardo Stevens. Balanço Social: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000.

LAUFER, William S. Social accountability and corporate greenwashing. *Journal of Business Ethics*, Dordrecht, v. 43, n. 3, p. 253-261, 2003. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1023/A:1022962719299>. Acesso em 29 nov 2025

LIMA, Edinício Oliveira; STETTINER, Caio Flavio; FERREIRA JR, Samuel. Balanço social e o “full disclosure” no terceiro setor. *Revista de Tecnologia Aplicada*, v. 10, n. 1, p. 23-39, 2021. Disponível em: <https://www.cc.faccamp.br/ojs-2.4.8-2/index.php/RTA/article/view/1734>. Acesso em 03 mar 2025.

MACHADO, Pollyana; SILVA, Naiara Tavares. Modelos de Balanço Social no Brasil: um estudo comparativo. 2020. Disponível em: <https://revistas.icesp.br/index.php/REASU/article/view/1347>. Acesso em: 03 mar 2025

MARIANO, Enzo Barberio. Progresso e Desenvolvimento Humano: Teorias e indicadores de riqueza, qualidade de vida, felicidade e desigualdade. Alta Books, 2019.

MARTINS, Caroline Miriã Fontes; BERNARDO, Denise Carneiro dos Reis; MADEIRA, Geová José. Origem e evolução do balanço social no Brasil. Contabilidade Vista & Revista, v. 13, n. 1, p. 105-116, 2002. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/1970/197018316006.pdf>> Acesso em 03 mar 2025

MATIAS-PEREIRA, José. Governança no setor público. São Paulo: Atlas, 2010. Disponível em: <https://anpad.com.br/uploads/articles/120/approved/6e0917469214d8fbd8c517dc6b8dcf.pdf> Acesso em 03 mar 2025.

MARTINS, Fabiana; LIMA, Diana Vaz de. Diretrizes para relatórios financeiros populares de entidades públicas. Revista Contemporânea de Contabilidade, v. 18, n. 47, 2021. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8082438>>. Acesso em 18 jul 2025.

MAZZUCATO, M.; PEREZ, C. Redirecting growth: inclusive, sustainable and innovation-led. London: UCL Institute for Innovation and Public Purpose, 2022. (IIPP Working Paper, WP 2022/16). Disponível em: <https://www.elgaronline.com/edcollchap/book/9781788976541/book-part-9781788976541-9.xml> Acesso em 29 nov 2025

MENDONÇA, Sonia Regina de. Extensão rural e hegemonia norte-americana no Brasil. História Unisinos, São Leopoldo, v. 14, n. 2, p. 188-196, maio/ago. 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5798/579866830007.pdf>. Acesso em 29 nov 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. In: O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 2009. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1344574>. Acesso em 05 maio 2025.

MONTEJANO, P.; MAGIERSKI, D. *Accountability* e comunicação: os pilares para a transparência e participação social. Revista de Empreendedorismo e Gestão de Micro e Pequenas Empresas, v. 9, n. 3, p. 109-126, 2024. Disponível em: <https://revistas.editoraenterprising.net/index.php/regmpe/article/view/829> Acesso em 2 abr. 2025.

MONTESINOS JULVE, Vicente; BRUSCA ALIJARDE, Isabel. Hacia la divulgación de información de sostenibilidad en el sector público. 2023. Disponível em: https://zaguan.unizar.es/record/134855/files/texto_completo.pdf. Acesso em 18 jul 2025

NAÇÕES UNIDAS. Relatório anual 2023: Sistema das Nações Unidas no Brasil. Brasília: ONU Brasil, 2023. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/271918-relat%C3%B3rio-anual-das-na%C3%A7%C3%B5es-unidas-no-brasil-2023>. Acesso em 10 mar 2025

O'DONNELL, Guillermo. *Accountability* horizontal e novas poliarquias. Lua Nova, São Paulo, n. 44, p. 27-54, 1998. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451998000200003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/vhLmfb3Kqk2TbkR7N6t7Gxn/>. Acesso em: 24 set. 2025.

OCDE. Diretrizes da OCDE sobre Governança Corporativa de Empresas Estatais. Edição 2015. Paris: OECD Publishing. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/9789264181106-pt>. Acesso em 02 mar 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Resolução A/RES/70/1 da Assembleia Geral das Nações Unidas. Nova Iorque: ONU, 2015. Disponível em https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Brasil_Amigo_Pesso_Idosa/Agenda2030.pdf Acesso em: 10 mar 2025.

PARANÁ. Lei nº 22.267, de 13 dez. 2024 (LOA/PR-2025).. Disponível em: <https://www.assembleia.pr.leg.br/legislacao/leis-orcamentarias>. Acesso em: 18 set. 2025

PEIXOTO, Marcus. Extensão rural no Brasil: uma abordagem histórica da legislação. Senado Federal, 2008. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-48-extensao-rural-no-brasil-uma-abordagem-historica-da-legislacao>> Acesso em 07 mar 2025

PEREIRA, Rozana Carvalho *et al.* Balanço social e o indicador de lucro social para empresas cidadãs: o caso Embrapa. Revista IDEAS: Interface entre Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, v. 4, n. 2, p. 519-543, 2010. Disponível em: <https://revistaideas.ufrj.br/ojs/index.php/ideas/article/view/54> Acesso em 05 mar 2023

PIRES, R. C.; GOMIDE, A. Governança e Capacidades Estatais a partir da abordagem dos arranjos e instrumentos de Políticas Públicas. Brasília, DF: IPEA, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8966>. Acesso em 07 mar 2025

PLAIN LANGUAGE ASSOCIATION INTERNATIONAL. Plain Language Standards and Guidelines. 2021. Disponível em: <https://plainlanguagenetwork.org/>. Acesso em: 2 abr. 2025

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Relatório sobre o Desenvolvimento Humano 2023/2024 Nova Iorque: PNUD, 2024. Disponível em: <https://www.br.undp.org>. Acesso em 10 mar. 2025.

RECH, I. J.; SANTOS FILHO, M. F. Proposta de estrutura do Popular Financial Reporting para a melhora da informação contábil. Revista FSA, Teresina, v. 21, n. 3, p. 75–92, 2024.

REDE ODS BRASIL. VII Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030 no Brasil. Brasília: Rede ODS Brasil, 2024. Disponível em: <https://gtagenda2030.org.br/relatorio-luz/relatorio-luz-do-desenvolvimento-sustentavel-no-brasil-2023/>. Acesso em 10 mar 2025

ROCHA, Adauto Brasilino *et al.* Efeito da utilização de assistência técnica sobre a renda de produtores familiares do Brasil no ano de 2014. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 58, p. e194371, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/CfXmjHCNPF5xYpL8mrKwwss/?format=html&lang=pt>. Acesso em 24 set. 2025

ROSSO, Gisele; SILVESTRIN, Celsi Brönstrup. Comunicação pública como prática de responsabilidade social das organizações públicas. Revista Organicom, v. 10, p. 231-243, 2013. Disponível em: <https://revistas.usp.br/organicom/issue/view/10225> Acesso em 2 abr. 2025.

SACHS, J. D. *et al.* Sustainable Development Report 2025: Financing Sustainable Development to 2030 and Mid-Century. Dublin: Dublin University Press; Paris: SDSN, 2025. DOI: <https://doi.org/10.25546/111909>. Disponível em: <https://sdgtransformationcenter.org>. Acesso em: 24 jul. 2025.

SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. Título original: Development as freedom, 1999. ISBN - 978-85-359-1646-1

SILVA, Mauro Santos; SCHIMDT, Flávia; KLIASS, Paulo. Empresas estatais: políticas públicas, governança e desempenho. Brasília, IPEA, 2019.

SILVA, Marcos Mateus da; AQUINO, Evelin Larissa Rombi de; MACHADO, Leandro Bonadio; BERNARDO, Cristiane Hengler Corrêa; LOURENZANI, Wagner Luiz. A extensão rural com foco nos objetivos do desenvolvimento sustentável: uma análise mundial e local. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 12, e39691210751, 2020. Disponível em: < <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/10751>>. Acesso em 24 set. 2025.

SOUSA, Cíntia Klésia Batista de; ANDRADE, Thaysi Castro Coelho. A importância da assistência técnica e extensão rural (ATER) e seu papel transformador no aprimoramento da qualidade de vida das comunidades atendidas. *Revista Extensão*, v. 8, n. 1, p. 127-135, 2024. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/extensao/article/view/9148>. Acesso em 13 abr. 2025

SUSTAINABLE DEVELOPMENT SOLUTIONS NETWORK (SDSN). Indicators and a Monitoring Framework for the Sustainable Development Goals: Launching a data revolution for the SDGs. New York: SDSN, 2015. Disponível em: <https://sdgs.un.org/publications/indicators-and-monitoring-framework-sustainable-development-goals-17958>. Acesso em 24 set. 2025

TERRA CHOICE. The sins of greenwashing: home and family edition. Ottawa, 2010. Disponível em: https://www.twosides.info/wp-content/uploads/2018/05/Terrachoice_The_Sins_of_Greenwashing_-_Home_and_Family_Edition_2010.pdf. Acesso em 29 nov 2025

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. Balanço social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações. Editora Atlas, 2001.

TORRES, Ciro; MANSUR, Cláudia. Balanço social, dez anos: o desafio da transparência. Rio de Janeiro: IBASE, 2008. Disponível em: <<https://Ibase.br/portfolio/balanco-social/>> Acesso em 24 set 2025.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Acórdão nº 953/2025 – Plenário. Relatório de auditoria sobre a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater) e a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). Brasília: TCU, 2025. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/fiscalizacao-avalia-desempenho-da-agencia-nacional-de-assistencia-tecnica-e-extensao-rural>. Acesso em 03 out 2025.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública. 2. ed. Brasília: Tribunal de Contas da União, 2020. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/publicacoes-institucionais/cartilha-manual-ou-tutorial/referencial-basico-de-governanca-organizacional>. Acesso 03 out 2025.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Referencial para Avaliação de Governança Multinível em Políticas Públicas Descentralizadas / Tribunal de Contas da União. – Brasília: TCU, 2021. 91 p. Disponível em:<<https://portal.tcu.gov.br/publicacoes-institucionais/cartilha-manual-ou-tutorial/referencial-para-avaliacao-de-governanca-multinivel-em-politicas-publicas-descentralizadas>> Acesso em 07 mar 2025

TRINDADE, Loiselene *et al.* Avaliando o valor público: desenvolvimento de uma metodologia de Balanço Social para entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural. In: CONGRESSO DA SOBER, 61., 2023, Piracicaba. Anais [...]. Piracicaba: ESALQ/USP, 2023. DOI: <https://doi.org/10.29327/sober2023.627328>. Acesso em 24 set. 2025

UN DESA (2023). UNITED NATIONS DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS. The Sustainable Development Goals Report 2023: Special Edition - New York, USA: UN DESA. Disponível em: <https://unstats.un.org/sdgs/report/2023/> Acesso em: 03 out 2025.

UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs. Sustainable Development. SDG Policy mapping: a text mining approach to map EU policies to Agenda 2030 goals and targets. [S.l.: s.n.], [s.d.]. Disponível em: <https://sdgs.un.org/partnerships/sdg-policy-mapping-text-mining-approach-map-eu-policies-agenda-2030-goals-and-targets>. Acesso em: 24 set. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). 2005 World Summit Outcome (A/RES/60/1). Nova York: Assembleia Geral da ONU, 24 out. 2005. Disponível em: https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A_RES_60_1.pdf Acesso: 03 out 2025.

UNGA – United Nations General Assembly. Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development (A/RES/70/1). New York: United Nations, 2015. Disponível em: <https://sdgs.un.org/2030agenda> Acesso 03 out. 2025.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

WCED – World Commission on Environment and Development. Our Common Future. Oxford: Oxford University Press, 1987. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-common-future.pdf>. Acesso 03 out 2025.

APÊNDICE I - Quadro de indicadores Emater-DF – Balanço Social (2023)

Instituição	Nº indicador	Nome do Indicador	Valor / Unidade de Medida	Descrição	Fórmula de Cálculo	Fonte de Dados	Palavras-chave do Indicador	Principal ODS Relacionado	Observações
Emater-DF	1.1.	Lucro Social	R\$ 7,98	Mede o retorno socioeconômico das ações públicas, promovendo desenvolvimento local.	(Indicadores internos + econômicos + sociais + ambientais – tributos) / Resultado operacional	Relatórios validados pelas Coordenadorias (EmaterWeb)	retorno social, eficiência institucional, impacto socioeconômico	8	Metodologia descrita em artigo científico - Trindade et. al. (2023) Avaliando valor público (...)
Emater-DF	1.2.	Fator de Geração de Renda (FGR)	R\$ 139.727.829,92	Avalia a capacidade da ATER de promover geração de renda por meio da educação não-formal ao público beneficiário	Total de atendimentos multiplicado pelo fator R\$ 490,54 (ajustado pelo IGP-M)	Relatórios validados pelas Coordenadorias (EmaterWeb)	educação, renda, rural	4	Metodologia descrita em artigo científico - Rocha (2020) Efeito da ATER sobre renda de produtores familiares do Brasil em 2014
Emater-DF	1.3.	Compras Institucionais - Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição da Produção da Agricultura (PAPA-DF)	PAA: R\$ 2,97 milhões, beneficiando 968 agricultores familiares e comercializando 529 mil kg de alimentos. PNAE: R\$ 23,3 milhões, beneficiando 634 agricultores familiares do DF e RIDE, com o fornecimento de 3,39 milhões kg de alimentos. PAPA-DF: R\$ 10 milhões, beneficiando 204 agricultores e resultando na entrega de 2 milhões kg de alimentos	Informa o volume de alimentos adquiridos da agricultura familiar e valores pagos aos produtores rurais pelos programas governamentais.	Consolidação dos contratos por programa (PAA, PAPA-DF, PNAE)	Relatórios validados pelas Coordenadorias (EmaterWeb) + editais e chamadas públicas disponibilizadas pelo MDS, FNDE e SEAGRI-DF.	comercialização, segurança alimentar, políticas públicas	2	Programas mantidos pelo MDS, MEC e Seagri-DF. Seleção, inscrição e acompanhamento dos produtores realizado pelos extensionistas rurais.

Emater-DF	1.4.	Valor Bruto da Produção Agropecuária e Agroindustrial	Agropecuário: R\$ 3.841.244.692,33 Agroindustrial: R\$ 1.045.674.007,77	Reflete o valor bruto monetário da produção agrícola e agroindustrial no DF.	Área plantada × preço médio da produção no período Quantidade produzida × preço no período	Relatórios validados pelas Coordenadorias (EmaterWeb)	produção agrícola, cadeias produtivas, eficiência produtiva, valor agregado, desenvolvimento econômico	8	Relatórios anuais publicados no site da Emater-DF.
Emater-DF	1.5.	Crédito Rural	306 projetos R\$ 9.645.423,23 concedidos	Informa o volume de crédito aprovado para atividades agropecuárias com apoio da Emater-DF.	Montante de crédito concedido aos produtores rurais.	Relatórios validados pelas Coordenadorias (EmaterWeb)	acesso ao crédito, financiamento, investimento	8	Inclui apenas projetos com crédito aprovado. O projeto de crédito é totalmente elaborado pelos extensionistas rurais.
Emater-DF	1.6.	Pagamento por Serviços Ambientais (PSA)	46 produtores R\$ 231.684,13 pagos	Reconhecimento financeiro por práticas sustentáveis de preservação e conservação ambiental.	Montante pago aos produtores rurais por serviços ambientais	Relatórios validados pelas Coordenadorias (EmaterWeb) + edital público	preservação, conservação, ecossistemas, serviços ambientais, sustentabilidade	15	Programa mantido pela ADASA, apenas adesões formalizadas. Seleção, inscrição e acompanhamento realizado pelos extensionistas rurais.
Emater-DF	1.7.	Programa de Saneamento Rural (Saneater)	63 unidades instaladas R\$ 601.457,56 executados pela Emater-DF R\$ 17.556.546,17 em benefícios sociais	Implantação de soluções de saneamento para famílias rurais do DF.	Valor investido multiplicado pelo fator R\$ 29,19	Relatórios validados pelas Coordenadorias (EmaterWeb)	saneamento, saúde rural, infraestrutura básica, qualidade de vida, fossas sépticas, benefícios sociais	6	Metodologia descrita em publicação - DUTRA et. al. (2021) Quanto vale cada real investido em saneamento no Brasil?
Emater-DF	1.8.	Programa de Fomento Rural	21 famílias beneficiadas R\$ 41.600,00 repassados	Apoio financeiro a famílias para desenvolver atividades produtivas sustentáveis.	Total de famílias beneficiadas e Montante pago as mesmas famílias	Relatórios validados pelas Coordenadorias (EmaterWeb) + edital público	transferência de renda, inclusão social, proteção social, agricultura familiar, apoio produtivo	1	Programa mantido pelo MDS. Seleção, inscrição e acompanhamento das famílias realizado pelos extensionistas rurais.

APÊNDICE II - Quadro de indicadores Emater-GO – Balanço Social (2021)

Instituição	Nº indicador	Nome do Indicador	Valor / Unidade de Medida	Descrição	Fórmula de Cálculo	Fonte de Dados	Palavras-chave do Indicador	Principal ODS Relacionado	Observações
Emater-GO	2.1	Lucro Social	R\$ 6,14	Este índice mede o retorno social dos investimentos públicos realizados na Emater-GO, considerando indicadores laborais, sociais e ambientais.	Lucro Social = indicadores laborais + impactos econômicos, sociais e ambientais / Receita Operacional Líquida (ROL)	Seção Metodologia do Balanço Social 2021	retorno social, investimento público, valor público, desempenho institucional	8	Metodologia Embrapa - Pereira et. al. (2010)
Emater-GO	2.2.	Tecnologias avaliadas	R\$ 1.731.621,90	Retorno econômico da pesquisa agropecuária	Valor monetário ajustado com base nos preços médios mensais × fator IPEA 1,4	O cálculo usa dados do Siscred_financiamento_2021, aplica o multiplicador de renda do IPEA (1,4) e ajusta valores pelos preços médios da Conab.	inovação, produtividade, desenvolvimento tecnológico agrícola	2	-
Emater-GO	2.3.	Tecnologias transferidas (sementes)	R\$ 1.501.522,40	Economia gerada por sementes fornecidas abaixo do valor de mercado.	Não descrito	Relatórios de estoque da Emater-GO	acesso a insumos, sementes, economia, insumos, acesso, preço justo	2	-
Emater-GO	2.4.	Projeto Bovinocultura sustentável	R\$ 8.833,45 por hectare/ano	O indicador mede a lucratividade gerada por unidade de área em propriedades rurais beneficiadas pelo projeto.	Receita líquida = Receita bruta – Despesas ÷ Área de pastagem (ha)	Registros das Unidades Demonstrativas acompanhadas pela Emater-GO	produtividade, manejo sustentável, rentabilidade	2	Reflete os impactos econômicos da recuperação de pastagens, manejo adequado e assistência técnica integrada.
Emater-GO	2.5.	Custo-benefício das sementes	A semente da Emater-GO apresenta	O indicador mede o benefício econômico	Custo por hectare = preço da	Relatórios técnicos da Emater-GO (2021)	benefício econômico, acesso a	2	Economia de 1/6 no custo

			custo de produção por saca 63% menor (R\$ 2,00 vs. R\$ 5,45)	proporcionado ao agricultor familiar com acesso a insumos de qualidade e baixo custo.	semente ÷ produtividade média		insumos, produtividade, sementes, custo-benefício		para ~50% da produção
Emater-GO	2.6.	Touros pura origem comercializados (Pró-Genética)	129 touros (2017–2021)	Democratização do acesso ao melhoramento genético bovino. Foco na inclusão produtiva.	Total de touros vendidos por meio do Pró-genética	Relatórios institucionais do Programa Pró-Genética	acesso à insumos, produtividade, inclusão produtiva, melhoramento genético, inclusão produtiva	2	Eventos são feiras Pró-Genética com participação da Emater-GO
Emater-GO	2.7.	Mudas nativas fornecidas	.+30 espécies nativas do cerrado	Produção e fornecimento de mudas a preços acessíveis, o viveiro promove orientação técnica para o sucesso do plantio e conservação das espécies, contribuindo para a restauração ecológica, o equilíbrio climático e a valorização do bioma Cerrado.	Estimativa de impacto em recomposição = Quantidade total de mudas produzidas e fornecidas anualmente pelo viveiro × percentual de áreas com plantio orientado	Relatórios Emater-GO e Fundação Funtec	restauração ecológica, biodiversidade, cerrado, mudas nativas, meio ambiente	15	-
Emater-GO	2.8.	Unidades de Referência Tecnológica (URTs) em Plantas Bioativas	.+200 espécies de plantas bioativas	Espécies mantidas no Horto de Plantas Bioativas para difusão tecnológica.	Inventário técnico da URT	Relatórios técnicos da Emater-GO, registros na Estação Experimental Nativas do Cerrado e apoio da Funtec	conservação, educação ambiental, biodiversidade, tecnologias sustentáveis	15	Alinhado à Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (2006)

Emater- GO	2.9.	Melhoramento Genético de Mandioca	Após o teste de produtividade, 28h de capacitação para técnicos e agricultores	Contribuição para maior autonomia e eficiência produtiva nas regiões de maior vulnerabilidade socioeconômica por meio de validação de novas variedades de mandioca adaptadas, com foco na produtividade, resistência a pragas e ampliação da segurança alimentar das populações rurais.	Não apresentado	Relatórios internos da Emater- GO (2021); Programa de Melhoramento de Mandioca – Estação Experimental de Porangatu	capacitação, educação inclusiva, produtividade, segurança alimentar	4	-
Emater- GO	2.10.	Gestão: Transparência e Ética	Qualitativo	Avaliação de práticas institucionais relacionadas à governança, integridade, compliance, liberdade sindical e participação social	Não se aplica	Seção de Governança do BS 2021	governança, transparência, ética, compliance, participação social	16	Narrativa baseada em práticas institucionais, programas de governança do Estado e prêmios recebidos

APÊNDICE III - Quadro de indicadores Epagri-SC – Balanço Social (2023)

Instituição	Nº indicador	Nome do Indicador	Valor / Unidade de Medida	Descrição	Fórmula de Cálculo	Fonte de Dados	Palavras-chave do Indicador	Principal ODS Relacionado	Observações
Epagri-SC	3.1.	Retorno social	R\$ 9,62	Expressa o retorno social das ações e tecnologias da EPAGRI considerando impactos econômicos de 122 soluções.	Indicadores laborais + impactos sociais, econômicos e ambientais / Receita Operacional Líquida	Relatórios internos EPAGRI	produtividade, retorno público, assistência técnica, lucro social	8	Baseado na metodologia Embrapa
Epagri-SC	3.2.	Retorno econômico global	R\$ 10,95 bilhões	Estimativa do impacto econômico total das tecnologias avaliadas em 2023.	Total dos benefícios monetários atribuídos à adoção das tecnologias	Relatórios internos EPAGRI	produtividade econômica, impacto econômico gerado, benefícios monetários, adoção de tecnologias	8	Método excedente econômico Embrapa
Epagri-SC	3.3.	Tecnologias avaliadas	122 tecnologias	Tecnologias com impacto mensurado (econômico, social, ambiental).	Total de tecnologias avaliadas	Relatórios internos EPAGRI	produtividade, desenvolvimento tecnológico agrícola	2	Inclui cultivares e práticas sustentáveis validadas regionalmente
Epagri-SC	3.4.	Ações de assistência técnica e extensão rural (ATER)	218 mil ações	Conjunto de atividades técnicas e educativas para qualificar a produção, promover práticas sustentáveis e fortalecer a agricultura familiar.	Total de métodos e ações de ATER registradas (visitas, cursos, oficinas etc.)	Sistema de registros EPAGRI	acesso à educação, educação inclusiva, práticas sustentáveis	4	Abrangência estadual com diversidade temática
Epagri-SC	3.5.	Capacitações realizadas	34.700 pessoas capacitadas	Cursos presenciais e online oferecidos pela EPAGRI.	Total de pessoas inscritas nas capacitações oferecidas	Relatórios internos EPAGRI	capacitação, ensino técnico, qualificação rural	4	Inclui temas como piscicultura, fruticultura, agroecologia, entre outros
Epagri-SC	3.6.	Projetos de pesquisa / Publicações científicas	415 projetos / 811 publicações	Produção técnico-científica com foco em inovação rural.	Contagem anual	Relatórios internos EPAGRI	pesquisa científica, capacidade tecnológica, conhecimento	9	Inclui boletins, artigos, folders, estudos técnicos e outros

							técnico, publicações científicas, gestão do conhecimento		materiais técnicos-científicos.
Epagri-SC	3.7.	Tecnologias lançadas	27 lançamentos	Novas tecnologias registradas em 2023, com potencial de impacto direto no setor agropecuário.	Total de registros no Sistema interno EPAGRI	Sistema interno EPAGRI	tecnologia, pesquisa agropecuária, agricultura, inovação	9	As tecnologias incluem softwares, cultivares, práticas e sistemas produtivos
Epagri-SC	3.8.	Famílias rurais atendidas	≈130 mil	Nº de famílias do meio rural que receberam atendimento direto por meio de ações de assistência técnica e extensão rural (ATER), seja em atividades individuais (visitas técnicas, orientações presenciais/remotas) ou coletivas (cursos, oficinas, dias de campo, capacitações e eventos técnicos).	Total de famílias que receberam algum tipo de serviço ou ação de assistência técnica e extensão rural (ATER) oferecida pela EPAGRI	Sistema interno EPAGRI	assistência técnica, extensão rural, educação inclusiva, equidade	2	Além dos agricultores familiares, inclui atendimento a povos tradicionais, pescadores artesanais e mulheres rurais
Epagri-SC	3.9.	Produtores atendidos em políticas públicas	93,9 mil produtores rurais	Nº de agricultores beneficiados por políticas públicas como Terra Boa, Kit Solo Saudável, PNAE, PAA, entre outros.	Total de produtores assistidos com ações vinculadas à políticas públicas.	Programas institucionais EPAGRI	inclusão econômica, segurança alimentar	2	-
Epagri-SC	3.10.	Entidades atendidas	~3.800 entidades / 91 parcerias	Parcerias com cooperativas, universidades, prefeituras, para projetos de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação, além das ações de ATER.	Total de entidades atendidas e parcerias firmadas	Relatórios institucionais EPAGRI	cooperação, redes, articulação institucional	17	-
Epagri-SC	3.11.	Jovens assistidos	55,9 mil	Represente o número de jovens envolvidos em ações educativas, técnicas ou de capacitação promovidas pela EPAGRI,	Total de jovens registrados nas ações de ATER	Relatórios internos EPAGRI	jovem, juventude, capacitação rural, sucessão	4	-

				com destaque para o curso: Ação Jovem Rural.					
Epagri-SC	3.12.	Unidades de Referência Técnica acompanhadas (URT's)	716 unidades	Unidades modelo de inovação que servem como vitrines de boas práticas sustentáveis.	Total de URTs operacionais	Sistema interno EPAGRI	boas práticas, replicação, sustentabilidade, replicabilidade no campo, difusão tecnológica, inovação	15	-
Epagri-SC	3.13.	Crédito rural	R\$ 419 milhões / 6,6 mil beneficiários	Montante viabilizado pela elaboração de projetos de crédito rural técnico pela EPAGRI.	Soma do montante de crédito aprovados via projetos EPAGRI	Controle EPAGRI	crédito agrícola, inclusão produtiva, acesso ao crédito	8	Apoio técnico favorece acesso ao PRONAF e demais linhas de crédito rural.
Epagri-SC	3.14.	Alcance em redes sociais	16 milhões visualizações / 440 mil seguidores	Engajamento e alcance em redes e canais digitais, incluindo previsão do tempo, redes sociais, conteúdos técnicos, informativos e educativos.	total de acessos e interações obtidos pelas mídias digitais institucionais, representando a difusão de conteúdos técnicos, informativos e educativos junto ao público rural e à sociedade em geral.	Plataformas digitais EPAGRI	acesso à educação, comunicação, difusão tecnológica	4	meta 4.7, que trata de assegurar que todos adquiram conhecimentos necessários para promover o desenvolvimento sustentável.
Epagri-SC	3.15.	Análises laboratoriais	47,9 mil análises	Número de análises laboratoriais de solo, folhas e frutos realizadas para orientar práticas sustentáveis.	Total de exames processados	Sistema Laboratorial EPAGRI	análise de solo, prática agrícola sustentável, diagnóstico, manejo racional, fertilidade do solo	2	Apoio o uso racional de recursos e a rastreabilidade da produção rural.
Epagri-SC	3.16.	Mobilização de recursos por eventos climáticos extremos	25.962 produtores R\$ 105,5 milhões	Número de beneficiários e valor total dos auxílios repassados após eventos climáticos extremos em SC.	Total de produtores e Montante pago aos mesmos produtores	Relatórios Reconstrói SC, Investe Agro	resiliência, emergência climática, desastres	13	Dados de programas estaduais de recuperação

Epagri-SC	3.17.	Cultivares de maçã no exterior	3 cultivares €400 mil (R\$ 2 milhões)	Receita gerada com exportação de cultivares de maçã da EPAGRI para a Itália, em 200 hectares de pomares.	Royalties + cessão de uso	Sistema interno EPAGRI	transferência tecnológica, royalties, pesquisa, desenvolvimento, inovação	9	Cultivares Venice, Luiza e Isadora estão em uso produtivo no exterior.
Epagri-SC	3.18.	Pecuária Carbono Zero	até 3,79 t CO ₂ eq/ha/ano	Estimativa de remoção de carbono pelas pastagens perenes manejadas sob protocolo da EPAGRI	Sequestro = Área × potencial de sequestro por hectare	Projetos técnicos EPAGRI	emissões de gases, sequestro de carbono, sustentabilidade	13	Inclui espécies como Kurumi, Missioneira-gigante, braquiárias e capim-tangola.
Epagri-SC	3.19.	Cultivo sustentável da mandioca	1.200 ha	Área com mandioca sob boas práticas agrônômicas estimuladas pelas EPAGRI.	Total de áreas manejadas com práticas sustentáveis	Sistemas internos EPAGRI	segurança alimentar, agricultura sustentável, cobertura vegetal, conservação do solo, plantio direto, cobertura vegetal, adubação	2	Práticas envolvem conservação do solo, manejo da fertilidade e uso racional de insumos
Epagri-SC	3.20.	Produção de tilápia	42 mil toneladas	Produção aquícola de tilápia no estado de SC em 2022, com apoio técnico da EPAGRI.	Volume total de tilápias produzidas em viveiros	Estatísticas da piscicultura EPAGRI	produção sustentável, piscicultura, sustentabilidade	14	Setor movimenta cerca de R\$ 650 milhões anuais em SC
Epagri-SC	3.21.	Kit Solo Saudável	1.025 famílias / R\$ 3,9 milhões	Programa que distribui insumos e sementes para adubação verde e recuperação do solo	Total de famílias beneficiadas e Montante de recursos aplicados	Programa Kit Solo Saudável / EPAGRI	acesso à insumos, adubação verde, fertilidade, manejo sustentável	2	Beneficiários recebem até R\$5.720 em insumos por família, com condições de pagamento facilitadas.
Epagri-SC	3.22.	Observatório Agro Catarinense	83 mil acessos / 110 painéis	Plataforma digital com dados do agro catarinense.	Total de acessos e painéis ativos	Portal Observatório Agro EPAGRI	transparência, análise de evidências, dados, inteligência territorial, tomada de decisão, instituição transparente	16	Plataforma orienta políticas públicas e estratégias de adaptação

APÊNDICE IV - Quadro de indicadores IDR-PR – Balanço Social (2023)

Instituição	Nº indicador	Nome do Indicador	Valor / Unidade de Medida	Descrição	Fórmula de Cálculo	Fonte de Dados	Palavras-chave do Indicador	Principal ODS Relacionado	Observações
IDR-PR	4.1.	Retorno de cada Real Investido	R\$ 7,10	Representa o benefício econômico e social direto obtido com tecnologias transferidas.	Somatório dos impactos das ações e tecnologias / Receita Operacional Líquida	Sistema interno de Gestão IDR-PR	retorno social, eficiência institucional, impacto socioeconômico	8	-
IDR-PR	4.2.	Retorno global para a sociedade e Participação do IDR-PR	R\$ 7,7 bi / R\$ 3,1 bi atribuídos ao IDR-PR	Impacto total e específico das ações do IDR no desenvolvimento rural no Paraná.	Total dos benefícios monetários atribuídos à adoção das tecnologias	Sistema interno de Gestão IDR-PR	produtividade econômica, impacto econômico gerado, benefícios monetários, adoção de tecnologias	8	-
IDR-PR	4.3.	Projetos de pesquisa e publicações tecnocientíficas	110 projetos / 190 publicações	Produção técnico-científica institucional publicada, inclui livros, artigos, folders, cartilhas entre outros.	Total de projetos e publicações no período	Sistema interno de Gestão IDR-PR (GETEC)	pesquisa científica, capacidade tecnológica, conhecimento técnico, publicações científicas, gestão do conhecimento	9	-
IDR-PR	4.4.	Unidades de produção familiar atendidas	26.800 unidades de produção familiar (UPFs)	Capacidade de atendimento às unidades de produção familiar (propriedades rurais).	Total de UPFs atendidas no período	Sistema interno de Gestão IDR-PR (GETEC)	assistência técnica, famílias assistidas, agricultura familiar	2	-
IDR-PR	4.5.	Cooperativas assessoradas	80 cooperativas	Número de cooperativas que recebem apoio técnico e gerencial.	Total sistematizado de Cooperativas atendidas	Sistema interno de Gestão IDR-PR (GETEC)	cooperação, apoio técnico, gestão	17	-
IDR-PR	4.6.	Agroindústrias assessoradas	1.314 agroindústrias	Unidades agroindustriais atendidas com ações do IDR.	Total sistematizado de	Sistema interno de Gestão IDR-PR (GETEC)	produção industrial, valor agregado, agroindústria, incentivo, transformação	9	-

					Agroindústrias atendidas				
IDR-PR	4.7.	Agricultores atendidos	115.400 agricultores	Total de agricultores atendidos diretamente com ações de ATER.	Total de agricultores atendidos	Sistema interno de Gestão IDR-PR (GETEC)	agricultura familiar, assistência técnica, extensão rural	2	-
IDR-PR	4.8.	Atividades de extensão rural realizadas	287.500 atividades	Total de ações educativas e técnicas realizadas pelo IDR-PR.	Total de métodos coletivos de ATER realizados, incluindo eventos, visitas, cursos, entre outros.	Sistema interno de Gestão IDR-PR (GETEC)	educação inclusiva, extensão rural, ações de ATER	4	-
IDR-PR	4.9.	Atendimentos nas propriedades	106.300 atendimentos	Atendimentos realizados diretamente nas propriedades rurais	Total de atendimentos registrados	Sistema interno de Gestão IDR-PR (GETEC)	assistência técnica, extensão rural, inclusão econômica, agricultura familiar, acesso a políticas públicas, equidade	2	-
IDR-PR	4.10.	Cooperações com Municípios	385 municípios	Parcerias entre IDR-PR e administrações municipais.	Total de convênios e cooperações firmadas	Sistema interno de Gestão IDR-PR (GETEC)	cooperação municipal, descentralização	17	-
IDR-PR	4.11.	Crédito rural	R\$ 285 milhões	Montante de recursos financeiros viabilizados aos produtores rurais com apoio do IDR-PR.	Montante aprovado e concedido aos produtores.	Sistema interno de Gestão IDR-PR (GETEC)	acesso ao crédito, financiamento	8	-
IDR-PR	4.12.	Alcance em redes sociais	724 mil acessos às mídias sociais do Instituto	Alcance total nas mídias digitais do IDR-PR, representando a difusão de conteúdos técnicos, informativos e educativos.	total de acessos e interações obtidos pelas mídias digitais institucionais	Redes sociais institucionais	acesso à educação, comunicação, difusão tecnológica	4	meta 4.7, que trata de assegurar que todos adquiram conhecimentos necessários para promover o desenvolvimento sustentável.

IDR-PR	4.13.	Recuperação ambiental e hídrica	1.337 ha recuperados	Informa área que recebeu ações de conservação de solo, água e vegetação nativa.	Área impactada	Sistema interno de Gestão IDR-PR (GETEC)	recuperação ambiental, conservação, hídrica	15	Recuperação ambiental e hídrica da Bacia do Rio Piava – Umuarama (PR)
IDR-PR	4.14.	Participação de Jovens na Cadeia Produtiva	64 jovens 55 famílias	Projeto voltado para formação e inclusão produtiva da juventude rural.	Total de jovens capacitados e famílias envolvidas no período	Sistema interno de Gestão IDR-PR (GETEC)	jovem, juventude, capacitação rural, sucessão	4	Projeto realizado de forma integrada com universidades e demais instituições parceiras.
IDR-PR	4.15.	Expansão da Geração de Energia Renovável	27.298 propriedades com energia renovável	Implantação de painéis solares e biogás em áreas rurais com incentivo estadual	Total de propriedades contempladas com sistemas instalados até o ano de 2023.	Sistema interno de Gestão IDR-PR (GETEC)	energia renovável, sustentabilidade	7	Programa RenovaPR
IDR-PR	4.16.	Impacto social e ambiental agregado das ações	Não monetário	Avaliação qualitativa de indicadores sociais e ambientais.	Índice ponderado de impacto	Sistema interno de Gestão IDR-PR (GETEC)	fortalecimento de sistemas de estatística, impacto social, ambiental, desenvolvimento sustentável	17	Metodologia descrita do BS IDR-PR 2023

